



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

ANA BEATRIZ DOS ANJOS SILVA

ANÁLISE DO PRECONCEITO GENERALIZADO NO BRASIL

São Cristóvão, SE

2024

ANA BEATRIZ DOS ANJOS SILVA

ANÁLISE DO PRECONCEITO GENERALIZADO NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira
Lima

Co-orientadora: Prof^a Dr^a Kaline da Silva Lima

São Cristóvão, SE

2024

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586a Silva, Ana Beatriz dos Anjos
Análise do preconceito generalizado no Brasil / Ana Beatriz dos Anjos Silva ; orientador Marcus Eugênio Oliveira Lima. – São Cristóvão, SE, 2024.
160 f.; il.

Dissertação (mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Psicologia. 2. Preconceitos. 3. Esteriótipos (Psicologia social). I. Lima, Marcus Eugênio Oliveira, orient. II. Título.

CDU 159.9:316.647.8

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo identificar correlações entre diferentes preconceitos que possam configurar o fenômeno do preconceito generalizado. Partiu-se da hipótese de que há correlações positivas entre os tipos de preconceitos aqui analisados (e.g. LBGTFobia, sexismo, racismo, gordofobia, capacitismo e ageísmo) e que tais preconceitos mostrarão diferenças de expressão em função de variáveis sociodemográficas (e.g. idade, orientação sexual, identidade de gênero, estado civil, renda mensal, religião, posicionamento político, altura, peso, possui deficiência, estado, cor da pele). Para contemplar o objetivo foram realizados, além dos capítulos teóricos, uma revisão de escopo e um estudo que se configurou como empírico, transversal e de natureza quantitativa. O estudo de revisão de escopo sugere que os principais construtos que se relacionam com o preconceito generalizado (PG) são a Orientação à Dominância Social e o Autoritarismo de Direita. Porém, alguns estudos mostram que o PG está associado às dinâmicas endo e exgrupais, ainda que não tenham sido encontradas análises de correlações que associem o PG aos grupos “majoritários” na sociedade. O estudo empírico foi realizado *On-line*, na plataforma GoogleForms, com 305 participantes, com idades acima de 18 anos. Os instrumentos foram: Questionário sociodemográfico, Escala de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero (Costa et al, 2015), Inventário de Sexismo Ambivalente (Formiga et al, 2002), Escala de Racismo Revitimizador (Lima et al, 2020), Escala de Atitudes Antiobesidade (Obara & Alvarenga, 2016), Escala sobre Concepções de deficiência (Leite & Lacerda, 2018), Escala de idadeísmo ambivalente (Vieira, 2018), *Defining Issues Test* (Camino et al, 1996). Os resultados mostram correlações entre diferentes tipos de preconceito. O Racismo Revitimizador correlaciona-se positivamente com ambas as formas de Idadismo e Sexismo (hostil e benevolente), com o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero, e com dois domínios do Capacitismo (Metafísico e Histórico-Cultural), revelando a existência de um preconceito generalizado. Julgamentos Morais apresentaram uma fraca correlação com o Sexismo Hostil, sem correlação com outros tipos de preconceito. O preconceito generalizado é mais forte em certos grupos, especialmente os de direita. A modelagem por Equações Estruturais (MEE) explicou a correlação entre os preconceitos e, numa segunda análise com Julgamento Moral como covariável, mostrou-se que este está relacionado com o preconceito generalizado. O teste Post Hoc revelou diferenças significativas entre grupos políticos no preconceito contra diversidade sexual, Racismo Revitimizador (mais altos na Centro-Direita), Gordofobia (Centro-Esquerda), Idadismo (Esquerda) e Sexismo (Centro e Direita). O Capacitismo não mostrou diferenças entre grupos políticos. Este estudo

contribui para o estudo do preconceito generalizado no Brasil, com uma amostra grande e homogênea e explorou uma diversidade de grupos de uma só vez, sendo um dos poucos estudos do gênero no país.

Palavras-chave: preconceito, preconceito generalizado, correlação dos preconceitos

Abstract

The aim of this dissertation is to identify correlations between different types of prejudice that may constitute the phenomenon of generalized prejudice. It was based on the hypothesis that there are positive correlations between the types of prejudice analyzed here (e.g. LGBTphobia, sexism, racism, fatphobia, ableism and ageism) and that these prejudices will show differences in expression depending on sociodemographic variables (e.g. age, sexual orientation, gender identity, marital status, monthly income, religion, political position, height, weight, disability, status, skin color). In order to achieve this objective, in addition to the theoretical chapters, a scoping review and an empirical, cross-sectional, quantitative study were carried out. The scoping study suggests that the main constructs related to generalized prejudice (GP) are Social Dominance Orientation and Right-wing Authoritarianism. However, some studies show that GP is associated with endo- and exogroup dynamics, although no correlation analyses have been found that associate GP with “majority” groups in society. The empirical study was carried out online, on the GoogleForms platform, with 305 participants aged over 18. The instruments were: Sociodemographic questionnaire, Scale of prejudice against sexual and gender diversity (Costa et al, 2015), Inventory of Ambivalent Sexism (Formiga et al, 2002), Scale of Revictimizing Racism (Lima et al, 2020), Scale of Antiobesity Attitudes (Obara & Alvarenga, 2016), Scale on Conceptions of disability (Leite & Lacerda, 2018), Scale of ambivalent idadism (Vieira, 2018), Defining Issues Test (Camino et al, 1996). The results show correlations between different types of prejudice. Revictimizing Racism correlates positively with both forms of Idadism and Sexism (hostile and benevolent), with prejudice against sexual and gender diversity, and with two domains of Capacitism (Metaphysical and Historical-Cultural), revealing the existence of a generalized prejudice. Moral Judgments showed a weak correlation with Hostile Sexism, with no correlation with other types of prejudice. Generalized prejudice is stronger in certain groups, especially right-wing groups. Structural Equation Modeling (SEM) explained the correlation between prejudices and, in a second analysis with Moral Judgment as a covariate, it was shown that it is related to generalized prejudice. The Post Hoc test revealed significant differences between political groups in prejudice against sexual diversity, Revictimizing Racism (higher in the Center-Right), Fatphobia (Center-Left), Ageism (Left) and Sexism (Center and Right). Capacitism showed no differences between political groups. This study contributes to the study of generalized prejudice in Brazil, with a large and homogeneous sample and explored a diversity of groups at once, being one of the few studies of its kind in the country.

Keywords: prejudice, generalized prejudice, correlation of prejudices

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1. Fluxograma da seleção dos artigos..... | 59 |
| Figura 2. Mapa Térmico de Correlações..... | 93 |
| Figura 3. Comparações de médias por posicionamento político | 98 |
| Figura 4. Modelos explicativos do Preconceito generalizado | 103 |
| Figura 5. Modelos Explicativos do Preconceito Generalizado sendo predito pelo Julgamento Moral | 104 |
| Figura 6. Colocação (ranking) dos preconceitos..... | 111 |
| Figura 7. Média das percepções na amostra pesquisada da intensidade dos preconceitos sofridos pelas minorias..... | 111 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1. Estratégias de busca | 57 |
| Tabela 2. Síntese dos artigos incluídos na revisão do escopo | 60 |
| Tabela 3. Estatísticas Descritivas das escalas de preconceito utilizada..... | 89 |
| Tabela 4. Correlações de Pearson entre os escores dos preconceitos | 90 |
| Tabela 5. Coeficientes de Correlação de Spearman entre escores de preconceito e posicionamento político..... | 94 |
| Tabela 6. Porcentagem dos grupos dissidentes, perigosos e depreciados no Brasil..... | 108 |
| Tabela 7. Porcentagem das cidades em que residem os participantes..... | 141 |
| Tabela 8. Valores dos fatores encontrados na análise fatorial para a escala EPDSG..... | 144 |
| Tabela 9. Valores da análise fatorial para ISA..... | 145 |
| Tabela 10. Valores da análise fatorial para ERR..... | 147 |
| Tabela 11. Valores da análise fatorial para a A-FAT..... | 148 |
| Tabela 12. Valores dos fatores encontrados na análise fatorial para a escala AAS..... | 150 |
| Tabela 13. Valores dos fatores encontrados na análise fatorial para a escala ECD..... | 151 |
| Tabela 14. Comparações entre médias por posicionamento político..... | 153 |
| Tabela 15. Correlações de Pearson com idade | 154 |
| Tabela 16. Comparações entre médias por identidade de gênero | 155 |
| Tabela 17. Comparações entre médias por gênero | 156 |
| Tabela 18. Comparações entre médias por Raça/Cor de Pele | 157 |
| Tabela 19. Análise das variáveis sociodemográficas e os Grupos dissidentes, perigosos e depreciados..... | 158 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PG - Preconceito Generalizado

DPM - Modelo de Processamento Dual

RWA - Autoritarismo de Direita

SDO - Orientação à Dominância Social

CNS - Conselho Nacional de Saúde

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

SPSS - *Statistical Package for Social Sciences*

KMO – *Kaiser-Meyer-Olkin*

S-N-K – *Student-Newman-Keuls*

A-FAT – *Antifat Attitudes*

EPDSG – Escala de Preconceito Contra a Diversidade Sexual e de Gênero

ERR – Escala de Racismo Revitimizador

ISA – Escala de Sexismo Ambivalente

ECD – Escala de Concepções de Deficiência

AAS – Escala de Idadismo Ambivalente

TEA – Transtorno do Espectro do Autismo

TDAH – Transtorno de Atenção e Hiperatividade

BFI – *Big Five Inventory*

DIT – Questionário de Julgamento Moral

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| CAPÍTULO 1 | 19 |
| PRECONCEITO: DEFINIÇÃO, ORIGENS E FORMAS DE EXPRESSÃO | 19 |
| 1.1 O que é o preconceito? | 19 |
| 1.2 Como se expressa o preconceito? | 24 |
| 1.3 Como o preconceito é apreendido? | 25 |
| 1.4 Preconceito, estereótipos e discriminação | 27 |
| 1.5 Preconceito enquanto norma social, o senso de posição grupal e o Julgamento Moral | 28 |
| 1.6 Preconceito de gênero ou sexismo | 32 |
| 1.7 Preconceito contra minorias sexuais ou heterossexismo | 35 |
| 1.8 Preconceito contra minorias raciais ou racismo | 36 |
| 1.9 Preconceito contra pessoas gordas ou gordofobia | 39 |
| 1.10 Preconceito de idade ou idadismo/etarismo/ageísmo | 39 |
| 1.11 Preconceito contra pessoas com deficiências ou capacitismo | 41 |
| 1.12 O Preconceito Generalizado (PG) | 43 |
| 1.13 O preconceito generalizado e o Modelo de Processamento Dual (MPD) | 45 |
| 1.14 Conclusões do capítulo | 48 |
| CAPÍTULO 2 | 50 |
| PRECONCEITO GENERALIZADO: UMA REVISÃO DE ESCOPO | 50 |
| 2.1 Introdução | 50 |
| 2.2 Possíveis causas do preconceito generalizado | 51 |
| 2.3 Método | 55 |
| 2.4 Bases de dados consultadas | 56 |
| 2.5 Processo de seleção | 56 |
| 2.6 Critérios de inclusão e exclusão | 56 |
| 2.7 Resultados | 58 |
| 2.8 Análise e Discussão | 63 |
| 2.8.1 <i>Estudos Empíricos</i> | 63 |
| 2.8.2 <i>Estudos Teóricos</i> | 72 |
| 2.9 Conclusões | 75 |
| CAPÍTULO 3 | 78 |
| ASPECTOS METODOLÓGICOS | 78 |
| 3.1 Objetivos | 78 |
| 3.2 Hipóteses | 79 |
| 3.3 Participantes | 79 |
| 3.4 Instrumentos e Procedimentos | 80 |
| 3.5 Aspectos Éticos | 85 |
| 3.6 Pré-teste do Instrumento | 86 |

| | |
|--|------------|
| 3.7 Análise De Dados | 87 |
| CAPÍTULO 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 89 |
| 4.1 Preconceito Generalizado | 89 |
| 4.2 Correlações entre preconceitos | 89 |
| 4.3 Comparações de Médias por Variáveis Sociodemográficas | 94 |
| <i>4.3.1 Posicionamento Político</i> | <i>94</i> |
| <i>4.3.2 Correlações com idade</i> | <i>99</i> |
| <i>4.3.3 Comparações por gênero</i> | <i>99</i> |
| <i>4.3.4 Comparações entre os Preconceitos e Identidade de Gênero</i> | <i>99</i> |
| <i>4.3.5 Comparações de Médias por Raça/ Cor da pele</i> | <i>99</i> |
| <i>4.3.6 Preconceitos e IMC</i> | <i>100</i> |
| <i>4.3.7 Comparações entre Preconceitos em perguntas acerca da Deficiência</i> | <i>100</i> |
| 4.4 Preconceito Generalizado como um Traço Latente Subjacente | 102 |
| 4.5 Caracterização dos tipos de grupos avaliados pelos participantes | 107 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 112 |
| REFERÊNCIAS | 116 |
| APÊNDICE A | 125 |
| APÊNDICE B | 128 |
| ANEXO A | 141 |

INTRODUÇÃO

O preconceito acompanha a história humana, visto que há séculos é normalizado o sentimento de superioridade de alguns grupos sobre outros; bem como é naturalizado o ato de inferiorizar a diferença percebida no outro, sendo habitual hostilizar o outro por ser “desviante” dos padrões impostos pela sociedade, que estabelece seus modelos de referências (Lima, 2020).

A tendência a ter atitudes negativas contra mais de um grupo ou diferentes categorias sociais é chamada de “preconceito generalizado” (Allport, 1954; Bergh & Akrami, 2016; Bergh, Akrami, Sidanius, & Sibley, 2016; Duckitt & Sibley, 2007). O fenômeno é caracterizado como uma tendência a ter atitudes negativas contra uma ampla variedade de grupos sociais, que não se limita a um único grupo específico. Essa tendência é influenciada por fatores cognitivos como a intolerância à ambiguidade e o absolutismo moral, quanto por orientações morais, está enraizado em uma forma de pensamento dicotômico (Allport, 1954; Forsberg, Nilsson & Jørgensen, 2018).

Uma das formas de análise de tal fenômeno é a partir de correlações entre os diferentes tipos de preconceitos. As atitudes negativas contra os exogrupos (i.e., os grupos dos outros) podem mostrar a existência de agrupamentos que se formam com base em possíveis características prototípicas mais gerais, como os grupos perigosos, depreciados e dissidentes. Pesquisas evidenciam de forma consistente que os diversos tipos de preconceito podem formar um único fator de preconceito generalizado e que alguns tipos de preconceito são correlacionados entre si (Bergh & Brandt, 2022).

A literatura especializada, associa o preconceito generalizado a algumas variáveis de personalidade, como, a baixa amabilidade, baixa preocupação empática, traços de personalidade que se associam com as atitudes ideológicas do autoritarismo de direita, o autoritarismo generalizado e a orientação à dominância social (Cantal et al., 2014; Bergh & Brandt, 2023; Hodson et al., 2016). Além disso, um corpo de estudos mostra que o PG é explicado pelos construtos: Orientação para a Dominância Social e com atitudes autoritárias de direita (Duckitt, 2001; Duckitt & Sibley, 2016; Ekehammar et al., 2004).

Os estudos que relacionam diversos tipos de preconceitos, ou seja, que se debruçaram sobre a investigação do preconceito generalizado, são comuns em diversos países, com foco de pesquisa no preconceito contra minorias também diversas (Hadarics & Kende, 2017; Meeusen & Kern, 2015). Entretanto, no Brasil encontramos somente uma pesquisa sobre o fenômeno (Cantal et al., 2014). Tal pesquisa mostra a replicabilidade do

modelo de processamento dual (de ideologia e preconceito) (Duckitt, 2001; Duckitt & Sibley, 2016) para o contexto brasileiro.

A sociedade detém um poder significativo sobre as atitudes individuais; assim, a expressão de uma opinião ou atitude marcante por parte de um único grupo, seja a favor ou contra um determinado exogrupo, pode influenciar e moldar as reações dos outros grupos. Esse fenômeno afeta a maneira como esses grupos se posicionarão e expressarão suas próprias opiniões a partir de então. Por exemplo, os autores Blanchard et al. (1994) mostram que uma única expressão forte sobre atitudes antirracistas reduz a tolerância e/ou expressão do racismo, como também o contrário pode acontecer e a expressão preconceituosa torna-se a norma.

Por esta razão, fez-se necessário estudar a perpetuação do preconceito no Brasil, conforme a norma social. Isso é essencial para perceber se existe uma forma de agir e pensar mais aceitável nesse contexto. A partir do exposto, faz-se necessário também pesquisar sobre as relações de simetria entre vários tipos de preconceito. O objetivo geral desta Dissertação é analisar o preconceito generalizado em uma amostra de brasileiros. Trata-se de uma tarefa importante, uma vez que: 1) existe pouca ou quase nenhuma publicação sobre o tema no Brasil; 2) a análise do componente generalizado, o qual está enraizado na estrutura ideológica, cognitiva e de personalidade mais estável dos indivíduos, permite uma maior compreensão das formas de expressão dos preconceitos; 3) a análise dos componentes específicos ou próprios a cada tipo de preconceito, o qual se relaciona às características mais contextuais, possibilita uma melhor compreensão do contexto intergrupual de produção do preconceito e 4) as correlações entre os diversos preconceitos e relações deles com as variáveis sociodemográficas permitirão uma maior validação (convergente e discriminativa) dos diversos instrumentos de medida.

Para cumprimento do objetivo proposto, realizamos um estudo avaliando as correlações entre os seguintes preconceitos: preconceito contra a diversidade sexual e de gênero, sexismo, racismo, gordofobia, ageísmo e capacitismo. Sabemos que existem outras formas de preconceito igualmente importantes, no entanto, por razões de limite de tamanho do instrumento de coleta de dados não foi possível incluir todas elas neste estudo.

Os seis grupos escolhidos (LGBTQIAP+, mulheres, pessoas negras, pessoas gordas, pessoas idosas e pessoas com deficiência) foram selecionados devido à sua importância no contexto de discriminação e exclusão social no Brasil. Esses grupos representam minorias e populações marginalizadas que, historicamente, têm sido alvos

de preconceitos e desigualdades. Estudos mostram que eles enfrentam altos níveis de discriminação e desvantagens sociais, o que justifica sua inclusão na pesquisa sobre preconceito generalizado (PG). Além de sofrerem discriminação individualmente, esses grupos também enfrentam formas cruzadas de opressão. Assim, a seleção desses seis grupos foi feita para garantir uma maior abrangência das diversas formas de preconceito presentes na sociedade, cobrindo diferentes dimensões de discriminação.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM), houve um crescimento substancial dos preconceitos de cor e contra a diversidade sexual e de gênero desde o ano de 2022. Foram registradas 2.458 ocorrências de preconceito de cor, enquanto os casos de homofobia aumentaram em 488 ocorrências. Além disso, 2,3 mil pessoas LGBTQIAP+ sofreram violência física.

O site VocêRH apresenta resultados reveladores sobre a gordofobia no Brasil. De acordo com os autores, 50% das pessoas gordas enfrentam problemas com a falta de cadeiras e mobiliários adequados ao seu corpo no ambiente de trabalho. Além disso, 56% dessas pessoas relatam constrangimento devido à falta de uniformes que sirvam adequadamente. Esses números são alarmantes, especialmente considerando que a maioria dos brasileiros está acima do peso ideal, segundo os critérios da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Em 2014, havia apenas um processo relacionado à gordofobia. Esse número aumentou para cinco em 2016 e saltou para 203 em 2022. No total, desde 2014, foram registrados 721 processos, a maioria na esfera trabalhista. Apesar do aumento nos registros, muitos casos não são formalizados porque os funcionários têm dificuldade em reunir provas e testemunhas devido ao medo de perderem o emprego.

Em seguida, discorreremos brevemente sobre como cada um desses tipos de preconceito é compreendido neste trabalho.

O preconceito racial é expresso como uma forma de desumanização do outro, cuja diferença é percebida/construída em termos racializados ou biologizantes. Manifesta-se de forma variada nos contextos históricos, culturais e socioeconômicos; sendo uma problemática de origem antiga, porém cada vez mais atual, dado a sua permanência nas sociedades. A crença na existência de raças se vincula a uma instância de caráter social, muito mais que biológico. São crenças que se sustentam na ideia de que existem diferenças e determinantes biológicos/orgânicos que caracterizam e separam os grupos humanos. O preconceito racial toma formas variadas e, de acordo com a evolução e desenvolvimento da sociedade, é um sistema de crenças discriminatórias de manifestação

cognitiva, numa busca de estabelecimento do poder e de privilégios; consiste numa relação dominante *versus* dominado. Dessa forma, esse preconceito segue na lógica da hierarquização das doutrinas e práticas que desumanizam o outro, de modo que ameaça e condena os direitos daqueles grupos considerados inferiores, naturalizando as crenças e práticas preconceituosas, difundindo-se para a sociedade e suas instituições, tal qual um vírus que se propaga no ar (Lima, 2020).

O preconceito contra diversidade sexual e de gênero (i.e., preconceito contra orientação sexual e identidade de gênero, e preconceito contra a não conformidade de gênero e a transexualidade) caracteriza-se pela propagação da ideologia deturpada e excludente de um padrão de ser ideal, a heteronormatividade, nos meios culturais, econômicos e institucionais, tornando tal atitude naturalizada por um consentimento social que envolve grupos e indivíduos. A homofobia implica em desumanizar o indivíduo e seu(s) grupo(s), segregando-o(s) e tornando-o(s) estranho(s) à sociedade, impedindo sua inserção no meio. A terminologia homofobia remete ao ódio e emoções negativas referentes às homossexualidades. Existe uma confluência da homofobia com outros tipos de preconceitos, sobretudo o classismo ou aporofobia, o racismo e o sexismo, pois há ideias de hierarquias sexuais (Borrillo, 2010).

O sexismo é uma atitude negativa em relação ao outro numa sobreposição de gênero e poder. Em geral, as mulheres são as que mais sofrem com o sexismo, e isso se dá por questões atreladas à sociedade patriarcal. Nesse sentido a mulher é vista como aquela que está para cuidar do homem, cuidar dos filhos, para satisfação dos desejos sexuais do homem e para a reprodução. Estudar o sexismo é compreender que a diferença existente entre os sexos perpassa as condições históricas, biológicas, sociológicas e econômicas. Condiz com o papel do estabelecimento do poder, o qual é distribuído na sociedade de forma desigual, como, por exemplo, na distribuição de emprego e de salários (Biroli, 2018).

A gordofobia é abordado popularmente como o preconceito contra pessoas gordas. O sufixo “fobia” equivale a temor ou aversão. Mas esse “medo” das pessoas gordas está relacionado às atitudes negativas expressas para com elas. Essa forma de preconceito decorre da aceitação e padrões estéticos, nos quais a beleza é circunscrita em corpos magros (Robinson et al., 1993). Estudos apontam que pessoas com menor nível econômico e educacional apresentam atitudes mais negativas em relação às pessoas gordas. Da mesma forma, mulheres apresentam atitudes mais preconceituosas contra pessoas gordas do que os homens (Robinson et al., 1993). A vivência de gordofobia atua

na psique do sujeito de modo a excluí-lo e deixá-lo mal diante de si, minando sua autoestima e, fazendo-o sentir-se culpado e responsável pela discriminação sofrida (Lawrence, 2019).

Numa perspectiva histórica a idade cronológica é marcada por características que ditam o quão saudável, bonito e socialmente útil é uma pessoa, principalmente em sociedades capitalistas. Algumas culturas antigas usavam a beleza estética para demarcar a idade do indivíduo; em outras são marcadas por aniversários, e assim celebradas; nelas alguns aspectos nunca mudam: eles demarcam a passagem natural do tempo (Bytheway, 1995). O ageísmo (também chamado de idadismo) é o preconceito etário, que carrega crenças e presunções sobre o processo de envelhecimento. Ele está presente em diversas situações e afeta pessoas com as mais variadas idades, por exemplo: um sujeito pode ser desqualificado e ter seu potencial anulado, por ser considerado velho; da mesma forma, crianças podem ter seus direitos negados ou excluídos por representarem uma minoria social que alegadamente não tem a mesma capacidade de discernimento de um adulto. Entretanto, o ageísmo afeta principalmente adultos de meia-idade, que já refletem, geralmente, marcas do tempo e idosos (Browning et al., 2020). Em função do ageísmo, pessoas podem ter sentimentos benevolentes de pena ou compaixão perante os idosos, ou atitudes mais hostis, representado por meio de agressividade e falas pejorativas (Vieira, 2018; World Health Organization, 2021).

Por último, o capacitismo se refere ao preconceito contra Pessoas com Deficiência (PcD). Esse tipo de preconceito surge da diferenciação que se faz em relação ao corpo e ao outro. Simbolicamente a deficiência é considerada como algo negativo e impeditivo, transformando a pessoa com deficiência a culpada pela situação em que vive. É a prática do tratamento excludente das pessoas em razão da deficiência. Culturalmente é construído um padrão de corpo aceitável e desejável, o corpo tido como perfeito. Aqueles que fogem do padrão são “deficientes”, vistos como seres doentes, menores, faltantes, insuficientes para si e para o mundo (Campbell, 2009).

A partir das conceituações levantadas e da teoria do preconceito generalizado, essa dissertação buscou-se responder alguns questionamentos, por exemplo, há padrões consistentes de correlação entre diferentes formas de preconceito em grupos específicos? Há diferenças significativas nas correlações entre preconceitos em função de variáveis sociodemográficas, como afiliação política? Quais fatores sociodemográficos (e.g. nível educacional, idade, orientação política) explicam as variações nas correlações entre diferentes preconceitos? Tais questionamentos são importantes, especialmente se

tratando do preconceito generalizado, cuja abordagem é pouco revisitada, mas de grande relevância. Para responder a essas perguntas, esse trabalho é organizado em quatro capítulos.

O Capítulo 1 aborda o preconceito de forma geral e seu estudo na psicologia social, destacando teóricos importantes da área, que estudam o fenômeno do preconceito, na busca de suporte teórico para compreender o fenômeno do Preconceito Generalizado (PG).

O Capítulo 2 consiste na Revisão de Escopo sobre o PG. Nele serão apresentadas as principais pesquisas encontradas na análise do preconceito generalizado e os diversos grupos que o compõem.

O Capítulo 3 trata da metodologia usada em um estudo empírico que visa responder às questões levantadas acima. Nele serão apresentadas as hipóteses, desenho do estudo, participantes, instrumentos, procedimentos e análises de dados. Por fim, no quinto capítulo é descrita a discussão geral e as conclusões da pesquisa.

CAPÍTULO 1

PRECONCEITO: DEFINIÇÃO, ORIGENS E FORMAS DE EXPRESSÃO

O preconceito é um grave problema que perpassa a realidade da sociedade, marcado por intensas desigualdades e hierarquias sociais. Esse fenômeno é carregado de crenças e atitudes que atingem as esferas sociais de forma negativa. Neste capítulo será trabalhado o preconceito *per se*, o que é o preconceito, como ele se expressa e como é apreendido, como é medido, quais são os tipos de preconceitos, e como os autores, sobretudo da psicologia social, o definem e analisam. Para tal, abordagens teóricas importantes são apresentadas, como, por exemplo, a teoria da norma social e o senso de posição grupal, apresenta a teoria do preconceito generalizado, possivelmente desde a primeira aparição enquanto teoria, com a explicação de Allport (1954) de que se uma pessoa é preconceituosa com um outro grupo, então tende a ser preconceituoso com diversos outros grupos. Também é abordado no capítulo as teorias que explicam o preconceito generalizado, visto que ele é um fenômeno homogêneo, e que se diversifica entre diversificados agrupamentos, explicado pelo modelo do processamento dual (MPD), mas como ele também se relaciona a alguns outros construtos da personalidade, como o *BigFive* e legitimadores do preconceito.

1.1 O que é o preconceito?

A psicologia social é uma ciência que estuda o comportamento do homem sob dinâmica dos fenômenos sociais e das relações (Aronson et al., 2018). O homem é essencialmente um ser social, portanto age diretamente no meio social e, em contrapartida o meio social também o molda. Portanto, há na psicologia social o estudo do individual e do coletivo, não somente como óticas separadas, mas compreendendo o homem como um ser relacional. Nessa perspectiva, a socialização é uma das principais formas de desenvolvimento cognitivo do sujeito. Por isso, a busca pela sobrevivência do homem só pôde acontecer mediante o contato social, por meio da contribuição, cooperação e influência (Fischer, 2010).

O estudo do preconceito se desenvolveu no âmbito da compreensão das relações entre grupos. É classificada uma relação intergrupala quando há interação entre indivíduos de um grupo, individual ou coletivamente, com outros grupos por meio de identificação. Para tanto é necessário que haja consciência e ligação emocional a um ou mais grupos de pertencimento e contraponto em relação a exogrupos (Tajfel, 1981).

Conforme Lima (2020) existem três elementos que definem o preconceito: o primeiro é que o preconceito é, ao mesmo tempo grupal e individual; ele também é contextual, portanto, precisa de um contexto para ser expresso; e por fim, ele é relacional. O indivíduo que comete determinados atos de hostilidade ao outro o faz por se sentir, de alguma forma, superior àquele. O preconceito é social, para existir precisa do contexto social (Dovidio et al., 2008).

Um ponto importante é que a ação preconceituosa dependerá também do contexto ao qual se insere, em consonância às relações de poder e aos afetos que se sobressaem naquele momento, pois, enquanto atitude, ele se entrelaça às crenças (individuais e grupais), aos afetos e ao comportamento. Para poder existir e ser expresso o preconceito precisa ser socialmente chancelado, visto que faz parte da norma social. Nesse sentido o preconceito atua de maneira a excluir e incluir as minorias sociais, pois na medida em que exclui e inferioriza o outro, ele também precisa do outro para poder dominá-lo (Lima, 2020).

O preconceito é um fenômeno que atua nos mais diversos níveis, como o institucional, o cultural e o individual, podendo ser entendido como a manifestação das atitudes negativas contra um determinado grupo ou contra uma pessoa com base no grupo ao qual ela pertence (Allport, 1954). O preconceito tem como características ser rígido e baseado em distorções cognitivas, ele apresenta pouca susceptibilidade à mudança de crenças e opiniões (Reynolds & Augoustinos, 2001). Uma das características do preconceito é a manutenção de atitudes negativas contra membros de um grupo. Para isso, os atributos individuais daqueles que formam o grupo são negados e o julgamento é realizado mediante a participação do indivíduo no grupo (Bäckström & Björklund, 2007).

Dessa forma caracterizam-se como julgamentos antecipados, pois, neles existem a tendência ao julgamento por características previamente consideradas como negativas. Portanto, preconceitos são atitudes. As atitudes preconceituosas estão repletas de elementos, os quais compõem as esferas cognitivas, afetivas e discriminatórias (tendência a ação, disposicionais). Fazem parte das atitudes preconceituosas a manutenção da hierarquia, entre os grupos sociais, a sustentação de emoções negativas, a homogenização dos alvos e as crenças sociais (Lima, 2023). É um fenômeno socialmente construído que se manifesta em atitudes e comportamentos discriminatórios em relação a grupos considerados fora das normas ou valores do grupo predominante (Brown, 1995).

O preconceito é um fenômeno que traz em seu bojo, diversas camadas, e uma delas são as consequências da vitimização, abordadas primeiramente por Allport (1979),

quando explica que existem defesas do ego, que estão vinculadas à ideologia de responsabilidade e mérito, e que podem variar entre uma repressão ressentida, sentido de forma passiva, para o ato contra o grupo majoritário, ao auto-ódio, sendo sentido como uma forma de se identificar com o outro grupo, em geral, o grupo majoritário e passar a sentir ódio contra si por ser membro de um grupo minoritário (Reynolds et al., 2017).

Segundo Allport (1979), grupos que estão numa posição hierárquica inferior usam de movimentos preconceituosos como os que receberam, contra grupos que se apresentem como hierarquicamente minoritários também. Quando vitimizados podem agir como agressores “sou intolerante porque fui vítima de intolerância” (Allport, 1979, p. 153), essa é uma forma de defesa, mas também de integração com a maioria. Além disso, pode ocorrer o oposto, quando muitas vítimas de preconceito passam a não ser preconceituosas com o outro grupo, também hostilizado, por não querer que o outro passe por isso (Allport, 1979). Esta dinâmica de vitimização e agressão, embora profundamente enraizada e experiências individuais, reflete e é amplificada pelas dinâmicas de preconceito e discriminação no nível grupal, sugerindo uma predisposição generalizada para julgamentos preconceituosos que transcendem contextos específicos.

De acordo com Duckitt (2001), no preconceito há a tendência ao preconceito generalizado, tendo como base o pressuposto de que se uma pessoa é preconceituosa contra um grupo tem a tendência a ser preconceituosa com outros grupos ou minorias. Para isso, existem atributos, de nível individual e grupal, que corroboram com as atitudes preconceituosas, mantendo-as e/ou intensificando-as, esses atributos podem ser crenças ou personalidade. Dessa forma, a medição dos preconceitos por escalas de medidas explícitas revela correlações significativas, indicando a existência de um preconceito generalizado. O preconceito explícito é um fator que abarca diferenças singulares de personalidade e crenças rígidas. Essas atitudes explícitas podem ser bem explicadas por teorias como a do autoritarismo de direita, da Orientação para a Dominância Social e pelo modelo dos cinco traços ou dimensões de personalidade (Big Five), especialmente os fatores de agradabilidade e abertura à experiência (Bergh et al., 2012).

O preconceito vai além do desgostar de alguém porque ele/ela pertence a um grupo, ele está vinculado ao senso de posição de grupo, o. Blumer (1958) propõe que ele está vinculado às categorias raciais, ou seja, à separação que as pessoas criaram para diferenciar uns aos outros mediante os membros de seu grupo. Eis que assim a separação é feita, também, de maneira hierárquica dos grupos dominantes para os grupos dominados, os quais, categoricamente são sentidos como: (1) os grupos dominantes são

superiores; (2) os grupos dominados são estranhos; (3) os grupos dominantes têm o sentimento de reivindicação de propriedade, status, poder; (4) os grupos dominados são vistos como ameaçadores ao grupo dominante (Blumer, 1958).

Assim, o preconceito emerge como um fenômeno das estruturas sociais e psíquicas. Ele reflete não apenas as experiências individuais de vitimização e as dinâmicas das posições hierárquicas e percepções grupais, mas também se revela nas camadas mais profundas da consciência humana. Nesse contexto, o preconceito se manifesta tanto de forma consciente ou controlada quanto inconsciente, ou automática, ilustrando a complexidade de suas origens e expressões. Particularmente, a natureza automática do preconceito se torna evidente no comportamento dos autoritários, que, ao reprimir seus conflitos internos, acabam por deslocá-los ou projetá-los em grupos minoritários considerados “mais fracos”. Esses grupos, teoricamente transformados em 'bodes expiatórios', se tornam alvos de atitudes preconceituosas, conforme discutido por Cunningham et al. (2004).

A noção de bode expiatório explica a tendência de atribuir a culpa e as motivações por trás do preconceito e comportamento hostil a outros, sugerindo que o preconceito não deriva apenas do contato social, mas também pode ser provocado por uma gama de emoções negativas, como paixões, medos e frustrações. De acordo com a teoria da frustração-agressão, originalmente proposta por Dollard et al. (2013) e posteriormente refinada por Berkowitz (1989), a frustração surge quando um indivíduo é impedido de alcançar um objetivo desejado, levando a sentimentos de raiva e hostilidade. Esta raiva busca uma válvula de escape e, na ausência de um alvo legítimo ou acessível, pode ser direcionada a alvos mais vulneráveis ou socialmente estigmatizados, como grupos minoritários ou marginalizados. Esse processo envolve a projeção de frustrações e sentimentos negativos sobre esses 'bodes expiatórios', culpando-os injustamente por descontentamentos ou fracassos pessoais/grupais.

Ao levantar a hipótese sobre o preconceito manifesto em indivíduos com autoritarismo de direita, pode-se considerar que o preconceito é algo enraizado na personalidade. No entanto, o preconceito não se resume a um traço de personalidade; ele é, sobretudo, uma construção social. Na tentativa de se inserir na sociedade, o indivíduo torna-se tanto produto quanto produtor de determinados grupos por meio da identificação (Borrillo, 2010; Cunningham et al., 2004).

Um fator importante na manutenção do preconceito contra grupos são as atitudes paternalistas, que posicionam determinados grupos como mais necessitados, fracos e

desprotegidos. Isso reforça a desigualdade, pois o preconceito atua para separar os grupos, legitimar hierarquias e ratificar explorações (Sibley & Barlow, 2017). Essa manutenção do preconceito por meio de atitudes paternalistas também pode ser entendida à luz da psicologia social cognitiva, que explica o preconceito conforme a forma de pensar da pessoa preconceituosa. Os processos cognitivos das pessoas preconceituosas diferem daqueles que são mais tolerantes. A categorização é uma qualidade importante da cognição, um recurso generalizado que simplifica e distorce estímulos, preparando o terreno para a estereotipia e a expressão do preconceito (Billig, 1985).

No que tange aos processos cognitivos, o preconceito é derivado da experiência e da socialização, formando associações que servirão como guias na dinâmica entre os grupos (Reynolds et al., 2017). Para estes autores, é nesse contexto que se recorrem a heurísticas, estereótipos e categorizações, que ajudam a determinar as impressões, dar sentido aos eventos, auxiliar na participação de grupos e distinguir atributos considerados negativos.

Além dos processos cognitivos, para entender os preconceitos e sua generalização é fundamental considerar a teoria das emoções intergrupais, que oferece uma base para entender como os sujeitos de um grupo se sentirão em relação a outros grupos, bem como os sentimentos grupais mais amplos. Quando uma identidade social é ativada, os grupos tendem a interpretar os eventos com base nas implicações dessa identidade intergrupais, influenciando diretamente as emoções e ações dos membros do grupo (Maitner et al., 2017). Os autores citados destacam ainda que, conforme as explicações da teoria da autocategorização, um grupo tende a sentir maiores emoções quando estão categorizados enquanto membros de um grupo, influenciando os níveis de emoções sentidas diante de um exogrupo. Tal mecanismo acentua a dinâmica exogrupal e estabelece a manutenção de critérios internos pertencentes ao endogrupo (Tajfel, 1984).

Esse entendimento da relação psicossocial se alinha com as teorias intergrupais, como a teoria da identidade social e a teoria da autocategorização, que delineiam que as formas de poder e status são fundamentais para a definição dos grupos e das relações. Segundo essas teorias, o preconceito contra grupos minoritários está vinculado aos processos de identificação com grupos considerados positivamente adequados ou superiores. Assim, o preconceito é visto como racional e estratégico, pois atua nas posições de poder entre os grupos (Lima, 2023; Nesdale, 2001), permitindo a construção de uma distintividade positiva de si em relação aos outros (Tajfel & Turner, 1979).

Em conformidade com a Teoria da identidade social, existe uma identificação do

sujeito e seu grupo; de modo que a realização pessoal estará intimamente ligada à realização do próprio grupo. Quando há uma forte identidade grupal o sentimento de proteção do endogrupo aumenta, portanto, fica mais fácil reconhecer o exogrupo como mais negativo (Tajfel & Turner, 1979).

Numa ideia de posição grupal, o caráter normativo do preconceito demonstra que estamos na presença de uma força que é social e adaptativa. Caracterizar o outro grupo, é de forma contrária um modo de caracterizar ao próprio grupo, por estar segregando aos grupos em posições, como no senso de posição racial. Logo, ressalta-se a existência da presença de grupos dominantes e de dominados, os quais exercem um papel fundante no primeiro eixo, a opressão e dominação como a segunda estrutura que contempla a exclusão e a inclusão. Tais aspectos são importantes para a manutenção do sentido de posição de grupo (Bobo, 1999).

O senso de posição grupal é relacionado ao grupo para outro(s) grupo(s), isso é formado inicialmente após o primeiro contato, o qual é o momento de estabelecer objetivos, hierarquia, projetos, oportunidades, entre outros fatores que moldarão o sentido do grupo. Nessa perspectiva, o integrante de um grupo, mesmo que seus atributos pessoais sejam opostos ao dos demais integrantes do grupo dominante, como, por exemplo pouco poder monetário, baixa escolaridade, baixo status haverá um senso de posição grupal igual ao do membro mais elitizado de seu grupo (Blumer, 1958).

Nesse ínterim, ao tratar sobre posições grupais é importante reconhecer que para haver posições de grupo deve haver conflito grupal, o qual garante ao endogrupo a subsistência, o poder. Na lógica da competição quanto mais um grupo tem, menos sobrarão para o outro grupo ou o seu próprio grupo. Esse é o mecanismo do Soma-zero, ela é importante, pois explica a natureza e as consequências das competições entre grupos. Por exemplo, para as pessoas com algo ODS é normal que enxerguem o mundo como uma selva competitiva, pois o endogrupo precisará estabelecer o lugar de poder dentro daquela sociedade (Asbrock et al., 2009).

1.2 Como se expressa o preconceito?

No contexto do preconceito, observa-se uma distinção que pode ser caracterizada como uma dupla atitude. Essa dupla atitude refere-se à separação do preconceito em duas formas: implícita (inconsciente, automática) e explícita (consciente). Esses dois vieses podem ser manifestados de forma independente ou de maneira conjunta. Por exemplo, uma pessoa pode demonstrar atitudes negativas tanto de forma explícita quanto implícita

em relação ao mesmo grupo (Devine, 1989).

No preconceito implícito, as pessoas podem ter duas atitudes diferentes acerca de um grupo social. A primeira é que ela pode ser ativada automaticamente, tal mecanismo é possível ser explicado em estudos que consistem em mostrar rapidamente o rosto de pessoas negras, ao tentar analisar qual a atitude que o participante tomaria diante daquela figura. A segunda são as atitudes conscientes (Cunningham, Nezlek, & Banaji, 2004).

De acordo com Devine (1989), o preconceito implícito se refere às atitudes preconceituosas que uma pessoa pode ter de forma inconsciente ou automática, muitas vezes sem estar ciente dessas atitudes. Essas atitudes implícitas podem ser formadas por meio da exposição cultural a estereótipos e preconceitos ao longo da vida, e podem ser ativadas automaticamente em situações específicas, mesmo que a pessoa não concorde conscientemente com elas. Esse preconceito pode influenciar suas reações automáticas e inconscientes ao interagir com membros desse grupo, mesmo que ela não tenha a intenção consciente de agir de forma preconceituosa.

Através de estudos recentes, observa-se a persistência dos preconceitos automáticos em diversos grupos sociais, eles são encontrados nos diferentes grupos, como, por exemplo nas associações negativas que os brancos têm contra os negros, jovens contra idosos, homens e mulheres, e assim por diante. Os processos automáticos tendem a projetar atitudes enraizadas, verdadeiras e resistentes das pessoas (Blair, 2002).

O contato social entre os indivíduos e os processos de categorização e dinâmica intergrupais são fatores que contribuem significativamente para a manutenção e propagação de preconceitos e estereótipos, com destaque para o preconceito aversivo. Lima e Vala (2004) exploram o conceito de preconceito aversivo, como uma forma ambivalente de atitude negativa em relação a grupos minoritários, caracterizada por uma resposta desfavorável a fortes valores igualitários e crenças positivas relacionadas aos grupos-alvo. Esse tipo de preconceito se manifesta frequentemente por meio de desconforto e evitação.

1.3 Como o preconceito é aprendido?

As formulações acerca da formação de valores acontecem desde a primeira infância do indivíduo e podem perdurar até a idade adulta. Os comportamentos aprendidos pelas crianças são também definidos pela imitação que realizam com as figuras mais próximas, como familiares, e pelas figuras de autoridade. Portanto, o preconceito infantil também foi vinculado às questões da formação da personalidade

Nesdale (2001) argumenta que a abordagem da personalidade é uma perspectiva válida para a compreensão do preconceito na infância, mas não deve ser considerada isoladamente. Ele enfatiza que essa abordagem frequentemente desconsidera a influência significativa do ambiente social, incluindo figuras parentais, escolares e a ideologia no comportamento e nas atitudes intergrupais das crianças. Portanto, a aprendizagem social do preconceito ocorre mais através dessas influências do que de características inerentes à personalidade

Embora as crianças não eliminem o preconceito por completo durante seu desenvolvimento, elas internalizam as normas sociais que são estabelecidas com base nas interações entre os pais, no ambiente familiar e social. É nesse contexto que as crianças começam a formar conceitos morais, desenvolver habilidades cognitivas e empáticas que moldam sua compreensão acerca dos grupos sociais (Silva, 2013).

As crianças aprendem sempre com o seu meio e mudam conforme seu ambiente também muda, um exemplo disso é o fato de que as crianças estão em constante aprendizado, numa primeira instância com seus pais/familiares, num segundo momento com a escola, pela comunidade e assim sucessivamente, constituindo sua realidade social e o processo de socialização. É mediante o contato com seus grupos que as crianças formam suas identidades, gerando impactos em suas atitudes. Os filhos são fortemente influenciados pelas “preferências” de seus pais, em suma, os valores transmitidos pela cultura têm forte poder na construção dos preconceitos (França, 2023).

Existem diversas fontes que contribuem na expressão e aprendizado do preconceito, como, por exemplo, ele pode ser aprendido em casa, na família, e nos contextos mais amplos de socialização nos quais ocorre a percepção de diferenças sociais e de status.

Como vimos, a teoria da identidade social de Tajfel e Turner (1979) oferece uma perspectiva valiosa para entender como o preconceito pode surgir em contextos nos quais as pessoas buscam definir sua identidade social em relação a outros grupos. No contexto familiar e social, as pessoas aprendem a identificar-se com determinados grupos e a atribuir significados positivos a esses grupos, enquanto muitas vezes estigmatizam ou desvalorizam grupos percebidos como diferentes ou externos. Esse processo pode ser reforçado pela percepção de diferenças sociais e de status, onde indivíduos buscam manter ou elevar seu próprio status social em comparação com outros grupos. Além disso, a busca pela manutenção do poder, hierarquias e propriedades também está intrinsecamente ligada à formação de identidades sociais e à perpetuação do preconceito.

As pessoas, muitas vezes, atribuem características positivas ao seu próprio grupo, reforçando sua autoestima e senso de pertencimento, enquanto estigmatizam ou desvalorizam aqueles que representam uma ameaça percebida a esses valores (Fiske, 1998).

1.4 Preconceito, estereótipos e discriminação

O preconceito é considerado uma atitude por agrupar a combinação das crenças, sentimentos e comportamentos. As crenças fazem parte do que se considera como estereótipos, enquanto o comportamento entende-se como a discriminação, aliados ao afeto cria-se a atitude preconceituosa contra o outro.

Acerca dos estereótipos pode-se pensar nele como uma grande generalização de crenças, que em sua maioria são negativas. O homem utiliza dos estereótipos, pois diante de um bombardeio constante de informação, deverá acessar uma memória de forma rápida, o que por sua vez evita o gasto de energia, assim fará o uso das crenças já formadas sobre a informação e as utilizará como reais e norteadoras. Tais crenças são imprecisas e resistentes a novas informações e mudanças (Fiske, 1998).

A ativação de respostas estereotipadas é automática, porque carrega em sua memória vestígios do que aprenderam durante sua vida, das cognições e memória implícitas, que configuram “os rastros” das experiências de sua infância, do que aprenderam em casa. Tais vestígios passam a conviver com as crenças atuais que o sujeito passou a ter, compondo os processos mais controlados de avaliação e aplicação dos estereótipos (Devine, 1989).

Outra explicação para o surgimento dos preconceitos é baseada na ignorância ou desconhecimento das formas de ser dos outros grupos. Essa explicação é desenvolvida pela análise do contato. A hipótese do Contato propõe que o contato direto entre membros de grupos étnicos diferentes, quando certas condições são atendidas, pode levar à redução do preconceito e da hostilidade intergrupais. No entanto, algumas condições são essenciais para haver um impacto positivo no contato intergrupais, como a igualdade de status; esses grupos devem compartilhar objetivos comuns que exijam cooperação mútua e, por último, o apoio institucional, ou seja, a sociedade deve apoiar e endossar a interação positiva entre os grupos, quanto a isso pode-se incluir políticas governamentais, programas educacionais e outras iniciativas que promovam a integração e a compreensão mútua (Allport, 1954).

As pesquisas que exploram o preconceito, a discriminação e os estereótipos

indicam que esses processos estão profundamente arraigados. Os processos cognitivos e afetivos podem operar conscientemente, pois são aprendidos, enquanto as associações automáticas revelam a notável resistência do preconceito.

Apesar das evidentes mudanças no meio social ao longo das gerações, os estereótipos continuam a ser fenômenos marcantes. Não obstante, a evolução da sociedade, percebe-se que tanto os estereótipos quanto as discriminações e o preconceito persistem. Essa persistência é impulsionada por diversas motivações complexas. Primeiramente, a automatização desses padrões de pensamento, muitas vezes arraigados no inconsciente, contribui para a sua continuidade. Além disso, a capacidade de controle individual sobre esses estereótipos é limitada, uma vez que estão profundamente enraizados em processos cognitivos automáticos (Fiske, 1998).

Outro fator crucial é a influência das normas sociais, que moldam as percepções e interações coletivas. Essas normas podem reforçar e perpetuar estereótipos, discriminando implicitamente grupos considerados diferentes. Mas podem também trabalhar na direção inversa, ou seja, de combate aos preconceitos. Aqueles que detêm privilégios frequentemente recorrem ao preconceito para justificar sua posição. Instituições e estruturas como família, escola, governo, mídia, comunidades religiosas e a sociedade em geral, desempenham papéis significativos na perpetuação desse preconceito (Jost & Banaji, 1994).

1.5. Preconceito enquanto norma social, o senso de posição grupal e o Julgamento Moral

É importante ressaltar que no estudo sobre o preconceito é feito a partir de uma compreensão de, aproximadamente, todas as relações grupais existentes. As pesquisas realizadas, em sua maioria, abordam o preconceito contra grupos minoritários, aqueles que se encontram a margem mais vulnerável da sociedade. Tendo em vista a abordagem metodológica aplicada nesta pesquisa é crucial pensar o caminho do preconceito também como um processo que acompanha a norma social, a norma social estabelece que deve haver a aceitação de regras ou padrões de comportamentos entre os grupos, para serem seguidos (Silva, 2014).

Um dos problemas na pesquisa sobre o preconceito é que as pessoas tendem a mentir ou ocultar suas atitudes e pensamentos socialmente, uma vez que precisam decidir se os inibir ou mostrá-los trará algum benefício para si.

Uma importante característica do preconceito é que numa tentativa de esconder o

preconceito manifesto as respostas preconceituosas das pessoas serão dadas a depender de quem está perguntando (Blair, 2002). O comportamento, enquanto algo público é compreendido por ser mais disseminado, e isso influencia mais à comunidade do que fatores de cunho privado, como, por exemplo, o sentimento (Blanchard et al., 1991). Essa é a lógica da norma do preconceito, pois, numa sociedade é mais fácil e compensatório seguir aquilo que é normalizado, uma vez que dessa forma não há prejuízo ou castigo para aquele que seguir.

As normas sociais envolvem a ativação ou inibição de comportamentos em presença de outras pessoas, e ditam quais comportamentos são aceitáveis e valorizados em uma comunidade, levando à internalização e obrigatoriedade desses padrões comportamentais, as normas sociais facilitam os objetivos grupais (Allison, 1992; Silva, 2014). O fenômeno da normalização do preconceito se faz presente quando se percebe que atitudes preconceituosas se tornam uma norma, ou seja, algo aceitável que já está pré-estabelecido como algo que existe e que funciona, então é algo acessível. O preconceito enquanto manifestação das normas sociais explica o comportamento de quando a sociedade molda o que se deve tomar como certo ou errado, os grupos, tenderão a se moldar perante essa nova norma. O preconceito é influenciado por diferentes níveis de contexto social e cultural. Os desafios de se adaptar a essas mudanças podem contribuir para a formação e manutenção do preconceito (Crandall, Ferguson, & Bahns, 2013).

A normalização do preconceito é claramente perceptível nos meios de comunicação, onde vemos com frequência a disseminação indiscriminada de estereótipos. Isso se manifesta na subjugação de pessoas negras, na desumanização das minorias sexuais e de gênero, na ridicularização de indivíduos com sobrepeso, deficiência física ou transtornos mentais, entre outros grupos. Essa tendência os torna alvos de piadas e perpetua um ciclo de discriminação difícil de ser quebrado (Roso et al., 2002).

Toma-se o exemplo de uma cultura em que é natural que crianças de gênero masculino possam proferir xingamentos e menosprezar crianças de gênero feminino, nesse caso, as crianças se comportam de tal forma, pois aquela ideia é uma crença já existente e reforçada naquela cultura (Allport, 1954).

Isto posto, a normalização do preconceito é algo cultuado entre os grupos, quiçá pela sociedade no geral, são conjuntos de atitudes negativas que se repetem por estar na moda. O preconceito faz parte do processo de aprendizado, desde que a pessoa preconceituosa pertença a um grupo. Para a psicologia social, é compreensível a aceitação de determinados preconceitos contra determinados grupos, seguindo a lógica da norma

social, em que o grupo preconceituoso é a referência positiva a ser seguida. A sociedade é o âmbito que mais promove a segregação e o preconceito, a isso se deve à forma como as instituições ditarão qual a maneira, o corpo ou o ser mais aceitável para aquele momento. O preconceito enquanto fenômeno psicológico não diminuiu de forma gradual ao longo do tempo, mas alguns tipos de preconceito foram mudados, os grupos que fazem parte da “janela normativa”, são grupos sociais que progrediram em relação à aceitabilidade, o processo de aceitação social do preconceito é mutável e dependerá do tempo (Crandall, Ferguson & Bahns, 2013; Silva, 2014). Os valores estão na base das normas sociais, e a conformidade com essas normas implica na consciência dos valores subjacentes, as normas sociais são consideradas prescritivas e não podem existir sem valores subjacentes. As normas sociais podem influenciar ou suprimir a expressão explícita do preconceito, dependendo do contexto. Normas que reprimem a discriminação flagrante tendem a suprimir sua expressão, levando-a a se manifestar de maneira sutil ou justificada, as justificações do preconceito são construídas com base nos valores das pessoas e nos argumentos utilizados para suprimir o preconceito contra grupos minoritários (Moreira et al., 2023). As atitudes preconceituosas podem ser amplamente aceitas e até mesmo encorajadas em certos contextos sociais, e desencorajadas ou punidas em outros contextos sociais.

A influência normativa contribui para que o comportamento opressor do preconceito seja guiado, reduzindo a expressão do preconceito manifesto ou velado. Em pesquisa, Blanchard et al. (1991) mostraram que, dentre os participantes, aqueles que escutam uma forte opinião antirracista tem maior probabilidade de também emitir uma opinião antirracista. Os autores concluem que a influência normativa é positiva em relação à expressão no âmbito público, e que, ao contrário disso é mais difícil perceber a expressão no contexto privado, assim aqueles que escutavam opiniões a favor do racismo tinham opiniões antirracistas menos forte.

Grupos diferentes entram em conflito para que haja a manutenção da sobrevivência grupal (Sherif et al., 1961). Os conflitos entre grupos e os julgamentos morais estão intimamente ligados, uma vez que ambos desempenham papéis cruciais na manutenção da coesão social e no desenvolvimento de identidades grupais. Os conflitos entre os grupos estão em torno da competição do poder, status, prestígio, riquezas, entre outros. Competições entre o endogrupo e exogrupo são suficientes para manter o grupo, porém não são de extrema necessidade. Uma das consequências de tal ato é estabelecer os estereótipos contra outros grupos; porém, o conflito serve para preservar os

sentimentos de solidariedade, aumento da consciência de identidade endogrupal, etnocentrismo, orgulho e desenvolvimento do desempenho de seus membros (Goldstein, 2002).

Os julgamentos morais são construídos a partir de valores e orientam as reflexões e ações sobre questões sociais (Moreira et al., 2023). Pessoas que desenvolvem o Julgamento Moral são mais inclinadas ao aprendizado contínuo e à busca por novos desafios, têm um hábito de planejar e estabelecer metas, são indivíduos que estão dispostos a assumir riscos e têm uma compreensão ampla de seu papel em contextos sociais mais extensos, como a história, as instituições e as tendências culturais (McFarland, 2010; Rest, 1988).

Dessa forma, enquanto os conflitos promovem a coesão e a identidade grupal, os julgamentos morais e as normas sociais atuam na regulação dessas interações, equilibrando as tendências discriminatórias e promovendo uma convivência mais harmoniosa. No domínio moral, Lawrence Kohlberg, desenvolveu um modelo de seis estágios do desenvolvimento do raciocínio moral. De acordo com Kohlberg, o crescimento moral é impulsionado pela experiência de "tomada de papel", ou seja, ver um problema de múltiplas perspectivas. A tomada de papel melhora o raciocínio moral, o raciocínio moral impulsiona o julgamento moral, e as emoções automáticas e intuitivas têm uma influência predominante nos julgamentos morais (Greene & Haidt, 2002).

No julgamento de moral convencional, as pessoas justificam suas ações em conformidade com as normas sociais, pessoas com moral convencional tendem a acatar normas apenas pela consciência da necessidade de respeitá-las, sem refletir sobre as implicações dos valores nas normas. Nesse nível, encontra-se o subestágio 3, conhecido como "Expectativas Mútuas, Relacionamentos e Conformidade Interpessoal", envolve a necessidade de ser visto como uma boa pessoa pelos outros, com a moralidade sendo definida por boas relações interpessoais. E o subestágio 4, "Preservação da Ordem Social", refere-se à manutenção da ordem social, leis e regras, destacando o respeito pela autoridade como essencial para o bom funcionamento da sociedade (Kohlberg, 2012).

Enquanto na moral pós-convencional, são os valores que justificam as práticas, mesmo que estas não concordem com as normas estabelecidas. Os valores, então, são percebidos como mais importantes que as normas, embora estas ainda sejam válidas para regular as relações sociais desde que não violem valores éticos universais. Os valores têm uma abrangência mais universal e definem os direitos de todos em qualquer situação (Kohlberg & Power, 2012).

Fazem parte do nível Pós-Convencional, o subestágio 5, "Contrato Social e Direitos Individuais", baseia-se na compreensão de que leis e regras são acordos sociais que podem ser modificados para atender aos princípios de justiça e bem-estar humano. O subestágio 6, "Princípios Éticos Universais", indica que as pessoas agem de acordo com princípios de justiça, dignidade e igualdade humana, mesmo que isso signifique desafiar as leis e regras da sociedade (Kohlberg, 2012).

A seguir serão abordados com mais detalhes cada tipo de preconceito contra minorias específicas (e.g. preconceito de gênero, minorias sexuais, preconceito contra minorias étnicas e raciais, preconceito contra pessoas gordas, preconceito de idade e preconceito contra pessoas com deficiência).

1.6 Preconceito de gênero ou sexismo

O sexismo engloba atitudes preconceituosas que manifestam crenças e comportamentos, perpetuando a desigualdade de gênero ao segregar grupos com base no seu gênero. Embora o sexismo aborde questões de gênero, sua manifestação está mais notavelmente associada às mulheres, considerando que frequentemente nas redes de relações de poder da maior parte das sociedades elas estão em posição de poder inferior.

Esta prática profundamente enraizada na sociedade torna-se evidente desde a primeira infância, quando os papéis distintos de homens e mulheres já se delineiam (Becker & Sibley, 2016). Desde o princípio do seu desenvolvimento, as crianças são ensinadas a categorizar as outras pessoas com base em seu gênero. A partir dos 7 meses, já conseguem distinguir entre rostos e vozes masculinas e femininas. Aos 9 meses, começam a associar rostos masculinos e femininos e suas vozes. Aos 18 meses, as habilidades de linguagem receptiva se desenvolvem, associando os rótulos "homem" e "mulher" com rostos correspondentes. As crianças também começam a associar atividades estereotipadas de gênero aos rostos masculinos e femininos. Porém, as meninas conseguem demonstrar compreensão estereotipada em algumas atividades de gênero, mas os meninos não demonstram tanta compreensão (Bussey & Bandura, 2004).

É crucial realizar um recorte histórico na sociedade para compreender o sexismo, uma vez que o gênero é uma construção cultural que vai além da diferenciação sexual. Essa construção cultural impõe valores desiguais e hierárquicos, utilizando a diferença sexual como instrumento. O casamento foi uma forma de controle do corpo feminino, historicamente pertencente aos homens. Nas relações heteronormativas, o valor da mulher era limitado ao papel sexual e reprodutivo (Beauvoir, 2011; Murta, et al., 2012). Nesse

contexto, os homens, ao exercerem atividades fora de casa, detinham poder financeiro, sendo considerados viris e laboriosos, enquanto características associadas ao feminino eram frequentemente julgadas de maneiras explícitas, por meio de atitudes de violência física violência física, estupro, assassinatos, ou de forma mais sutil, como controle social, exclusões e xingamentos (Murta, et al., 2012).

A violência dirigida contra mulheres e homossexuais pode ser interpretada como consequência e resposta ao sexismo e ao heterossexismo, refletindo a presença de marcadores sociais que definem e segregam grupos. O modelo heteronormativo, pautado na lógica binária que divide o mundo entre feminino e masculino, contribui para a perpetuação de dinâmicas de violência de gênero em muitas culturas. Essa violência se manifesta de maneira a reforçar os papéis de gênero preestabelecidos (Murta et al., 2012).

Dos meios de violência, a coerção se revela como um método de violência menos eficaz contra mulheres, uma vez que sua natureza opressiva propicia uma reação de resistência e rejeição ao tratamento autoritário. Portanto, a estratégia mais eficaz para controlar grupos minoritários é a utilização de preconceitos sutis, disfarçados, capazes de impactar negativamente níveis subjetivos e assegurar a interferência eficaz na luta contra o sistema (Becker & Sibley, 2016).

Uma das fundamentações frequentemente invocadas por indivíduos com atitudes sexistas reside na suposta diferenciação biológica entre homens e mulheres, que estabelece uma inerente supremacia masculina baseada em atributos como força e poder. Argumentam ainda que os níveis mais elevados de testosterona nos homens os predispõem a uma necessidade sexual exacerbada, justificando, assim, comportamentos abomináveis como traição, violência, estupro, humilhação e subestimação das mulheres. Entretanto, Becker e Sibley (2016) indicam que os estereótipos de gênero, muitas vezes invocados para sustentar essas crenças, são predominantemente imprecisos. Por exemplo, uma meta-análise com 46 estudos sobre diferenças psicológicas de gênero, revelou que, embora existam diferenças entre homens e mulheres em determinados comportamentos motores, (e.g. provas de arremesso), aspectos da sexualidade, (e.g. a incidência da masturbação), e uma moderação em medidas de agressão, tais diferenças são muitas vezes mal interpretadas. Destaca-se que o fator cultural desempenha um papel crucial na construção da segregação de gênero, sendo que, embora haja padrões universais em diversas culturas, características específicas de cada sociedade podem introduzir variações, como evidenciado nas diferenças entre sociedades individualistas e coletivistas (Hyde, 2005).

Becker e Sibley (2016) evidenciam que o sexismo assumiu uma nova configuração, uma vez que as manifestações antigas desse preconceito já não são mais socialmente aceitas. Diante dessa rejeição, é provável que ocorram alterações em sua forma de expressão, visando tornar-se uma atitude mais socialmente aceitável. Surgem, assim, novas formas de expressão do sexismo, entre elas o sexismo ambivalente, o sexismo moderno e o neosexismo.

O sexismo moderno reconhece a existência de desigualdade de gênero na sociedade, contudo, justifica e minimiza essa disparidade. Dentro do neosexismo, emerge um ressentimento resultante do conflito entre a busca pela igualdade de gênero e os sentimentos negativos ainda presentes em relação às mulheres. Ambas as formas de sexismo tendem a culpar as mulheres pela desigualdade de gênero na sociedade (Becker & Sibley, 2016).

O novo sexismo é caracterizado por formas ambivalentes que não são tão diretas e objetivas quanto comportamentos mais tradicionais. Uma das principais manifestações do sexismo ambivalente envolve a adoção de atitudes hostis e benevolentes, as quais estão interligadas por três mecanismos: o paternalismo, a diferenciação de gênero e a heterossexualidade (Glick & Fiske, 1996). O paternalismo, por exemplo, pode se manifestar de duas formas: o paternalismo dominante, que retrata a mulher como incapaz e enfatiza a necessidade da presença masculina, e o paternalismo protetor, que sustenta a ideia de que as mulheres dependem dos homens para proteção e cuidado (Formiga et al, 2002).

Além disso, o sexismo ambivalente também se manifesta por meio da diferenciação de gênero, onde as mulheres são frequentemente desqualificadas para posições de liderança, enquanto os homens são valorizados por sua competitividade, criando assim uma exclusão hostil. Por outro lado, as mulheres são muitas vezes valorizadas apenas por suas qualidades que complementam os homens, reforçando estereótipos pseudopositivos ou benevolentes de gênero (Formiga, et al., 2002). Por fim, a heterossexualidade desempenha um papel nesse novo sexismo, onde as mulheres são retratadas como usando seu poder sexual para dominar os homens de maneira hostil, enquanto, de forma benevolente, é enfatizado que homens e mulheres precisam um do outro para alcançar plenitude emocional (Formiga et al., 2002).

Assim, a teoria do sexismo ambivalente afirma que o sexismo oscila entre o amor e proteção às mulheres e a sua opressão. Esse fenômeno é influenciado pelos pressupostos das relações de poder na sociedade e pela dinâmica de poder, ou seja, as dependências

presentes nos relacionamentos. Essa perspectiva estabelece a concepção de que as mulheres são afetuosas e cuidadoras, papéis que não são valorizados na sociedade, enquanto o homem é visto como provedor, detentor de poder e valor (Becker & Sibley, 2016).

Muitas vezes o sexismo é invisível. Embora seja um problema recorrente, ele é considerado de forma naturalizada ou como algo “escondido”, velado, que quando percebido pode não ser aceito como uma problemática (Bates, 2018). Em todos os casos a mulher é posta numa condição dependente e descartável (Oliveira & Modesto, 2020). Já o sexismo hostil pune as mulheres que fogem do padrão imposto de submissão (e.g. feministas), estando mais relacionado com as práticas misóginas.

1.7 Preconceito contra minorias sexuais ou heterossexismo

O heterossexismo se refere a atitudes negativas direcionadas a indivíduos com base em sua orientação sexual. Similarmente ao sexismo, que prejudica predominantemente as mulheres devido à sua posição de menor poder social, o preconceito sexual afeta principalmente as pessoas LGBT. Embora seja possível que pessoas homossexuais também manifestem preconceito contra indivíduos heterossexuais, essa dinâmica não ocorre de forma simétrica. Enquanto o preconceito contra pessoas heterossexuais geralmente é uma expressão de atitudes individuais, o preconceito contra minorias sexuais reflete um estigma cultural mais amplo (Herek, 2016).

O estigma cultural reflete a participação da sociedade na exclusão e marginalização das minorias sexuais, frequentemente resultando em enfraquecimento, humilhação e até violência. Especificamente, o estigma sexual está associado aos comportamentos relacionados à comunidade LGBTQIAP+, que desafia os padrões heteronormativos estabelecidos como norma. Nessa perspectiva, a homossexualidade é frequentemente alvo de desvalorização, já que representa uma quebra dos padrões hegemônicos de orientação sexual (Herek, 2016).

O heterossexismo, também conhecido como estigma sexual estrutural, é uma ideologia cultural que se manifesta como um produto de forças sociopolíticas, resultando na restrição dos meios e oportunidades disponíveis para grupos minoritários, neste caso, as minorias sexuais. Além do heterossexismo, os autores discutem outras formas de estigma sexual, como o estigma sexual promulgado, o estigma sexual sentido e o estigma sexual internalizado (Herek, 2016).

O estigma sexual promulgado denota formas intensas de discriminação contra

grupos minoritários sexuais, caracterizadas por expressões explícitas de preconceito, como violência física e exclusão. Por outro lado, o estigma sexual sentido refere-se às expectativas que os membros do grupo minoritário têm em relação às possíveis consequências de serem identificados como pertencentes a essa minoria, o que gera receio de enfrentar o estigma promulgado. Esse tipo de estigma pode resultar em danos físicos e psicológicos significativos para as minorias sexuais. Por fim, o estigma sexual internalizado envolve a incorporação das visões negativas sobre o grupo estigmatizado, levando os próprios membros desse grupo a internalizarem e aceitarem a desvalorização, o que acaba por confirmar o estigma (Herek, 2016).

A homossexualidade pode ser considerada invisível em certa medida, já que para ser reconhecida como uma orientação sexual de uma pessoa ou característica de um grupo, deve ser anunciada ou revelada. Cerqueira-Santos e Souza (2011) exploram a dinâmica da homossexualidade e dos papéis de gênero no Brasil. De acordo com os autores, o contexto masculino brasileiro, marcado pelo machismo, estabelece as mulheres e pessoas afeminadas, gays, transexuais e travestis como submissos, dominados pelos homens, que desempenham o papel de penetradores. Mesmo quando um homem se relaciona com outros homens, desde que mantenha a posição de penetrador dominante, ele pode não ser percebido como homossexual, devido à hierarquia de gênero na sociedade, onde os homens heterossexuais ocupam o topo.

O estigma sexual impõe severos obstáculos na vida das pessoas LGBT. Ao revelar sua orientação sexual, indivíduos desse grupo muitas vezes enfrentam dificuldades no ambiente de trabalho, onde são frequentemente discriminados e excluídos de oportunidades profissionais. Além disso, ao buscar assistência médica, são estigmatizados, alguns até mesmo recebendo diagnósticos de HIV positivo unicamente devido à sua identidade como parte de uma minoria sexual, como forma de rotular a comunidade LGBT (Cerqueira-Santos & Souza, 2011).

1.8 Preconceito contra minorias raciais ou racismo

O racismo é uma questão histórica que continua a afetar profundamente a sociedade moderna. Ele impacta o bem-estar psicológico das vítimas, suas oportunidades de vida e emprego, o desenvolvimento econômico das sociedades e contribui para a violência individual e coletiva (Lima, 2020).

O racismo mudou ao longo do tempo para se adaptar às novas normas sociais que são contra o racismo. Mesmo com a pressão para ser antirracista, o racismo encontrou

maneiras de se manter, mudando suas formas de expressão. Após a Segunda Guerra Mundial, tornou-se difícil defender o racismo biológico publicamente devido às consequências negativas associadas a ele (Lima, 2020). As lutas pelos direitos civis e as mudanças legislativas ajudaram a criar uma norma social antirracista que influenciou as atitudes das pessoas. O "novo racismo", que é mais complexo e sutil do que o racismo tradicional, se manifesta de forma indireta e envolve crenças sobre diferenças culturais profundas entre grupos humanos. A metáfora do "vírus em evolução" sugere que o racismo é como um vírus que se adapta para sobreviver em novos ambientes. Essas "mutações" permitem que atitudes e comportamentos racistas continuem, mesmo que de formas mais sutis (Vala & Pereira, 2012).

O racismo pode começar com pequenos atos, muitas vezes não conscientes, e escalar para formas mais graves de violência e desumanização (Lima, 2020). Como exemplo, a maneira como a mídia descreve doenças de origem africana muitas vezes está imbuída de preconceitos históricos e raciais. A mídia britânica, ao generalizar a África como um todo ao falar do ebola, contribui para a criação de uma imagem homogênea e negativa do continente, ignorando suas diversidades e complexidades, a associação da origem do ebola a práticas como a ingestão de carne de macaco e rituais tribais reforça estereótipos que vinculam africanos a comportamentos "primitivos" e "bárbaros", a relação feita entre o homem e o macaco para explicar a origem do ebola pode ser vista como uma tentativa de desumanizar os africanos, vinculando-os à animalidade (Danfá, 2016; Joffe & Haarhoff, 2002; Rodrigues, 2012).

As pessoas criam justificativas para suas atitudes e comportamentos racistas que parecem não ser racistas, permitindo que elas mantenham uma imagem de si mesmas como não preconceituosas (Gaertner & Dovidio, 1986). Isso ajuda a resolver conflitos internos e sociais, já que as pessoas querem parecer igualitárias, mas ainda mantêm crenças e atitudes racistas (Lima, 2004; Vala & Pereira, 2012). O racismo desumaniza o outro através de várias formas, como a animalização, deslegitimação, objetificação e exclusão moral (Dovidio & Gaertner, 1986). Ele atravessa diferentes contextos sociais e níveis de escolaridade. Lima (2020) discute a ideia de um "racismo sem raças e sem racistas", onde as pessoas raramente admitem acreditar em hierarquias raciais ou se consideram racistas. A pesquisa de Turra e Venturi (1995) no Brasil, sobre o fenômeno que chamam de "Racismo Cordial", mostra que a maioria da população reconhece a existência do racismo, mas poucos se identificam como racistas, destacando uma dissociação entre crenças coletivas e pessoais.

Os brasileiros reconhecem amplamente a existência do racismo, mas poucos admitem ser racistas, demonstrando uma dissociação entre o que sabem e o que confessam sobre suas próprias atitudes. O termo "racismo cordial" se refere a um tipo de racismo que é subliminar e muitas vezes disfarçado por uma aparência de cordialidade e boas maneiras. Apesar de negarem explicitamente o preconceito, os brasileiros demonstram atitudes racistas de maneira indireta (Turra & Venturi, 1995).

As manifestações contemporâneas do racismo são mais complexas e frequentemente se manifestam por meio de comportamentos discriminatórios sutis no cotidiano, abrangendo desde interações interpessoais até estruturas institucionais. Essas novas formas de racismo continuam a emergir e perpetuar atitudes discriminatórias na sociedade atual. Elas podem ser categorizadas em diferentes tipos, incluindo o racismo moderno, o racismo simbólico, o racismo aversivo, o racismo ambivalente e o racismo cordial. O racismo moderno, em particular, é observado em sociedades democráticas, onde formas abertas e tradicionais de preconceito são socialmente condenadas (Lima & Vala, 2004).

O racismo simbólico representa uma forma de resistência às mudanças no status quo das relações raciais, onde as atitudes negativas em relação aos negros derivam mais de uma percepção de ameaça aos valores e à cultura do grupo dominante do que de preocupações econômicas. O racismo aversivo é uma forma mais sutil de racismo, que muitas vezes não é facilmente reconhecida. Já o racismo ambivalente surge quando uma pessoa experimenta sentimentos conflitantes em relação a uma raça específica. Por fim, o racismo cordial é observado em sociedades que, embora condenem abertamente formas flagrantes de racismo, ainda manifestam atitudes discriminatórias mais sutis (Lima & Vala, 2004).

O racismo revitimizador é uma forma de racismo que se intensificou com o avanço de narrativas conservadoras da extrema direita. Este tipo de racismo se caracteriza por atribuir às próprias minorias a culpa pelo preconceito que sofrem. Em vez de reconhecer a existência do racismo, essa perspectiva afirma que ele é apenas um artifício narrativo usado pelas minorias para manter ou alcançar posições sociais e econômicas, ou justificar porque não alcançam tais posições. O racismo revitimizador está associado à crítica ao "politicamente correto" e é comparável à vitimização secundária ou revitimização, mas com a peculiaridade de negar a existência do fenômeno racial e culpar as minorias por seus próprios problemas (Lima et al., 2020).

1.9 Preconceito contra pessoas gordas ou gordofobia

O preconceito contra pessoas obesas tem forte conexão com as relações e hábitos sociais, nas quais desde cedo, na infância, as pessoas podem ser discriminadas por serem obesas. Também impacta na percepção de atratividade física na vida adulta de homens e mulheres (Bacon et al., 2001). Este tipo de preconceito também afeta o ambiente de trabalho, estudos indicam que pessoas obesas frequentemente enfrentam discriminação em processos de recrutamento e promoção, resultando em menores oportunidades de emprego e salários mais baixos (Puhl & Heuer, 2009). Além disso, a representação negativa na mídia contribui para a perpetuação de estereótipos negativos, reforçando a ideia de que a obesidade está associada a traços desvalorizados de personalidade, como preguiça e falta de autocontrole (Himes & Thompson, 2007). A gordofobia pode, portanto, levar a problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade, agravando ainda mais a vulnerabilidade das pessoas obesas (Puhl & Suh, 2015); constituindo-se como uma forma de discriminação que afeta profundamente a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas obesas.

A obesidade, segundo Mario Kehdi Carra, da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia Regional São Paulo (SBEM-SP), pode ser explicada a partir da genética, problemas metabólicos e outros fatores, como a falta de atividades físicas e a má alimentação, mas o seu preconceito pode apresentar diferentes fatores relacionados, além da genética, da influência ambiental e sociocultural (Alves, n.d.). O'Brien et al. (2010), em seu estudo com estudantes universitários matriculados em um programa de bacharelado em promoção da saúde e saúde pública, demonstraram que a aplicação de um currículo tradicional de ensino de saúde, o qual envolve causas controláveis para a obesidade (dieta e exercício físico) não provoca redução do preconceito, já a aplicação de um currículo modificado, o qual relaciona causas não controláveis pelo indivíduo para sua obesidade (a genética, a influência ambiental e sociocultural) possibilitou a redução do preconceito implícito e explícito. Os autores concluem afirmando que o tratamento do preconceito contra a obesidade perpassa pelo tratamento social adequado, não apenas uma relação com o sedentarismo e a alimentação pessoal.

1.10 Preconceito de idade ou idadeísmo/etarismo/ageísmo

O preconceito relacionado à idade pode ter sua origem associada à gerontofobia, um medo irracional do envelhecimento e a finitude. Na psicologia, a Teoria de Gestão do

Terror (TGT), afirma que a consciência de um dia morreremos, associada ao instinto de autopreservação, estimulam as tentativas de burlar a mortalidade por meio dos sistemas culturais e alimentam as visões negativas dos idosos, uma vez que eles nos lembram da nossa própria finitude (Greenberg, et al., 1997). Muitas vezes, os mais jovens menosprezam os idosos como uma maneira de lidar com seu próprio medo da mortalidade, atribuindo ao idoso uma posição de menor status social e condição física debilitada. Essa forma de preconceito surge da tentativa de evitar confrontar a realidade de um futuro envelhecido. A Revolução Industrial, ao acelerar o ritmo da sociedade e deslocar a atividade econômica para novas áreas, contribuiu para a separação entre gerações; de forma que, os idosos, muitas vezes, foram vistos como um obstáculo para o progresso (Nelson, 2016).

De acordo com Palmore (1999), o preconceito contra pessoas idosas pode ser categorizado em estereótipos negativos e atitudes negativas, sendo as atitudes mais afetivas e os estereótipos mais cognitivos. Existem nove estereótipos principais: doença, impotência, feiura, declínio mental, doença mental, inutilidade, isolamento, pobreza e depressão (Palmore, 1999). Para este autor, o estereótipo da doença é crença de que a maioria dos idosos são doentes ou incapacitados, associados à fraqueza e ao cansaço. Quanto à impotência, é comum a percepção de que os idosos não praticam atividade sexual ou não sentem mais desejo, considerando moralmente errados aqueles que ainda o fazem. Na categoria da feiura, é observada a associação do envelhecimento à falta de atratividade. Já o declínio mental é caracterizado pela crença de que os idosos perdem a capacidade de aprender e lembrar, tornando-se menos valiosos. No caso da doença mental, há a ideia de que os idosos são afetados por distúrbios mentais. A inutilidade refere-se à percepção de que os idosos são improdutivos e incapazes de trabalhar. Quanto ao isolamento, muitos acreditam que os idosos são socialmente isolados. Na questão da pobreza, é comum pensar que os idosos estão próximos da miséria. Por fim, a depressão é associada à interpretação de expressões tristes dos idosos, acreditando-se que eles se sentem miseráveis.

Esses estereótipos negativos influenciam as atitudes negativas em relação aos idosos, que são frequentemente percebidos como menos competentes, menos flexíveis, mais pobres, com menor status social e menos interessantes. Isso pode resultar em exclusão, desinteresse e falta de apoio (Cuddy, Norton & Fiske, 2005). O preconceito contra os idosos ou ageísmo está enraizado na cultura e muitas vezes é perpetuado de forma institucionalizada. Apesar de ser amplamente reconhecido, muitos idosos acabam

internalizando esses estereótipos negativos. O ageísmo é evidente em várias esferas da vida cotidiana, desde piadas sobre o envelhecimento em cartões de aniversário até a indústria de cosméticos que lucra com a prevenção do envelhecimento. Os idosos frequentemente são retratados de forma negativa e infantilizada, o que pode levar à aceitação desses estereótipos e, conseqüentemente, ter um impacto negativo em sua saúde e bem-estar (Nelson, 2016). O autor destaca ainda que as atitudes de preconceito de idade tendem a ser menos pronunciadas em relação aos idosos com quem se tem um relacionamento próximo. Isso se deve em parte ao fato de que a individualização de um membro de um grupo, destaca o valor dos idosos apenas quando são separados do exogrupo.

1.11 Preconceito contra pessoas com deficiências ou capacitismo

A deficiência não se limita apenas a uma condição física ou sensorial; ela é uma experiência integrada ao ciclo de vida humano, exacerbada pelo envelhecimento e suas conseqüências. Este entendimento, expresso por Gesser e Toneli (2012), situa a deficiência não apenas como um problema de saúde, mas como uma categoria analítica entrelaçada com marcadores sociais como raça, gênero, classe social e geração, resultando em discriminação e opressão.

O aumento significativo no número de pessoas com deficiência globalmente, influenciado por avanços médicos, envelhecimento populacional, mudanças tecnológicas, conflitos e acidentes, destaca a complexidade e a dinâmica social da deficiência (Gesser & Toneli, 2012). Santos (2010) argumenta que associar a deficiência a causas sociais pode transformar sua percepção de uma tragédia pessoal para uma variabilidade natural do corpo humano que a sociedade deve integrar em sua estrutura cultural e social. Em suma, compreender a deficiência vai além da visão médica individualista; é um fenômeno social complexo permeado por relações de poder e discriminação.

Ao longo do tempo e em diferentes culturas, visões e tratamentos em relação às pessoas com deficiência evoluíram. Isso inclui a análise das diversas matrizes de interpretação da deficiência, que moldaram políticas e práticas sociais. Carvalho-Freitas e Marques (2010) afirmam que a matriz de concepção espiritual, por exemplo, baseia-se em crenças religiosas que percebem a deficiência como um castigo ou desejo divino, influenciando ações marcadas pela compaixão e dilemas éticos no trabalho. Em contraste, a matriz de normalidade enxerga como um desvio da norma médica, perpetuando

estigmas que segregam e limitam oportunidades de carreira para pessoas com deficiência. A matriz de inclusão adota uma abordagem sociopolítica, reconhecendo a deficiência como um problema social que requer ajustes estruturais e políticas de inclusão para promover igualdade de acesso e cidadania plena no ambiente de trabalho. Por fim, a matriz técnica considera a deficiência como um recurso gerenciável nas organizações, foca na funcionalidade e nos benefícios da contratação de pessoas com deficiência. Cada matriz oferece uma perspectiva única para compreender e abordar as complexidades da deficiência no contexto social e organizacional contemporâneo (Carvalho-Freitas & Marques, 2010).

Na literatura, a deficiência é mais frequentemente conceituada como uma diferença social do que como uma limitação física ou biológica (Garcia, 1999; Goés, 1991; Leite & Lacerda, 2018). Vigotski (2004) distingue duas perspectivas na abordagem da deficiência: a primária, que considera os comprometimentos físicos e orgânicos como principais fatores limitadores, e a secundária, que enfoca as dificuldades de interação social e a consequente inadequação na apropriação de conhecimentos essenciais para o desenvolvimento pleno. Ele critica a visão organicista que desconsidera o papel crucial do ambiente social e cultural na formação das capacidades humanas. Para Vigotski, as deficiências são significadas historicamente e culturalmente, não sendo meramente um fenômeno natural. Portanto, ele concebe a deficiência não como uma característica essencial do indivíduo, mas como uma diferença socialmente construída que pode ser mitigada através de adequadas interações educacionais e sociais (Leite & Lacerda, 2018). Não há ainda uma definição que traduza o que é a deficiência, o que existe atualmente são formas de adequar aquela pessoa à sociedade, numa lógica de “reabilitação social”.

Campbell (2001) define capacitismo como um sistema de crenças e práticas que desvaloriza pessoas com deficiência, promovendo a normalidade corporal e cognitiva como ideal. O capacitismo implica uma construção social onde pessoas com deficiência são vistas como inferiores, anormais ou desviantes. As leis e práticas jurídicas, de acordo com a autora, estão imbuídas de conceitos capacitistas, frequentemente perpetuando a marginalização das pessoas com deficiência ao tratar a deficiência como uma tragédia individual ou um problema médico a ser corrigido, em vez de reconhecer as barreiras sociais e estruturais que criam desvantagens. Além disso, Campbell (2008) traz a noção da interseccionalidade, discutindo como o capacitismo se entrelaça com outras formas de opressão, como o racismo, o sexismo e a homofobia. Ela argumenta que a opressão não pode ser entendida de maneira isolada e que é crucial considerar como diferentes formas

de discriminação se interconectam e se reforçam mutuamente. Este enfoque interseccional permite uma compreensão mais profunda das complexas dinâmicas de poder que perpetuam a marginalização e exclusão de diversos grupos sociais.

O capacitismo também pode assumir duas formas: benevolente e hostil. A primeira forma se caracteriza através de elogios excessivos, que retratam pessoas com deficiência como heroicas por fazerem suas atividades cotidianas; superproteção; infantilização; pena, curiosidade, espanto ou paternalismo. A segunda forma se manifesta através de agressões diretas, humilhação, exclusão, marginalização, segregação e evitação, por medo de contágio da deficiência ou simplesmente por incômodo (Nario-Redmond et al., 2019).

Os vários tipos de preconceitos revisados até aqui indicam que há semelhanças e diferenças entre eles. Tais semelhanças podem fazer com que uma pessoa que manifesta um tipo de preconceito contra uma certa minoria pode também expressar outro tipo contra outra minoria. Tal pressuposto corrobora a ideia de preconceito generalizado proposta por Gordon Allport (1954/1979).

1.12 O Preconceito Generalizado (PG)

O PG é um sentimento de desvalorização em relação a um grupo, abrangendo tanto avaliações negativas absolutas quanto avaliações "menos positivas" de um grupo em comparação com outro (Bergh & Brandt, 2022). Isso significa que o PG pode se estender a diversos grupos sociais ou até mesmo a todos os grupos. Muitas pesquisas sobre o PG focam nas dinâmicas da psicologia individual, como os cinco grandes fatores da personalidade (*Big Five*) e orientações atitudinais, como autoritarismo e orientação à dominância social (Reynolds et al., 2017). O PG está intimamente ligado à dinâmica de "nós versus eles", onde exogrupos são geralmente percebidos como ameaçadores e inferiores. Por exemplo, altos níveis de sexismo frequentemente acompanham altos níveis de outros tipos de preconceito, como ageísmo, classismo e racismo (Bergh & Akrami, 2012).

Diversos autores estudaram o PG para compreendê-lo, encontrando correlações entre preconceitos contra grupos como negros, mulheres, LGBTQIAP+ e pessoas com deficiência, indicando que grupos minoritários formam um fator único de preconceito (Ekehammar et al., 2004). O preconceito, enquanto componente das relações grupais, resulta na exclusão de interações subjetivas com indivíduos do exogrupo (Bäckström & Björklund, 2007). O sujeito preconceituoso tende a definir rigidamente os grupos numa

perspectiva de "nós versus eles", utilizando categorias carregadas de moralismo. Correlaciona-se significativamente o conservadorismo moral com o PG contra grupos dissidentes e depreciados, indicando que o PG está vinculado à necessidade de categorizações dicotômicas (Forsberg et al., 2018). Aqueles que expressam preconceito contra um grupo, como pessoas LGBTQIAP+, tendem a expressar preconceito também contra outros grupos, como mulheres, reforçando papéis sexuais limitantes e subjugadores (Bierly, 1985).

O PG, portanto, é um núcleo comum de vários tipos diferentes de preconceitos, direcionando-se a todos ou à maioria dos exogrupos minoritários. Esse fenômeno é exacerbado pela presença de conflitos intergrupais, quando os endogrupos se percebem em desvantagem ou ameaçados (Stephan & Stephan, 2013). O PG envolve atitudes indiscriminadas de desvalorização de grupos, sendo ainda influenciado por crenças sociopolíticas, estilos cognitivos e capacidade de empatia, que pode mitigar o preconceito, produzindo a tolerância generalizada (Cunningham et al., 2004; Bäckström & Björklund, 2007).

Knafo et al. (2008) postulam que a capacidade de empatia envolve componentes afetivos e cognitivos, expressos na habilidade de reconhecer e entender as emoções dos outros. Bergh et al. (2016) comparam a hipótese de marginalização social com a perspectiva "anti-grupo externo", sugerindo que o preconceito generalizado está mais ligado à dinâmica de poder entre grupos do que a estereótipos específicos. Esses autores constatam também que, em relação às dimensões de personalidade, a da afabilidade e a da abertura à experiência foram preditores significativos da tolerância generalizada (Bergh & Brandt, 2022). Hughes e Tuch (2003) destacam a diferença de gênero na favorabilidade das interações interraciais e políticas de igualdade. Mulheres, por serem mais empáticas, tendem a ter relacionamentos mais acolhedores, enquanto homens são mais propensos a atitudes mais hostis (Hughes & Tuch, 2003).

Estudos mais recentes exploram como ideologias e valores políticos se relacionam com o preconceito contra uma gama mais ampla de grupos (Brandt & Crawford, 2019; Koch et al., 2016). Esta abordagem revela que tanto conservadores quanto liberais mostram preconceito contra grupos com valores políticos opostos aos seus ().

Teorias da psicologia social, como a personalidade autoritária (Adorno et al., 1950) e a dominância social (Sidanius, 2001), explicam traços correlacionados com o PG. Dentro da personalidade autoritária, as dimensões da submissão e da dominação são fatores subjacentes ao preconceito generalizado (Dovidio et al., 2008).

1.13 O preconceito generalizado e o Modelo de Processamento Dual (MPD)

O Dual Process Model (MPD) ou modelo de processo dual é uma teoria desenvolvida por Duckitt e colaboradores (2007), este modelo é usado para explicar como diferentes bases motivacionais influenciam as orientações ideológicas e o preconceito intergrupais. Este modelo sugere que não se deve apenas pensar nas atitudes sociopolíticas como um contínuo linear da esquerda para a direita, mas também considerar dois eixos motivacionais principais que podem explicar as ideologias e os preconceitos das pessoas. Estes dois eixos são o Autoritarismo de Direita (RWA) e a Orientação de Domínio Social (SDO). O DPM desafia a visão tradicional que enquadra as atitudes sociopolíticas simplesmente ao longo de um contínuo esquerda-direita, propondo, ao invés disso, duas dimensões separadas — RWA e SDO.

O MPD supõe que a base do PG são duas motivações básicas que influenciam as atitudes das pessoas em relação aos diferentes grupos: o Autoritarismo de direita (RWA) e a Orientação à Dominância Social (ODS) (Bravo & Wedell, 2021; Sibley & Duckitt, 2009). Tais motivações são ativadas por fatores situacionais e intergrupais, como a competição, a percepção de ameaça e a desigualdade, que levam as pessoas a adotar certas crenças ou valores.

Os processos motivacionais do preconceito, juntamente com as diferenças de personalidade e as experiências de socialização fazem parte do MPD. O que essa teoria sugere é que algumas pessoas se comportarão com base em suas influências sociais e motivacionais, de acordo com a sua personalidade que estaria motivada a buscar o poder e a segurança nas relações sociais (Perry et al., 2012).

O MPD também propõe que as motivações de dominância social e submissão autoritária são influenciadas pela personalidade e pelas crenças sobre o mundo das pessoas. A personalidade é entendida como possuindo três dimensões: 1) Abertura à Experiência, tendência a ser curioso, criativo e interessado em novas ideias; 2) Amabilidade, tendência a ser cooperativo, gentil e empático com os outros; 3) Conscienciosidade, tendência a ser organizado, responsável e disciplinado. Essas três dimensões relacionadas ao MPD são também encontradas em medidas da personalidade, como o *Big Five* (Sibley & Duckitt, 2009). Já as crenças sobre o mundo são medidas por dois construtos: o Perigo e a Competitividade no Mundo. O perigo do mundo ou a crença no mundo perigoso (CMP) é tendência que o sujeito ou grupo tem de perceber o mundo como cheio de ameaças e incertezas. A Competitividade no Mundo, ou a crença do mundo

como uma selva competitiva (CMC) refere-se à percepção de que o mundo é um lugar competitivo, onde os recursos são escassos e os grupos precisam lutar pelo poder, manutenção e subsistência.

O MPD afirma que as pessoas com baixa Abertura à Experiência tendem a ter alta ODS, pois veem o mundo como um lugar competitivo e buscam dominar os outros grupos. As pessoas com baixa Amabilidade tendem a ter alta RWA, pois veem o mundo como um lugar perigoso e buscam se submeter às autoridades legítimas. As pessoas com baixa Conscienciosidade tendem a ter baixa ODS e baixa RWA (Sibley & Duckitt, 2009).

O MPD sugere a existência de três dimensões de grupos na sociedade, tais grupos são marcados e separados como perigosos, depreciados e dissidentes, uma vez que o uso do MPD e do autoritarismo de direita (RWA) sugerem medos e preconceito contra grupos diferentes (Cantal et al., 2014). As três dimensões de atitudes contra o exogrupo são as dimensões dos grupos previstos em níveis pelo ODS e o RWA separadamente: grupos dissidentes, derogados ou depreciados e dos perigosos. O grupo dos dissidentes compreende os grupos que ameaçam a ordem social, como por exemplo, os black blocks, os homossexuais; os grupos depreciados são aqueles que são inferiorizados pela sociedade, tais como as pessoas com deficiência, idosos e pessoas obesas etc.; e por último o grupo dos perigosos são aqueles que podem gerar o sentimento de falta de segurança e proteção, como os criminosos (Sibley & Duckitt, 2009).

O RWA se relaciona com uma visão de mundo como “selva competitiva”, estando as pessoas com alto RWA mais propensas a temer o perigo. Pessoas com altos níveis de autoritarismo de direita tendem a ver o mundo como um lugar competitivo e hostil, onde existe uma luta constante pela sobrevivência. Os indivíduos com essa disposição psicológica tendem a ser mais sensíveis a ameaças percebidas em seu ambiente (e.g. grupos minoritários que podem desafiar as normas estabelecidas) (Duckitt, 2001).

Com o MPD foi mostrado que RWA se correlaciona positivamente com o medo de grupos externos percebidos como perigosos, ou seja, RWA prevê preconceito contra grupos que de alguma maneira podem ameaçar o estabelecido como ordem social. A ODS, por outro lado, visa o estabelecimento e/ou manutenção de poder e hierarquias, portanto pessoas com alta ODS apresentam mais preconceito contra grupos de pessoas dissidentes (Cantal et al, 2014).

O MPD demonstra como as motivações de dominância social e submissão autoritária se relacionam com as preferências políticas das pessoas. Stangor e Leary (2006) encontraram correlação positiva entre RWA e valores conservadores, e correlação

negativa entre ODS e valores igualitários. Conforme o MPD a orientação conservadora, é motivada pelo RWA, enquanto a orientação liberal é motivada pela ODS (Sibley & Duckitt, 2009).

Os fatores ODS e RWA conseguem explicar até 50% da variância no PG, o que mostra que esse também pode ser explicado independentemente dos fatores ODS e RWA (Asbrock et al., 2009). O RWA é uma medida da tendência de uma pessoa a se submeter às autoridades estabelecidas e legítimas, a agir agressivamente em nome dessas autoridades e a apoiar os valores tradicionais endossados por elas. Há, no entanto, uma distinção entre autoritarismo de direita e de esquerda, sendo que o primeiro está mais associado ao conservadorismo político e religioso; enquanto o segundo está mais relacionado ao radicalismo revolucionário. Portanto, a RWA está relacionada a vários fenômenos psicológicos e sociais, como preconceito, dogmatismo, conformidade, obediência, moralismo e religiosidade (Ekehammar et al., 2004).

A baixa abertura à experiência simboliza a dimensão da personalidade pertencente ao RWA, o que explica que pessoas com alto RWA tendem a ver o mundo como perigoso e ameaçador, e tentam manter a ordem e a segurança. Tal ameaça pode ser real ou simbólica. Portanto, o preconceito é vivenciado contra os grupos que ameaçam a ordem social e a segurança. A RWA está relacionada a medidas que indicam preconceito contra exogrupos, como por exemplo, homossexuais, às mulheres, judeus, e também se relaciona ao racismo em diversas facetas (o sutil, flagrante, moderno, simbólico, aversivo) (Asbrock, et al., 2009; Ekehammar et al., 2004).

Como vimos, as pessoas com alta ODS tendem a favorecer a desigualdade social e a superioridade do seu próprio grupo sobre os outros grupos. Elas são influenciadas pelo status grupal, pela socialização e temperamento, o apoio a mitos legitimadores, tais como valores, atitudes, crenças e ideologias que justificam as instituições e práticas sociais que aumentam a hierarquia entre os grupos, ela propõe que as sociedades são organizadas com base na opressão intergrupal (Ekehammar et al., 2004). Segue-se nesse viés a teoria da orientação à dominância social, no qual o grupo com maior visibilidade e prestígio é o grupo que detém maior poder ou domínio (Sidanius & Pratto, 2004).

A ODS é um aparato importante no estudo do PG, pois prevê a relação intergrupal, que investiga até que ponto as pessoas ou grupos preferem que as relações se mantenham em par de igualdade ou até que ponto preferem que as relações sejam hierárquicas, e o quanto deve haver de dominação entre grupos de maior poder e superioridade (Duckitt, 2001).

A dimensão da personalidade que faz parte do ODS é a baixa amabilidade, ou seja, as pessoas com alta ODS tendem a ser menos cooperativas com os demais e ter preconceito com grupos estigmatizados, subordinados, desvalorizados, numa tentativa de manter e legitimar o poder (o domínio) e as hierarquias sociais. Uma outra característica dos grupos com altos níveis em ODS é que, ao tentar legitimar as separações intergrupais hierarquicamente, percebem o mundo como uma “selva competitiva” (Asbrock et al., 2009).

A teoria da dominância social e a teoria da personalidade autoritária concordam que a raiz dos estereótipos negativos está vinculada às necessidades individuais (Lima, 2024). De um lado existe a relação de dominação como resultante de um processo evolutivo e do outro a vontade de fazer parte da sociedade, a qual existe em concordância com a ordem social justa. O fato é que essas duas teorias utilizam de pressupostos dos grupos dominantes para a manutenção de um estado social ou um status quo, o que justifica a exploração e o sucesso como diferenças legítimas e meritocráticas (Reynolds et al., 2017).

Ekehammar et al. (2004), buscando sistematizar os fatores explicativos do PG, utilizaram de análise fatorial dos escores em vários instrumentos de preconceito (racismo, sexismo, preconceito contra homossexuais e pessoas com deficiência mental), como também ao RWA, ODS e o *Big Five Inventory* (BFI). O modelo que melhor se ajusta aos dados foi o modelo cujas variáveis de personalidade (operacionalizadas em termos do Big Five) desempenham um efeito indireto, através da influência do autoritarismo de direita (medido pela RWA) e orientação à dominância social. O RWA captura aspectos da personalidade em maior grau do que a ODS. Especificamente, o PG foi afetado indiretamente pela Extroversão, Abertura à Experiência e Conscienciosidade através do RWA, e por Amabilidade através da ODS, enquanto a dimensão do Neuroticismo não teve efeito (Ekehammar et al., 2004).

1.14 Conclusões do capítulo

Este capítulo teve por objetivo mostrar algumas das principais teorias que estão em torno do preconceito, como também, entender como é o funcionamento do preconceito na sociedade, como é aprendido, como é aceito e perpassado, os tipos de preconceito, como é medido e alguns grupos minoritários vítimas do preconceito. Foi mostrado também os tipos de atitudes e crenças negativas e para que servem, como os estereótipos e a discriminação. O capítulo possibilitou uma compreensão do que é o preconceito para

que se possa entender como ele se expressa na sociedade e por que existem as separações entre os grupos, o que é um fator de extrema importância para o fenômeno generalização dessa atitude para diferentes grupos, ou seja, o preconceito generalizado.

As teorias que analisam o preconceito generalizado, como por exemplo, a teoria da dominância social e do autoritarismo de direita, mostraram-se importantes fatores explicativos. Entretanto, o RWA e a ODS explicam apenas parte do fenômeno. O Modelo de Processamento Dual, mostra-se como uma promissora possibilidade de se analisar o preconceito generalizado, pois acrescenta caminhos indiretos de traços de personalidade para compreensão desse complexo fenômeno. Entretanto, é importante lembrar que o objetivo desta Dissertação não é explicar o PG, mas verificar sua existência em uma amostra de brasileiros. De forma que o MPD será pouco utilizado nas análises e discussão de dados.

Outros aspectos da análise do preconceito generalizado também foram trazidos, como as visões de mundo, que juntamente com o ODS e RWA predizem o PG, as correlações dos diferentes tipos de preconceito que predizem os grupos previstos pelo MPD. No próximo capítulo, será investigado o fenômeno do Preconceito Generalizado através de uma revisão de escopo, fundamentada na literatura existente sobre o tema, cujo objetivo é identificar os principais aspectos desse fenômeno.

CAPÍTULO 2

PRECONCEITO GENERALIZADO: UMA REVISÃO DE ESCOPO

2.1 Introdução

A abordagem do preconceito generalizado, proposta por Duckitt (1992), sugere que o preconceito não se limita a um grupo minoritário específico, mas é uma atitude que pode ser generalizada para várias minorias. Ou seja, o preconceito generalizado refere-se às atitudes negativas dirigidas simultaneamente a diversos grupos minoritários, ser percebidos como dissidentes, perigosos ou depreciados (Bergh & Akrami, 2012; Stephan & Stephan, 2000). Essa forma de preconceito é caracterizada pela crença na superioridade do próprio grupo e na inferioridade dos outros, bem como, pela disposição de discriminar e marginalizar qualquer grupo que não se encaixe nas normas estabelecidas pelo grupo dominante (Cunningham et al., 2004). Assim, o preconceito generalizado é uma expressão mais ampla e abrangente de atitudes discriminatórias que transcendem as fronteiras de grupos étnicos, religiosos, de gênero ou outras características (Bergh & Brandt, 2022; Brandt & Crawford, 2020).

O preconceito generalizado é um fenômeno complexo de generalização das atitudes preconceituosas. Essas atitudes podem ser tanto latentes quanto manifestas e podem abranger dois ou mais grupos minoritários, ou até mesmo se estender a uma ampla gama de grupos distintos. Por exemplo, indivíduos que manifestam preconceito contra homossexuais podem também apresentar atitudes discriminatórias em relação a mulheres, negros, imigrantes e outros grupos (Hodson, et al., 2017).

Eugene Hartley (1946), conduziu uma pesquisa pioneira sobre o preconceito generalizado. O autor apresentou uma análise psicológica dos fenômenos relacionados às atitudes de grupo e discutiu as tendências humanas ao etnocentrismo e ao preconceito, explorando como essas tendências afetam as relações entre grupos diferentes. Seus participantes eram solicitados a avaliar a distância social desejada entre diversos grupos étnicos, nacionais e religiosos, juntamente com três grupos fictícios.

Em relação aos três grupos fictícios (Wallonians, Danireans e Pireneans), os resultados foram particularmente reveladores, os participantes mostraram preconceito contra esses grupos inexistentes, demonstrando que suas atitudes negativas não eram baseadas em qualquer conhecimento ou experiência real, mas sim em uma predisposição geral para desconfiar e rejeitar o "outro", qualquer que ele seja.

Dessa forma, resultados indicaram que os participantes tendem a expressar níveis

mais baixos de conforto e desejo de proximidade em relação aos grupos que são diferentes dos seus (etnocentrismo). Além disso, o autor conclui que a tolerância em relação a qualquer das minorias pesquisadas é uma função de um fenômeno mais amplo, a “tolerância generalizada”. O etnocentrismo pode ser um precursor para as outras formas de preconceito, tais como o racismo, sexismo e xenofobia, relacionando-se com o preconceito generalizado.

O etnocentrismo é uma noção discutida por estudiosos clássicos do preconceito, que se centra na ideia de superioridade de um grupo (o de pertencimento do avaliador) em relação aos outros grupos. O conceito se baseia em uma visão de mundo enviesada, havendo a minimização das diferenças culturais, cujo fenômeno que não se limita ao aspecto individual, mas também coletivo (Allport, 1954).

2.2 Possíveis causas do preconceito generalizado

A tendência de generalizar o preconceito é explicada por vários autores (Allport, 1979; Duckitt, 2001; McFarland, 2010; Adorno, 1950), que afirmam que constata a existência de correlações positivas entre os vários preconceitos. O mecanismo sociocognitivo subjacente ao preconceito generalizado pode ser uma personalidade autoritária (Adorno et al., 1950), o dogmatismo ou mente fechada (Rokeach, 1954), a orientação para a dominância social (Pratto et al., 1994), o etnocentrismo (Allport, 1954), traços de personalidade (Crawford & Brandt, 2019) ou ainda o autoritarismo de direita (Birdir et al., 2022; Cantal, et al., 2014).

De forma geral, essas causas têm em comum a noção de que os exogrupos são vistos como ameaça, seja à ordem social, aos status quo, aos valores do endogrupo, à sua segurança (Stephan & Stephan, 2000). Adorno e colaboradores (1950), na sua teoria da Personalidade Autoritária, propõem que as pessoas tendem a ter sentimentos positivos sobre seu grupo e negativos em relação ao exogrupo. A partir do desenvolvimento da Escala F de autoritarismo, esses autores buscaram medir tendências autoritárias em indivíduos, incluindo tendências psicológicas em relação à obediência, submissão e agressão, bem como uma tendência para justificar e apoiar a opressão de grupos minoritários e desfavorecidos. O autoritarismo, como um traço de personalidade, é percebido em pessoas que tiveram na infância uma socialização severa e punitiva, o que geraria no adulto um senso de ameaça e conformidade, sujeitando-se a figuras de autoridade.

As características delineadas na teoria da personalidade autoritária têm suas raízes

primordialmente na dinâmica familiar, especialmente nas interações parentais autoritárias. Tal ambiente propicia o desenvolvimento de indivíduos que buscam segurança e ordem externa para lidar com suas ansiedades, ao passo que canalizam suas frustrações em direção a grupos percebidos como inferiores ou desviando da norma estabelecida. O autoritarismo descreve uma disposição psicológica que favorece estruturas de poder hierárquicas, conformidade com normas tradicionais e submissão às autoridades. Essas características resultam de uma interação complexa entre fatores sociais, culturais e familiares, especialmente em ambientes domésticos marcados pela rigidez, punição e ausência de afeto (Adorno et al., 1950).

No contexto do trabalho de Rokeach (1948), a teoria da Mente Fechada explorou a rigidez mental, ou a relutância em aceitar e adaptar-se a novas informações ou pontos de vista. Ele sugeria que pessoas com maior rigidez mental tendem a ser mais etnocêntricas, pois são menos propensas a aceitar diferenças ou desafiar as normas e crenças do próprio grupo. Faz parte da Hipótese do Espírito fechado (HEF) a inflexibilidade, desta forma, pessoas com fortes características de mente fechada tendem a encontrar grandes dificuldades ao buscar soluções e resoluções alternativas para um problema. Tais características são encontradas em pessoas com alto dogmatismo, pois tendem a perceber o mundo de forma mais concreta e rígida (Lima, 2024).

A Teoria da Dominância Social (TDS) propõe que as sociedades criam ideologias consensuais que justificam e mantêm desigualdades entre grupos. Existem dois tipos principais dessas ideologias: a primeira promove a crença na superioridade natural de certos grupos e justifica suas posições elevadas na hierarquia social; a segunda desafia estas hierarquias e advoga pela igualdade social. Ambas se baseiam em "mitos legitimadores", ou seja, narrativas ou crenças que naturalizam ou justificam a estratificação social (Lima, 2024). De acordo com este autor, a Orientação para a Dominância Social (ODS) é um conceito central na Teoria da Dominância Social (TDS), representando uma predisposição psicológica que varia entre os indivíduos em relação ao seu suporte às desigualdades entre grupos sociais. Indivíduos com alta ODS tendem a endossar hierarquias e a dominância de alguns grupos sobre outros, inclusive dentro de seus próprios grupos. A Teoria da Dominância Social (TDS) sugere que uma parte crucial dos fenômenos de preconceito e opressão pode ser entendida por meio da Orientação à Dominância Social (ODS), uma tendência individual a apoiar e manter desigualdades entre grupos. Embora a ODS seja importante, o preconceito e a opressão são fenômenos complexos influenciados por uma rede de variáveis interconectadas.

De acordo com Allport (1954), o etnocentrismo é a tendência de avaliar outras culturas e grupos com base nas normas e valores da própria cultura, frequentemente resultando em um viés de superioridade e desconfiança em relação aos estrangeiros. O etnocentrismo pode ser considerado uma das principais fontes de preconceito, pois as pessoas tendem a aplicar estereótipos negativos aos exogrupos e a tratá-los de maneira desigual, baseando-se na percepção de que eles são inferiores ou ameaçadores. Dessa forma, o etnocentrismo envolve a valorização do endogrupo e a desvalorização dos exogrupos, reforçando a identidade e a coesão do endogrupo, proporcionando um senso de superioridade e justificando a discriminação contra os exogrupos.

A explicação baseada na personalidade sugere que o preconceito é causado pela própria personalidade das pessoas ou por características relacionadas a ela. O Modelo dos Cinco Grandes (Big Five) é amplamente aceito como uma estrutura de personalidade e inclui os traços de Abertura para Experiências, Amabilidade, Conscienciosidade, Extroversão e Neuroticismo. Pesquisas têm mostrado que, entre esses traços, Abertura para Experiências e Amabilidade estão fortemente associadas a níveis mais baixos de preconceito. Esse modelo é influenciado por tendências básicas que moldam atitudes e adaptações, e essas tendências são influenciadas por fatores contextuais, como experiências de vida e ambiente social (Ekehammar & Akrami, 2007).

Além dos traços dos Cinco Grandes, a Tríade Sombria é um conceito que se refere a três traços de personalidade relacionados, porém distintos: Maquiavelismo, narcisismo e psicopatia. Esses traços envolvem um caráter socialmente malévolo com tendências comportamentais para autopromoção, manipulação, frieza emocional e agressividade (Jonason et al., 2020; Paulhus & Williams, 2002). Estudos demonstram que os traços da Tríade Sombria concebem preconceito contra imigrantes e adotam uma orientação para a dominância social (Furnham, Richards & Paulhus, 2013). Jonason et al. (2020) sugerem que preconceitos raciais e sexuais resultam em expressões de conflito intergrupar e intersexual, podendo ser correlacionados com traços de personalidade que tendem a ver o mundo de forma competitiva, como o narcisismo e a psicopatia. Em contraste, o autoritarismo, que pode estar vinculado ao maquiavelismo, está mais preocupado com o controle e proteção do grupo interno, como evidenciado pelo preconceito contra imigrantes. Os autores exploraram o papel da Orientação para a Dominância Social (ODS) e do Autoritarismo de Direita (AD), sugerindo que narcisismo e psicopatia podem estar ligados ao preconceito generalizado devido à sua natureza competitiva.

O autoritarismo de direita pode ser definido como uma orientação ou

predisposição psicológica de submissão às autoridades percebidas em suas vidas, e não apenas como atos específicos. Por submissão à autoridade, Altemeyer (1981) entende uma aceitação geral das declarações e ações das autoridades e uma disposição geral para cumprir suas instruções sem necessidade de incentivo adicional. Essa predisposição é perigosa porque pode levar a atos terríveis. Uma população com altos níveis de autoritarismo de direita pode criar um ambiente favorável a movimentos totalitários, intimidando aqueles que se opõem à repressão. Autoritários de direita acreditam que as autoridades legítimas devem ser confiáveis e obedecidas. Por isso, ensinar obediência e respeito às crianças é considerado crucial. O autoritarismo de direita correlaciona-se com preconceito étnico e racial, porque esses preconceitos fornecem uma saída convencional para impulsos agressivos, acreditam que certas autoridades aprovam essa hostilidade e que certos grupos ameaçam a ordem social (Altemeyer, 1981; 1996).

Com base nesses pressupostos, o objetivo dessa revisão de escopo é mapear a literatura existente sobre o preconceito generalizado, a fim de identificar o atual estado da arte da análise do PG e que fenômenos a pesquisa verificam estar relacionados a esse construto. Para o delineamento dessa revisão tentou-se responder a seguinte pergunta: o que se encontra na literatura sobre o fenômeno do preconceito generalizado e, diante disso, quais são as lacunas encontradas nesse campo de pesquisa?

Estudar o preconceito generalizado é importante por várias razões, que abrangem tanto aspectos teóricos quanto práticos, como por exemplo, a compreensão de mecanismos e a identificação de padrões comuns, pois pode-se identificar padrões comuns de pensamento e comportamento que levam a atitudes preconceituosas contra diferentes grupos. Isso ajuda a entender os mecanismos psicológicos e sociais subjacentes ao preconceito, a pesquisa sobre preconceito generalizado permite explorar ainda como fatores cognitivos (como a intolerância à ambiguidade e o pensamento dicotômico) e morais (como as fundações morais) influenciam as atitudes preconceituosas. Outra contribuição no estudo do PG é a possibilidade de desenvolvimento de intervenções de redução do preconceito, pois, ao compreender as causas e os fatores que contribuem para o preconceito generalizado permite o desenvolvimento de intervenções mais eficazes para reduzir essas atitudes negativas na sociedade. Isso inclui programas educacionais, campanhas de sensibilização e políticas públicas, uma vez que intervenções baseadas em pesquisas realizadas podem ajudar a promover a inclusão e a tolerância, criando ambientes mais acolhedores e justos para todos indivíduos, um exemplo é o Observatório Permanente nas Escolas, que atua no estado de Sergipe, mensurando e combatendo o

preconceito, como mostrado na obra “Enfrentando o Preconceito na Escola: Contribuições da Psicologia Social” de França e colaboradores (2024).

2.3 Método

Este estudo consiste em uma revisão de escopo, de acordo com método recomendado pelo *Institute Joanna Briggs* (JBI), conforme o método PRISMA. A revisão de escopo, também conhecida como revisão sistemática de escopo, é uma estratégia de pesquisa utilizada para esquematizar e estruturar os conceitos em um campo de conhecimento, mapear a literatura existente sobre um tema específico, identificando lacunas de conhecimento e áreas em que mais estudos são necessários (Cordeiro & Soares, 2019).

Diferentemente de uma revisão sistemática, em que o objetivo é responder a uma pergunta específica por meio da análise de estudos primários, a revisão de escopo tem um espectro mais amplo e exploratório. Faz parte da revisão de escopo reconhecer limites e barreiras conceituais, coligir informações para pesquisas futuras, resumir evidências encontradas, como também se tornar apoio para novas análises teóricas e empíricas (Peters et al., 2020).

A revisão de escopo é geralmente conduzida em etapas, incluindo a definição do objetivo e da questão de pesquisa, a busca e seleção de estudos relevantes, a extração e síntese de dados e a apresentação dos resultados. É uma metodologia rigorosa, que busca minimizar o viés na seleção e análise dos estudos, para fornecer uma visão abrangente e confiável do estado atual do conhecimento sobre o tema em questão (Arksey & O'Malley, 2005).

A presente revisão se baseia no acrônimo SPIDER, o qual significa: S) *Sample*: Quem/quais são as pessoas/fontes de informação em estudo? Nesse caso trata-se dos portais de conhecimento; (PI) *Phenomenon of Interest*: Qual é o fenômeno de interesse? No caso, o preconceito generalizado; (D) *Design*: Qual é o desenho de estudo mais apropriado para investigar o fenômeno em questão? Ao levar em consideração os achados, o desenho de estudo mais apropriado para a investigação do Preconceito Generalizado é a pesquisa quantitativa; (E) *Evaluation*: Como o fenômeno é avaliado ou medido? A maioria das pesquisas acerca do fenômeno do Preconceito Generalizado utiliza medidas de personalidade, tais como, a Orientação à Dominância Social, o Autoritarismo de Direita, o Modelo de Processamento Duplo, mas pode ser medido conforme a correlação entre os diversos tipos de preconceito; e (R) *Research type*: Qual

é o tipo de pesquisa que será realizada? Buscou-se adaptar ao proposto no tema, portanto a presente pesquisa uma Revisão de Escopo (Cooke et al., 2012).

2.4 Bases de dados consultadas

Inicialmente definiu-se as bases de dados consultadas — Cochrane Library, APA PsycNet, Sage Journals, Scielo e periódicos CAPES — (Tabela 1), que em uma revisão são as fontes de informação usadas para identificar e recuperar estudos relevantes sobre o tema em questão. São essenciais para a condução de uma revisão de escopo, pois é por meio delas que o pesquisador poderá localizar estudos primários e secundários sobre o tema. Assim, pode-se analisar os títulos, resumos e palavras-chave dos estudos para determinar se eles são relevantes.

2.5 Processo de seleção

O período de investigação e análise dos documentos foi de dezembro de 2022 a abril de 2023, e foi realizado o acompanhamento de um juiz. Além de estudos em português, contou-se também com estudos em inglês e espanhol, para agregar os principais resultados científicos. O mecanismo de busca em cada base de dados foi realizado de acordo com a especificidade de cada Plataforma, por exemplo, o uso de descritores booleanos, seleção de filtros, categorias e classificações (ver Tabela 1).

2.6 Critérios de inclusão e exclusão

Foram incluídos nesta revisão de escopo documentos que se caracterizem como estudos primários e secundários¹; que devam estar disponíveis para download e constar, no tema, ser um estudo sobre o preconceito generalizado. Diante disso, foram excluídos os estudos que não informavam o tema central preconceito generalizado no título ou resumo.

¹ São considerados Estudos Primários aqueles que coletam dados diretamente da fonte, ou seja, estudos que geralmente envolvam coletas de dados. Os Estudos Secundários são aqueles que analisam, sintetizam, resumem os dados coletados em estudos primários, por exemplo, revisões de escopo, meta-análises, revisões sistemáticas.

Tabela 1*Estratégias de buscas da revisão de escopo (2022 - 2023)*

| Base de dados | Descritor | Artigos encontrados | Datas das buscas |
|----------------------|---------------------------------|----------------------------|--|
| Cochrane Library | generalized prejudice | 160 artigos. | 22/02/2023 15/04/2022 |
| APApsycnet | generalized prejudice | 30 artigos. | 22/02/2023 15/04/2022 |
| Sage Journals | generalized prejudice | 1091 resultados. | 07/02/2023 22/02/2023 26/02/2023 15/04/2023 |
| Scielo | (ab: (“generalized prejudice”)) | 6 artigos. | 04/02/2023 12/02/2023 14/02/2023 22/02/2023 |
| Periódicos CAPES | generalized prejudice. | 35 resultados. | 15/04/2023 12/02/2023 19/02/2023 15/04/2023 |

2.7 Resultados

Em todas as bases de dados consultadas — Cochrane Library, APA PsycNet, Sage Journals, Scielo e periódicos CAPES — o termo em inglês "generalized prejudice" foi utilizado para a busca, uma vez que a utilização do descritor em português não resultou na identificação de artigos pertinentes ao fenômeno em estudo. Com o objetivo de obter uma cobertura mais ampla dos resultados disponíveis na literatura, optou-se por incluir o descritor no título dos artigos durante as buscas, conforme os critérios de elegibilidade. Esta abordagem assegura que os artigos selecionados abordem explicitamente o tema de interesse, indicado pela presença do descritor no título. Isso facilitou a triagem e seleção dos materiais. Adicionalmente, priorizou-se materiais em acesso aberto. Todo o procedimento de busca foi realizado manualmente.

As consultas nas plataformas foram realizadas em dias distintos e repetidas vezes para reavaliar a busca e os resultados obtidos. Os resultados permaneceram consistentes em todas as plataformas, exceto no Scielo. Nesta, inicialmente foram identificados apenas dois artigos nas primeiras duas consultas, enquanto nas terceiras e quartas visitas foram localizados seis artigos. Importante destacar que esses artigos não eram recém-publicados; a variação nos resultados deve-se a atualizações realizadas pela própria plataforma.

A literatura específica que atende aos critérios desta revisão de escopo sobre o preconceito generalizado é limitada, pois a maioria dos títulos encontrados aborda o preconceito de maneira mais geral. Isso indica que o preconceito generalizado ainda não é amplamente estudado. Nesta revisão, após a aplicação dos critérios de inclusão, foram selecionados 11 artigos.

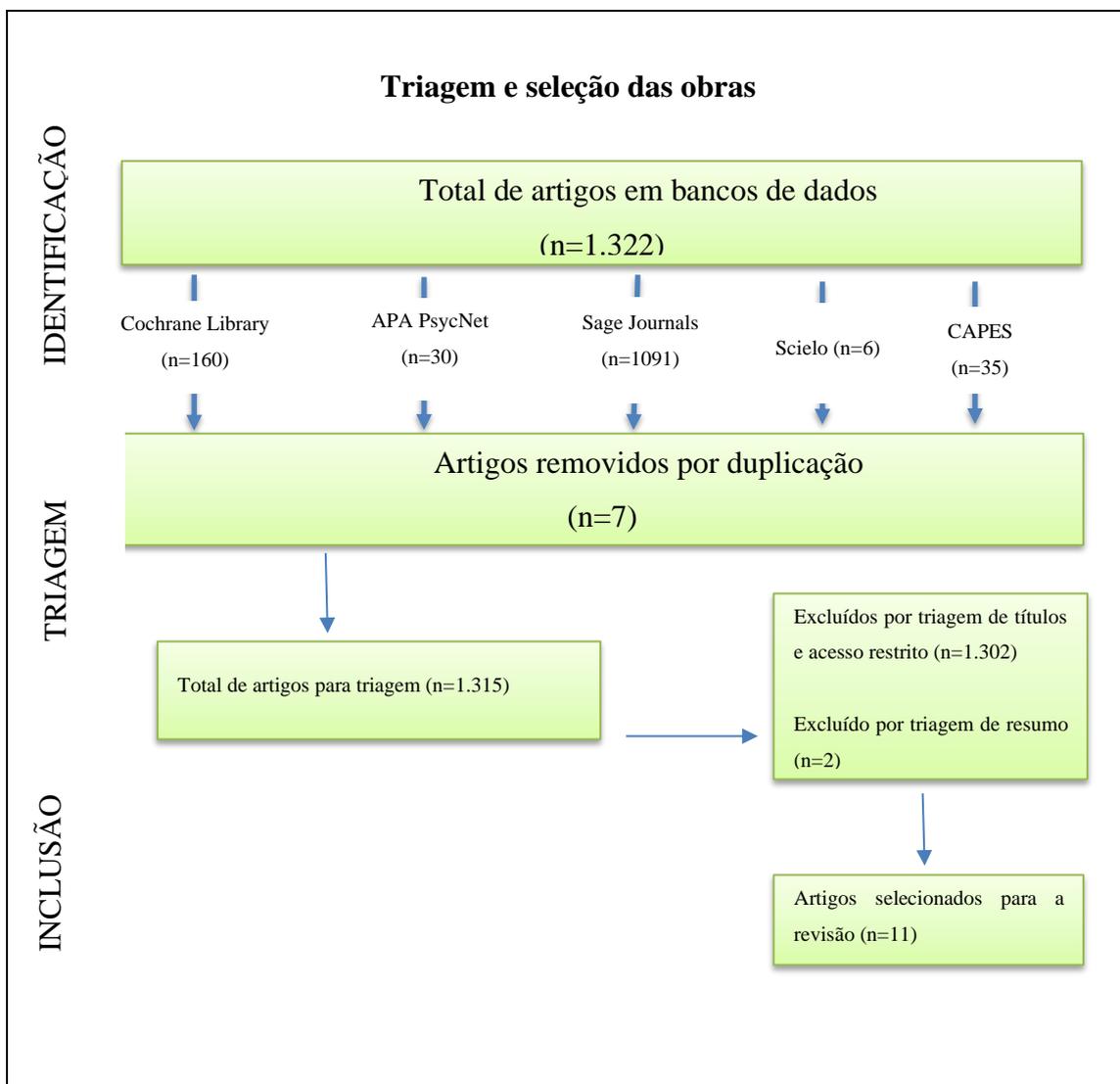
Todos os artigos encontrados têm como tema comum a investigação do preconceito generalizado, ou seja, preconceitos e atitudes negativas que são direcionadas a grupos inteiros de pessoas, em vez de indivíduos específicos. Assim, os artigos abordam diferentes fatores que estão associados ao preconceito generalizado, como o autoritarismo, a dominância social e os traços de personalidade. Além disso, alguns artigos exploram as diferentes dimensões do preconceito generalizado e como elas podem ser influenciadas por fatores específicos.

A Tabela 1 descreve como e onde foram encontrados os artigos usados nessa análise, bem como a forma de exclusão dos artigos que não eram compatíveis com os critérios de inclusão, conforme demonstrado no fluxograma (Figura 1). A Tabela 2 resume as referências, os métodos, objetivos e os resultados encontrados dos artigos

selecionados.

Figura 1

Fluxograma da seleção dos artigos



Ao fim da coleta e descrição das listas de bases, realizamos a análise e leitura dos materiais, de maneira aprofundada, separando por itens de relevância, como por exemplo: tema, ano, autores, objetivos, método e resultados.

Tabela 2*Síntese dos artigos incluídos na revisão de escopo*

| Autor e ano | Tipo de pesquisa | Amostr a | Objetivos | Medidas e resultados |
|--------------------------|---------------------------|--------------------------------------|---|--|
| Bergh & Brandt (2022) | Estudo Teórico | | Explorar o fenômeno do PG; propor perspectivas integrativas sobre o PG. | |
| Birdir et al. (2022) | Estudo Empírico | Estudo 1 N= 259 Estudo 2 N= 312 | Investigar a estrutura do DPM na Turquia. Desenvolver uma medida de PG específica para a Turquia. | Variáveis demográficas; Crença em mundo perigoso (BDW); Crença em uma selva competitiva (BCJ); Autoritarismo de direita (RWA); Orientação à dominância social (SDO); |
| Cantal et al. (2014) | Estudo Empírico | Estudo 1: N= 171 Estudo 2: N= 367 | O modelo tridimensional de PG pode ser replicado além da Nova Zelândia; Determinar se o modelo de processamento dual pode ser confirmado empiricamente. | Questionário sociodemográfico; Medida sobre duas visões de mundo; Autoritarismo de Direita; Versão Curta da escala trifatorial; Orientação à dominância social; Preconceito foi medido pela escala de atitudes preconceituosas em relação aos três grupos; Acréscimo de 3 grupos tipicamente brasileiros |
| Crawford & Brandt (2019) | Estudo Empírico e Teórico | N = 7.543 | | BIG5 - inventário de personalidade de dez itens - TIPI (Gosling, Rentfrow e Swann, 2003); Big Five Inventory de 44 itens. Termômetro de sensação para avaliar o preconceito contra alvos. Medida de distanciamento social (Correll et al., 2010). |
| Duckitt & Sibley (2007) | Estudo Empírico | N= 212 | Avaliar as atitudes para uma variedade de grupos alvos de preconceito compreende um único domínio de PG; Testar as hipóteses derivadas do modelo cognitivo motivacional de | RWA; ODS; Atitudes em relação às minorias étnicas; Termômetro afetivo de grupos sociais; |

processo dual, de
preconceito de RWA e SDO

| | | | | | |
|-------------------------|-----------------|-------------|---|--|--|
| Hadarics & Kende (2017) | Estudo Empírico | N = 401 | = | Encontrar evidências de que RWA e SDO preveem atitudes negativas em relação a grupos externos distintos, com as intuições morais distinguíveis, tentando integrar com as áreas da dimensionalidade do PG e do MFT. | |
| Hodson, et al. (2017) | Estudo Teórico | | | | Resultados meta-analíticos demonstrados por Sibley e Duckitt (2008); Relação entre SDO, RWA e GP. |
| Levin, et al. (2016) | Estudo Empírico | N= 604 | | Examinar se a <i>Acceptance and Action Questionnaire-Stigma</i> (AAQ-S) pode prever o PG. Estudar as três variações de intervenções antipreconceito. | RWA; SDO; AAQ-S; AAQ-II; Escala de Racismo Moderno; Escala de Homonegatividade moderna; Escala de neosexismo; Atitudes em relação às pessoas obesas; Atitudes da comunidade em relação ao usuário de drogas; |
| McFarland (2010) | Estudo Empírico | N = 995 | = | Relação entre a RWA, ODS, o PG, a preocupação empática, masculinidade, feminilidade e narcisismo; investigar se a natureza humana imutável prediz o PG; relação do Bigfive, PG, ODS, RWA, sexo e empatia; investigar se o raciocínio moral baseado em princípios reduz o PG. | |
| Meeusen & Kern (2015) | Estudo Empírico | N = 56, 751 | | Investigar a generalização do preconceito; analisar as associações entre os diferentes tipos de preconceito e investigar a relação entre os fatores | ESS (European Social Survey round 4); Indicadores macroeconômicos; Indicadores econômicos de nível individual; Igualitarismo |

| | | | | |
|---------------------|-----------------|-----------|---|--|
| | | | contextuais do país e grupos específicos dos alvos de preconceito | vs. hierarquia; variáveis de controle; |
| Yoxon et al. (2018) | Estudo Empírico | N= 18.368 | Explorar se a relação privativa autorreferida explica a expressão de PG no contexto da recente crise financeira. Entender como as dificuldades econômicas afetam a probabilidade de expressarem preconceito; Analisar que papel o contexto econômico negativo desempenha na expressão do preconceito. | Variável dependente: escala aditiva, incluindo todos os alvos de preconceito incluídos na pesquisa; Variáveis independentes: medida de autorrelato de mudança na situação financeira familiar; Privação objetiva; Variáveis de controle. |

2.8 Análise e Discussão

Para uma melhor organização da análise e discussão os achados serão agrupados em duas vertentes distintas, a primeira leva em consideração os estudos empíricos nas análises do Preconceito Generalizado, a segunda toma em conta os estudos teóricos do PG.

2.8.1 Estudos Empíricos

Levin et al. (2016) exploram a relação entre PG e a flexibilidade/inflexibilidade cognitivo-emocional, propondo que essas variáveis podem ser manipuladas para reduzir o preconceito. O estudo confirmou que o preconceito contra diversos grupos (indivíduos obesos, usuários de drogas, gays, mulheres e afro-americanos) pode ser agrupado em um único fator de preconceito generalizado. Os autores propõem que três tipos de déficits psicológicos contribuem para o PG: baixa preocupação empática, baixa tomada de perspectiva e inflexibilidade psicológica. A inflexibilidade psicológica refere-se a padrões de comportamento rígidos guiados por experiências internas (pensamentos, sentimentos e impulsos), em vez de valores pessoais ou contingências diretas. Em contraste, a flexibilidade psicológica envolve a capacidade de se engajar em atividades valorizadas independentemente das experiências internas, incluindo atenção plena (perceber experiências no presente sem julgamento) e aceitação (estar disposto a vivenciar experiências internas mesmo que não desejadas). A inflexibilidade psicológica é particularmente relevante porque pode ser diretamente manipulada através de intervenções psicológicas, como a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT). O ACT combina aceitação, atenção plena e estratégias baseadas em valores para reduzir a inflexibilidade psicológica.

Embora existam formas únicas de preconceito contra grupos específicos, há uma parte significativa das variações no preconceito que é comum entre diferentes grupos. O artigo de Levin et al. (2016) traz em seu bojo três variações de intervenções antipreconceito: a preocupação empática (sentir simpatia e compaixão perante o outro), tomada de perspectiva (adotar a perspectiva psicológica dos outros) e inflexibilidade psicológica (evitar ou tentar suprimir experiências internas). A empatia e a tomada de perspectiva, predizem significativa e negativamente o preconceito generalizado e intervenções que visam esses aspectos têm mostrado eficácia na redução do preconceito. No entanto, esses fatores não explicam completamente a variação no preconceito, indicando a necessidade de identificar outros preditores. Os resultados do estudo indicam que a inflexibilidade psicológica contribui para o preconceito generalizado, portanto, intervenções que promovem a flexibilidade psicológica, a tomada de perspectiva e a empatia podem ser eficazes na redução do preconceito.

Os resultados sugerem intervenções relacionadas ao modelo de conectividade flexível, teoria proposta para prever processos sociais desadaptativos que contribuem para o preconceito, nisso são medidas a baixa preocupação empática, baixa tomada de perspectiva e inflexibilidade psicológica (Levin et al., 2016).

Para os autores, o uso de uma amostra de estudantes universitários, pode não ser representativa da população em geral. Além disso, o estudo foi transversal, o que limita a capacidade de determinar relações causais entre variáveis. Houve também o risco de respostas influenciadas pela desejabilidade social. Todos esses fatores são limites levantados.

O artigo de Yoxon et al. (2019) investiga como as dificuldades econômicas e a percepção dessas dificuldades influenciam o preconceito generalizado nas sociedades europeias pós-crise de 2008. O estudo compara medidas objetivas e subjetivas de privação e examina as interações entre percepções individuais da crise e indicadores macroeconômicos. O objetivo é entender se a percepção de privação relativa explica o preconceito generalizado e como as crises econômicas impactam essas atitudes. Utilizou-se dados de pesquisas de nove países europeus afetados pela crise. As medidas subjetivas e objetivas de privação são comparadas para ver seus efeitos no preconceito, foram testadas as interações entre privação relativa e percepções individuais de crise, bem como as interações com os indicadores macroeconômicos. O pressuposto dos autores é o de que os indivíduos que experimentam a privação relativa devido a crises econômicas são mais

propensos a sentir-se ameaçados social e economicamente. Este sentimento de ameaça pode levar a um maior preconceito generalizado, como um mecanismo de defesa para lidar com a incerteza e a frustração. O medo de declínio social pode desencadear a busca por um senso de controle, que pode ser expresso através de atitudes preconceituosas. Grupos com ideologias excludentes podem oferecer uma sensação de poder e controle, levando aqueles que se sentem privados a se alinharem com esses grupos e expressar hostilidade generalizada contra os outros (Yoxon et al., 2019).

A pesquisa utilizou dados de uma pesquisa transnacional, envolveu uma amostra de 18.368 participantes e procurou ser representativa da população dos nove países em termos de região, sexo, idade e nível educacional. Para a análise, foram empregados modelos multiníveis, que são úteis para considerar a influência de variáveis em dois níveis (país e indivíduo) e corrigir a dependência das observações dentro do mesmo país. Os autores descobriram que indivíduos que sentem uma deterioração em seus padrões de vida são, na verdade, menos preconceituosos, o que contraria a hipótese inicial de que a privação relativa aumentaria o PG, as variáveis macroeconômicas como desemprego e PIB não têm um efeito direto sobre o PG. A descoberta principal foi que a privação relativa pode levar à solidariedade, em vez de preconceito, especialmente em contextos em que a situação econômica é percebida como um problema social mais amplo (Yoxon et al., 2019).

Diante do exposto, foram encontradas evidências de que é a privação relativa autorreferenciada torna as pessoas mais abertas para expressar solidariedade para com um maior número de grupos/pessoas (e.g., pessoas que também se encontram numa situação de dificuldade econômica), mas também as pessoas que são vítimas de preconceito.

No que se refere às limitações que os autores Yoxon et al (2019) relatam utilizar uma abordagem mais interdisciplinar entre ciência política e psicologia para entender melhor as bases sociais do preconceito na Europa.

Duckitt e Sibley (2007) realizam um artigo precursor na pesquisa do PG, o qual embasou muitos dos estudos aqui apresentados. Trata-se da pesquisa intitulada “*Right Wing Authoritarianism, Social Dominance Orientation and The Dimensions of Generalized Prejudice*” que investiga a relação entre SDO e RWA e a correlação com as atitudes negativas em relação as três minorias étnicas da Nova Zelândia.

No texto os autores destacam a complexidade das bases psicológicas do preconceito e a importância de distinguir entre diferentes tipos de predisposições que levam ao PG, ressaltam a relevância de entender os aspectos ideológicos e situacionais, além das

características de personalidade tradicionalmente consideradas. O PG é entendido como uma característica abrangente que se manifesta contra múltiplos grupos e que essas atitudes preconceituosas são consistentes em diferentes indivíduos, o que sugere a possibilidade de uma dimensão subjacente comum de preconceito. As descobertas apontam para a existência de uma possível "dimensão ampla" de preconceito. Os autores descrevem um modelo teórico usado para entender como diferentes tipos de preconceitos ideológicos podem ser previstos por duas orientações de personalidade distintas: Autoritarismo de Direita (AD) e a de Orientação para a Dominância Social (ODS).

Inicialmente, o estudo encontrou uma correlação positiva e forte entre as atitudes negativas do grupo majoritário contra as três minorias (Maori, Asiáticos e, habitantes das ilhas do Pacífico) sugerindo que o preconceito contra uma minoria tendia a estar associado ao preconceito contra as outras. Os pesquisadores pensaram que isso poderia indicar uma dimensão única de preconceito generalizado, previsível de forma semelhante tanto por AD quanto por ODS, o que está em linha com pesquisas anteriores. No entanto, de acordo com Duckitt (2006), essas duas variáveis podem prever preconceito por razões diferentes, dependendo se os grupos são percebidos como socialmente ameaçadores ou socialmente subordinados. Isso levou à hipótese de que poderia haver múltiplas dimensões de preconceito generalizado, não apenas uma única dimensão (Duckitt e Sibley, 2007).

Os autores exploram essa hipótese ao examinar as atitudes em relação a uma variedade maior de grupos externos (pessoas pouco atraentes, pessoas com deficiência mental, africanos, obesos, pacientes psiquiátricos, imigrantes, donas de casa, Árabes, desempregados, gays, pessoas que tronam a sociedade perigosa, interrompem a segurança e proteção, terroristas, criminosos violentos, usuários de drogas, satanistas, pessoas que causam desacordo, pessoas que criticam a autoridade, protestantes, pessoas que causam desunião, prostitutas, feministas e ateístas). Os resultados mostraram que, de fato, não existe uma única dimensão de preconceito generalizado, mas sim três domínios distintos de grupos contra os quais as pessoas podem ter atitudes negativas. Esses domínios foram diferencialmente associados com AD e ODS: 1) Grupo Perigoso - inclui grupos que são vistos como ameaças à segurança, ordem e estabilidade. As atitudes negativas aqui foram associadas principalmente com AD (medida pela escala RWA de Altemeyer, 1981). 2) Grupo Derrogado - inclui grupos que são vistos como socialmente subordinados ou de baixo poder. As atitudes negativas foram associadas principalmente com ODS (medida com a escala de Pratto et al, 1994) Grupo Dissidente - inclui grupos que são vistos como aqueles

que desafiam as normas sociais, como feministas e manifestantes, e esses grupos têm fortes associações tanto com AD quanto com ODS, mas por razões diferentes.

Em seus achados, Duckitt e Sibley (2007) mostraram que, ODS está menos associado ao preconceito contra grupos dissidentes, nesse caso, relacionado à negatividade apenas para alguns dos grupos dissidentes, e não para todos, a ODS tem uma relação mais moderada com o preconceito contra grupos perigosos, e, está fortemente associado ao preconceito contra grupos derogados. Enquanto o AD está fortemente associado ao preconceito contra grupos vistos como dissidentes, também está relacionado ao preconceito contra grupos vistos como perigosos, também se associa ao preconceito contra grupos considerados depreciados, embora menos forte que as demais.

De acordo com os autores as limitações encontradas na pesquisa foram: os resultados são correlacionais e não demonstram causalidade diretamente. Há uma ligação entre como os grupos são percebidos e as atitudes negativas em relação a eles, mas não prova que uma percepção leva à outra.

O artigo de McFarland (2010) traz em suas considerações a importância do contexto sócio-histórico, cultural e econômico que, associados à personalidade explicam e agregam ao preconceito generalizado. Além disso, acrescenta outras condições que podem acentuar ou explicar o PG, como é o exemplo do medo e/ou a ansiedade, que são características psicológicas, bem como outros construtos de nível intergrupais, como a identidade social, as normas sociais, senso de posição grupal e disposições cognitivas.

No estudo 1, McFarland (2010) busca entender por que os homens tendem a ser mais preconceituosos que as mulheres, e qual a relação do PG com o autoritarismo e a orientação de dominação social. A pesquisa incluiu medidas de autoritarismo, dominação social, preconceito, empatia, feminilidade, masculinidade, nutrição ou cuidado (tradução própria) e narcisismo, numa amostra de 151 jovens estudantes (56 homens, 95 mulheres) e em uma segunda amostra de 180 adultos (86 homens, 94 mulheres). Neste estudo descobriu que, além do autoritarismo e da dominação social, a empatia é um importante preditor do preconceito generalizado, juntos constituem os "três grandes" pilares do preconceito. O AD e ODS foram inseridos na equação de regressão como preditores de preconceito generalizado, no segundo modelo, o sexo e os novos preditores foram adicionados, com isso, os resultados obtidos dos modelos mostraram que o AD e ODS previram significativamente o preconceito generalizado em ambas as amostras. O segundo modelo, composto pelo sexo e outros preditores, mostrou variância significativa na previsão do preconceito generalizado.

(McFarland, 2010).

Após identificar empatia, autoritarismo e dominação social como principais preditores do preconceito no Estudo 1, McFarland explora outras possíveis variáveis que poderiam contribuir para o preconceito generalizado, o Estudo 2, trata de entender se a crença de que a natureza humana é imutável contribui para o preconceito. O estudo contou com uma amostra de 285 adultos (126 homens e 156 mulheres), com idade média de 42 anos, os instrumentos utilizados foram a Implicit Person Theory Test, de oito itens, medidas de preconceito, AD, orientação para a dominância social, empatia e sexo. Nesse modelo, os resultados da regressão encontrados para as medidas utilizadas (AD, ODS e empatia) encontraram contribuição significativa para o PG, porém, nessa amostra o sexo não previu o PG, a crença na imutabilidade da natureza humana contribuiu para o PG, mas de forma muito pequena.

O terceiro estudo levantado por McFarland (2010) trata de entender se os se os traços de personalidade do *Big Five* contribuem para o PG. O modelo inclui neuroticismo, extroversão, abertura à experiência, amabilidade e conscienciosidade. O estudo constou com uma amostra de 200 adultos (89 homens e 111 mulheres), com idade média de 43 anos, que os traços de personalidade dos não adicionam variação significativa na previsão do preconceito generalizado. A abertura à experiência e amabilidade correlacionam-se negativamente com o PG, mas não contribuem significativamente na presença dos outros fatores.

No estudo quatro, o raciocínio moral baseado em princípios foi investigado usando as medidas dos "big three" (McFarland, p. 462, 2010) (AD, ODS e empatia), sexo e o Defining Issues Test, numa amostra de 179 estudantes universitários (47 homens, 132 mulheres). Dessa forma, O raciocínio moral baseado em princípios mostrou uma correlação negativa significativa com o preconceito generalizado ($r = -0.43$), isso sugere que indivíduos com altos níveis de raciocínio moral baseado em princípios tendem a ter menos preconceito generalizado. No modelo de regressão 1, o AD, a ODS e a empatia contribuíram significativamente para prever o PG. No segundo modelo 2, o raciocínio moral baseado em princípios foi adicionado, contribuindo também significativamente para a previsão do PG.

O quinto e último estudo de McFarland (2010) teve como objetivo confirmar se o raciocínio moral baseado em princípios é um contribuinte significativo para o preconceito generalizado, testar se o materialismo contribui para o preconceito generalizado e testar um modelo estrutural que relaciona autoritarismo, domínio social, empatia, raciocínio moral

baseado em princípios e preconceito generalizado. Para isso foram usadas as cinco medidas de preconceito, todos os preditores significativos de preconceito generalizado de estudos anteriores, e 12 itens da Escala de Materialismo de Richins e Dawson (1992) e três histórias adicionais para o DIT, numa amostra de 168 adultos (69 homens, 99 mulheres; idade média de 42 anos). Os resultados encontrados indicam que o materialismo não contribuiu significativamente para a explicação do preconceito generalizado. O estudo confirmou que a empatia e o raciocínio moral baseado em princípios contribuem significativamente para o preconceito generalizado, ambos oferecem bases emocionais e racionais, respectivamente, para rejeitar o preconceito, sugerindo que devem ser considerados junto com autoritarismo e Orientação para a Dominância Social ao estudar o preconceito generalizado.

Os autores destacam algumas limitações, como, o estudo usou uma amostra de estudantes universitários, que pode não ser representativa da população em geral. Além disso, o estudo foi transversal, o que limita a capacidade de determinar relações causais entre variáveis. Houve também o risco de respostas influenciadas pela desejabilidade social.

Nos estudos apresentados no artigo de Crawford e Brandt (2019) foi previsto que a baixa amabilidade e abertura à experiência, dentro das cinco dimensões do BigFive, foram os fatores que mais se correlacionaram com o PG. Isso se deve ao fato de que a falta de amabilidade se relaciona ao preconceito contra alvos de baixo status, o que denominam de preconceito generalizado estreito (*narrow generalized prejudice*). O preconceito generalizado estreito, refere-se a uma tendência específica e focalizada de ter atitudes negativas em relação a um ou alguns grupos específicos. Embora ainda seja uma forma de preconceito generalizado, é menos abrangente do que o preconceito generalizado amplo, pois a aversão ou desconfiança é direcionada a um número menor de grupos específicos (Crawford & Brandt, 2021).

O PG amplo, por sua vez, está relacionado a tendência geral de um indivíduo a ter atitudes negativas em relação a uma ampla variedade de grupos. Esse tipo de preconceito não é específico a um único grupo, mas sim uma disposição geral para sentir antipatia, a diversos grupos que são diferentes do indivíduo em termos de raça, etnia, religião, orientação sexual, diferentes status sociais, entre outros. Dessa forma, PG amplo permite uma compreensão mais abrangente de como o preconceito pode se manifestar em diferentes contextos e contra diferentes grupos na sociedade. (Crawford & Brandt, 2021).

Por fim, os autores destacam algumas limitações, são elas: não ter incluído nas amostras todos os grupos possíveis, e nem os grupos onde há o preconceito normativo ou

contra-normativo. O BIG5 é um modelo dominante de estudo de personalidade, mas outros modelos de personalidade podem auxiliar na pesquisa do PG, como o modelo HEXACO².

Cantal et al. (2014), em seu texto, demonstram que existe uma variação do PG em função do contexto ao qual se expressa, considerando que o preconceito é intergrupar. O que comprova essa variabilidade é a replicabilidade de medidas de personalidade em diferentes contextos. Por exemplo, o MPD (Modelo de processo dual) o modelo tridimensional (grupos vistos como perigosos, depreciativos e dissidentes) podem ser usados para explicar o fenômeno do PG em um contexto completamente diferente na Nova Zelândia, e no caso do Brasil.

O modelo tridimensional compõe o PG numa análise de preconceito contra três grupos diversos: grupos dissidentes, grupo depreciados e grupos perigosos. Tais grupos são interpretados sob a ótica das medidas de AD e ODS, explicados pelo MDP (Duckitt & Sibley, 2009). Todos os estudos aqui descritos encontraram, na replicabilidade, e descrevem a seguinte interpretação: RWA prevê preconceito contra o grupo perigosos, SDO prevê preconceito contra os grupos depreciados, e ambos preveem preconceito contra grupos dissidentes (Cantal et al., 2014). A autora destaca que o tamanho e composição da amostra não foram balanceados, o que pode prejudicar a possibilidade de afetação da generalização dos resultados, pois a amostra foi feita com universitários, e o delineamento transversal não permite determinar a relação temporal entre as variáveis preditoras e o PG, como limitações do estudo.

O artigo de Birdir et al. (2022) faz um levantamento diferente, usando o mesmo modelo (DPM, a partir da SDO e RWA). Como visto no capítulo 1, esse modelo procura explicar uma variedade de fenômenos incluindo preconceito intergrupar e orientações ideológicas de maneira mais abrangente. A pesquisa, ora realizada na Turquia, deparou-se com um contexto sócio-histórico, ideológico, político e religioso diferente daqueles antes estudados, como por exemplo Nova Zelândia e Brasil. O estudo encontrou que a ODS previu preconceito em relação a todos os tipos de grupos (perigosos, dissidentes e depreciados), enquanto o AD foi associado apenas ao preconceito contra grupos dissidentes.

O estudo conclui que o MPD não só amplia a compreensão das atitudes sociopolíticas

² O modelo HEXACO é um modelo de traços de personalidade que propõe seis dimensões principais, o nome "HEXACO" é um acrônimo derivado das primeiras letras de cada uma das seis dimensões de personalidade identificadas pelo modelo: Honesty-Humility (honestidade-humildade), Emotionality (emocionalidade), Extraversion (extroversão), Agreeableness (agradabilidade), Conscientiousness (conscienciosidade), Openness to Experience (abertura para experiência) (Crawford & Brandt, 2019).

para além das categorizações esquerda-direita tradicionais, mas também destaca como fatores culturais específicos podem moldar a manifestação dessas atitudes em diferentes contextos nacionais. No caso da Turquia, o modelo ajuda a explicar como as divisões entre autoridades religiosas e nacionalistas moldam as orientações ideológicas e atitudes em relação a grupos externos e minorias (Birdir et al., 2022). Este artigo possui a seguinte limitação: Os dados falam somente de evidências correlacionais, as amostras foram restritas à universitários, prejudicando a generalização, carece de dados referentes ao Oriente Médio na literatura.

De acordo a pesquisa no artigo de Meeusen e Kern (2015), foram encontradas explicações sobre a variabilidade significativa do preconceito, que em sua estrutura, varia não só entre os países, conforme o observado, mas também dentro dos países, conforme o grupo-alvo. O preconceito específico que está subjacente ao PG varia de acordo com cada país, assim como as avaliações de um grupo-alvo e a magnitude das generalizações dependerão, também, do contexto intergrupar dentro de cada país. O estudo investiga a relação entre dois fatores contextuais (situação econômica e igualitarismo cultural) e cinco diferentes tipos de preconceito (o preconceito contra imigrantes, a homofobia, o etarismo, o preconceito contra desempregados e o sexismo). A ideia é testar se esses fatores estão relacionados a todos os tipos de preconceito por meio de um núcleo comum de preconceito generalizado ou se eles afetam especificamente certos grupos-alvo. Foram utilizados os dados do *European Social Survey* (ESS Round 4, 2008), o qual é uma pesquisa representativa e comparativa, realizada a cada dois anos em vários países europeus, com amostra de 56.751 pessoas, em 29 países. Para a medição do preconceito foram utilizados três perguntas sobre o impacto da imigração na economia, vida cultural e condições de vida do país, duas perguntas sobre igualdade de gênero e papéis tradicionais, uma pergunta sobre a percepção de que os desempregados não se esforçam para encontrar emprego, o quão importante é para eles não terem preconceito contra pessoas de outras faixas etárias; e para os indicadores macroeconômicos foram usados o PIB per capita, como indicador objetivo da situação econômica de um país, taxa de desemprego e satisfação com a economia, de forma subjetiva, situação econômica individual, como a posição no mercado de e a renda familiar.

Todos os tipos de preconceito estão positivamente correlacionados, isso significa que pessoas com atitudes negativas em relação a um grupo tendem a ter preconceitos contra outros grupos também. Encontrou-se uma maior associação entre homofobia e sexismo,

dentre os diferentes tipos de preconceito. Em alguns países, certos preconceitos estão mais fortemente correlacionados entre si do que com outros preconceitos. Por exemplo, no Reino Unido e na Irlanda, há uma alta correlação entre homofobia e sexismo, mas não com preconceito anti-imigrante. Os preditores individuais de preconceito demonstram que mulheres tendem a ser mais preconceituosas contra imigrantes, enquanto homens são mais preconceituosos contra gays/lésbicas e têm atitudes mais tradicionais de gênero. A religiosidade relaciona-se negativamente com o preconceito anti-imigrante e positivamente com a homofobia e sexismo. A idade está positivamente relacionada ao preconceito, enquanto escolaridade está negativamente relacionada, imigrantes são mais tolerantes com outros imigrantes, mas podem ser menos tolerantes com gays/lésbicas e com mulheres. A ODS foi positivamente relacionada a todas as formas de preconceito, mas mais fraca quando controlada pelo componente de preconceito comum, pessoas com empregos menos qualificados são menos tolerantes com imigrantes e mais preconceituosas em geral. A satisfação com a renda familiar está negativamente relacionada aos preconceitos, pessoas em países com maior satisfação econômica são mais tolerantes com imigrantes. A relação da homofobia e sexismo com o PIB e a satisfação econômica dos países foi negativa, o que sugere que boa situação econômica se associa a menos preconceito. Países com crença mais forte na hierarquia (ODS) tendem a ter níveis mais altos na homofobia e sexismo. Ou seja, os resultados mostram que preconceitos contra diferentes grupos estão inter-relacionados e que há variações significativas entre os países europeus (Meeusen & Kern, 2015).

Os dados sugerem que a dimensão igualitarismo-hierarquia está relacionada a todos os tipos de preconceito, independente do grupo-alvo. Pessoas que vivem em sociedades mais igualitárias são mais tolerantes em relação à igualdade de gênero e a homossexualidade, por exemplo (Meeusen & Kern, 2015). Enquanto limitação, os autores relatam que, a medida usada para prever as visões de mundo não é a mais adequada.

O artigo de Hadarics e Kende (2017) destacam que o AD e o ODS podem prever uma ampla gama de outras crenças sociais e julgamentos morais, além de influenciar as atitudes intergrupais das pessoas.

Os resultados do estudo identificam três grupos externos na Hungria, correspondendo aos grupos perigosos, derogados e dissidentes, como descrito pelo MPD. Além disso, constatou-se que o AD e o ODS estão relacionados à avaliação desses clusters externos da mesma maneira que identificado por pesquisas anteriores sobre MPD. Isso sugere que as dimensões do MPD podem ser aplicadas transculturalmente, mesmo quando

diferentes grupos sociais são avaliados.

Os fundamentos morais estão diretamente relacionados à avaliação negativa de exogrupos, as atitudes em relação aos diferentes tipos de grupos externos são influenciadas por padrões e preocupações morais pessoais. O preconceito contra grupos percebidos como ameaças aos valores fundamentais é impulsionado pela moralidade vinculativa, enquanto a moralidade individualizante³ pode atenuar a tendência ao preconceito, pois envolve preocupações com justiça e cuidado individual (Handarics & Kende, 2017). Descobriu-se que o AD está associado principalmente aos fundamentos morais vinculativos, enquanto o ODS tem uma relação negativa com os fundamentos morais individualizantes (Handarics & Kende, 2017). Os autores destacam que a seleção dos grupos avaliados e não testar a conexão causal entre as variáveis, não podendo estabelecer a direção do efeito entre elas forma limitações encontradas no estudo. Os autores destacam que, a seleção dos grupos avaliados e não testar a conexão causal entre as variáveis, não podendo estabelecer a direção do efeito entre elas, são limitações encontradas nessa pesquisa.

2.8.2 Estudos Teóricos

O artigo de Bergh e Brandt (2022), "*Generalized Prejudice Lessons about social power ideological conflict and levels of abstraction*", trata de uma revisão de literatura acerca do preconceito generalizado, dentre as teorias analisadas, discutem a misantropia, que é uma negatividade generalizada em relação a todas as pessoas, independentemente do grupo a que pertencem. Os pesquisadores Crawford e Brandt (2019) conduziram um estudo que analisou dados de quatro amostras, avaliando a negatividade em relação a uma ampla gama de grupos-alvo, eles criaram índices para representar tanto o preconceito generalizado (contra grupos específicos) quanto a misantropia (negatividade em relação a todos os grupos) e descobriram que traços de personalidade como alta abertura à experiência e alta agradabilidade estavam relacionados a menos preconceito generalizado, mas não necessariamente a menos misantropia.

Não há um valor de correlação exato entre PG e misantropia mencionado no texto, mas eles são tratados como conceitos relacionados, mas distintos. A pesquisa de Crawford e

³ A moralidade vinculativa se refere a valores e normas que promovem a coesão do grupo, enfatizando a importância da lealdade, autoridade e pureza, enquanto a moralidade individualizante e concentra nos direitos e bem-estar dos indivíduos, enfatizando os valores de justiça e cuidado.

Brandt (2019) examinou a relação entre preconceito generalizado (PG) e traços de personalidade, assim descobriram que: houve uma relação negativa (r meta-analítico = -0.17), o que indica que indivíduos com altos níveis de Abertura à Experiência tendem a ter menores níveis de preconceito generalizado. Também foi apresentada correlação negativa (r meta-analítico = -0.25) em agradabilidade, mostrando que mostra que indivíduos com altos níveis de agradabilidade tem menos preconceito generalizado.

Os resultados dos pesquisadores indicaram que a misantropia está mais fortemente associada a traços de personalidade que promovem comportamentos antissociais e desconfiança interpessoal, enquanto o preconceito generalizado é mais fortemente influenciado por traços de personalidade que refletem abertura e amabilidade em relação a grupos específicos.

O status social e os valores ideológicos podem desempenhar papéis complementares na explicação do preconceito generalizado, ou seja, embora os valores ideológicos possam explicar preconceitos contra grupos amplos, o status social também pode ser um fator importante (Bergh & Brandt, 2022). O estudo desses autores indica que não há uma correlação forte (o valor de r variou de 0,00 a 0,05) entre a identificação socioeconômica dos indivíduos e seu PG contra grupos marginalizados, indicando que essas atitudes não dependem diretamente das posições econômicas e sociais dos participantes. No entanto, a identificação política (conservador-progressista) prevê significativamente o preconceito (r variou de .38 para .72), especialmente contra grupos não convencionais (grupos vistos como tendo valores políticos conflitantes) ($r_s > .60$).

Os autores destacam também duas outras características para explicar o PG: o especismo e a transferência secundária. A última explica que as mudanças no PG se seguem de duas formas possíveis: ou se generalizam entre os grupos ou são transferidos para alvos secundários. Isso acontece de forma decrescente, de baixo para cima, começa com mudanças no preconceito específico e se espalha para mudança em outros preconceitos. O especismo, por sua vez, mostra como a exploração de animais e o preconceito generalizado compartilham motivações ideológicas comuns, particularmente relacionadas à ODS. Pessoas com alta ODS tendem a aceitar hierarquias e desigualdades, o que se manifesta tanto no preconceito contra grupos humanos quanto na exploração de animais (Bergh & Brandt, 2022).

O artigo de Bergh e Brandt (2022) corrobora com os achados anteriores (Cantal et al., 2014; Crawford & Brandt, 2019; Hodson et al., 2017; McFarland, 2010). Nesse artigo

mostra que os traços de personalidade associados ao RWA e à SDO estão fortemente correlacionados ao PG. Além disso, evidencia os componentes das dimensões do Big Five, como por exemplo, o PG é associado com a baixa amabilidade, baixa abertura à experiência, baixa honestidade e baixa preocupação empática. A abertura à experiência (um dos cinco grandes traços de personalidade) mostra uma relação negativa com o preconceito contra grupos não convencionais e marginalizados, ou seja, pessoas mais abertas tendem a ser menos preconceituosas contra esses grupos,

O preconceito generalizado não é homogêneo em relação a todos os grupos externos, a incorporação da personalidade nas pesquisas sobre o preconceito generalizado, como os de Duckitt e Sibley (2001; 2007; 2008) enfatiza a importância da personalidade, além das orientações ideológicas, na compreensão do preconceito generalizado. Eles sugerem que traços de personalidade associados ao autoritarismo e à dominância social também estão relacionados ao preconceito generalizado (Bergh & Brandt, 2022).

De acordo com o artigo de Bergh e Brandt (2022), evidências mostram diferenças nas características individuais. Mulheres, adultos mais velhos e pessoas gordas, caso pontuem alto em outros preconceitos (e.g., preconceito contra diversidade sexual e de gênero, racismo e/ou o sexismo), tendem a ser mais preconceituosas com seus endogrupos, ou seja, preconceito internalizado. A teoria é de que o preconceito se generaliza por ser direcionada a grupos marginalizados, independentemente da dinâmica endo-exogrupal. Assim, esses grupos (marginalizados) são percebidos como tendo valores e visões de mundo semelhantes entre eles. Dessa forma, o PG pode ser explicado pelo baixo status social (Bergh & Brandt, 2022). Os autores não especificaram limitações em seu trabalho.

O artigo de Hodson et al. (2017) traz a caracterização do autoritarismo generalizado (AG), uma variante do autoritarismo de direita e dominância social, que prediz com maior robustez o preconceito generalizado. O AG se refere a uma atitude geral de submissão e obediência às autoridades, combinada com a crença de que a sociedade precisa ser rígida e controlada para manter a ordem. A ideia dos autores é entender melhor o perfil psicológico da pessoa propensa a preconceitos, olhando tanto para as semelhanças quanto para os aspectos únicos das facetas do autoritarismo. Considerando as pesquisas que mostram uma correlação entre os níveis de AD (autoritarismo de direita) e ODS com o Preconceito Generalizado, os quais podem explicar uma parte substancial (entre 40% e 50%) da variação nas atitudes preconceituosas medidas em diferentes estudos (Roccatto & Ricolfi, 2005; Sibley & Duckitt, 2008; Duckitt, Wagner, du Plessis, & Birum, 2002; Ekehammar et al.,

2005; McFarland, 2010; Whitley, 1999), Hodson et al. (2016), discutem uma abordagem teórica alternativa para entender as diferenças individuais no PG, sugerindo que AD e ODS podem não ser causas diretas de PG, mas sim manifestações de uma tendência autoritária mais abrangente, o autoritarismo generalizado. A ideia principal dos autores é que, em vez de considerar AD e ODS como causas independentes de PG, eles podem ser vistos como indicadores de um conceito mais geral de autoritarismo (AG). Segundo esta perspectiva, AG seria um melhor preditor de PG do que seus subcomponentes (AD e ODS), porque reflete uma predisposição mais ampla e fundamental em relação ao autoritarismo

A análise conjunta de AD e ODS explica uma parte significativa da variação em preconceito generalizado (PG). Hodson et al. (2016) descobriram que um fator latente comum a ambos, o fator AG, que explica uma porcentagem ainda maior dessa variação, 73% da variação em GP, no Estudo 1 e 95% da variação em GP, no Estudo 2, sugerindo uma ligação quase perfeita, entre autoritarismo generalizado e preconceito generalizado. Enquanto limitação, os autores afirmam que há uma possível superestimação entre AG e PG, pois os estudos analisados usaram medidas de autorrelato de ODS e AD, o que pode resultar numa única fonte de informação

2.9. Conclusões

Essa revisão objetivou investigar a literatura acerca do fenômeno do preconceito generalizado, com o intuito de descobrir e analisar quais os mecanismos de perpetuação e manutenção do PG, quais as medidas mais utilizadas para a interpretação do fenômeno na sociedade, e o porquê dessas medidas serem utilizadas. Embora a literatura acerca desse problema seja escassa e de difícil acesso, pois muitos estudos estão em plataformas pagas, foram encontrados e sintetizados os resultados de 11 estudos. Essa revisão de escopo constatou que as principais medidas de análise do fenômeno, desde a criação da Escala F, também conhecida como Escala de Personalidade Autoritária de Adorno (1950), são as medidas do autoritarismo de direita (RWA) e a orientação a dominância social (SDO), as quais explicam que determinadas pessoas e grupos tendem a ser preconceituosos, com o intuito de proteger o endogrupo e/ou de manter o status social ao qual pertence. Embora alguns estudos tenham mostrado que o PG também está associado com a dinâmica endo-exogrupal e com as dimensões da personalidade como medidas pelo *Big Five* e do raciocínio moral.

O preconceito generalizado é um fenômeno multifacetado influenciado por fatores

de personalidade, dinâmica de poder, ideologias políticas e condições socioeconômicas. Estudos indicam que traços de personalidade como abertura à experiência e amabilidade estão associados a menos preconceito. A dinâmica de poder e a marginalização social são críticas para entender o preconceito generalizado, superando explicações baseadas apenas em estereótipos. Ideologias políticas influenciam o preconceito de forma bidirecional, com conservadores e liberais exibindo preconceitos contra grupos com valores conflitantes. Conceitos inovadores como especismo e transferência secundária fornecem novas perspectivas, e intervenções baseadas na flexibilidade psicológica mostram promessas na redução dos diversos preconceitos. Finalmente, a privação relativa pode fomentar solidariedade e empatia, desafiando a ideia de que sempre leva ao aumento do preconceito.

Os estudos revisados destacam a complexidade do preconceito generalizado, que não é uma característica unidimensional, mas um fenômeno multifacetado influenciado por traços de personalidade, ideologias políticas e contextos socio-históricos. Pesquisas indicam que autoritarismo de direita e orientação à dominância social são preditores robustos de preconceito, mas suas influências variam conforme o grupo-alvo. A empatia, um traço geralmente mais forte em mulheres, emerge como um fator protetivo contra o preconceito, enquanto características como o narcisismo e a crença na imutabilidade da natureza humana podem aumentar as predisposições preconceituosas. Modelos teóricos, como o Modelo de Processo Dual, oferecem uma estrutura valiosa para entender como diferentes bases motivacionais e contextuais moldam o preconceito, enfatizando a necessidade de considerar a diversidade cultural e histórica ao abordar o fenômeno do preconceito generalizado.

Dentre os achados, como Meeusen e Kern (2015), juntamente com os de Hadarics e Kende (2017), sublinham que o preconceito é uma construção complexa, influenciada por uma interação de fatores contextuais, individuais e morais. A estrutura do preconceito varia não apenas entre os países, mas também dentro deles, dependendo do grupo-alvo. Portanto, estratégias para combater o preconceito precisam considerar essas múltiplas dimensões e adotar abordagens específicas e contextualizadas para serem eficazes. A promoção de valores igualitários e a melhoria das condições econômicas podem ser caminhos promissores para reduzir o preconceito generalizado.

A revisão empreendida destaca os avanços significativos na compreensão das bases do preconceito, mas também as diversas limitações metodológicas presentes na literatura atual. Entre elas, merece maior relevo a tendência dos estudos em focar exclusivamente na dinâmica de grupos minoritários, negligenciando as nuances dos grupos majoritários, o que

impede uma análise mais abrangente do PG. Esta revisão confirma que essa limitação é substancial.

Outro aspecto limitador é a utilização de amostras restritas, muitas vezes compostas por estudantes universitários, o que limita a generalização dos resultados para a população em geral. Os delineamentos transversais empregados nos estudos revisados também representam uma limitação significativa, pois impedem a determinação da temporalidade das relações entre variáveis. Além disso, muitos estudos não incluíram todos os grupos possíveis, especialmente aqueles onde há preconceito normativo ou contra-normativo, resultando em uma compreensão parcial do PG e suas diferentes manifestações. A seleção limitada de grupos e tipos de preconceitos avaliados, bem como o uso de poucos itens para medir preconceitos, compromete a confiabilidade e validade das medições. A percepção de ameaças culturais ou econômicas também precisa ser considerada mais detalhadamente. Para melhorar a robustez e aplicabilidade das pesquisas sobre preconceito generalizado, é recomendável ampliar as amostras para incluir uma representação mais ampla da população geral, bem como dados de diferentes regiões geográficas, como também, explorar modelos alternativos de personalidade, como o HEXACO (Crawford & Brandt, 2019), para verificar se oferecem previsões adicionais ou complementares ao modelo BIG5 em relação ao PG.

A maior limitação encontrada nessa revisão de escopo engloba os poucos artigos existentes sobre o PG. Assim, os altos números em algumas bases de dados se referem a artigos que tratam do preconceito per se, e não do fenômeno do PG.

Estas conclusões refletem uma compreensão abrangente das complexidades envolvidas no preconceito generalizado, proporcionando uma base sólida para futuras pesquisas e intervenções, esses insights sugerem que intervenções para reduzir o preconceito devem considerar não apenas as ideologias e personalidades individuais, mas também os contextos culturais e sociais em que esses preconceitos se manifestam.

O próximo capítulo abordará os aspectos metodológicos empregados na pesquisa, incluindo os objetivos (geral e específicos) que orientaram a construção do estudo, as hipóteses que guiaram as análises, e os instrumentos utilizados para examinar o fenômeno do Preconceito Generalizado (PG). Além disso, serão discutidos os procedimentos realizados, desde a submissão ao comitê de ética e o pré-teste do instrumento, até a aplicação do questionário.

CAPÍTULO 3: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão apresentados os aspectos metodológicos da presente pesquisa, primeiramente são descritos os objetivos gerais e específicos, seguidos das hipóteses. O item 4.3 retrata os participantes do estudo, seguido pelos instrumentos e procedimentos adotados. Por fim, são apresentados os aspectos éticos que regem os procedimentos da pesquisa, os dados descritivos do pré-teste do instrumento e, por último, a descrição da análise de dados utilizada.

Para começar a explicação descritiva dos participantes da pesquisa é importante ressaltar o que motivou a escolher as variáveis aqui expostas. Uma vez que o objetivo da pesquisa é a correlação entre os preconceitos para explicar o preconceito generalizado, para tanto precisou-se desenhar o perfil daqueles que responderam ao instrumento. Utilizou-se escalas que investigam o preconceito contra diversidade sexual e de gênero, o sexismo, o preconceito racial, a gordofobia, o capacitismo, o idadismo, bem como sobre o julgamento moral, e a percepção da periculosidade, dissidência e depreciação dos grupos-alvo desses preconceitos. Buscou-se assim correlacionar as variantes sociodemográficas, os preconceitos contra grupos e o julgamento moral dos participantes, que juntos poderão explicar o fenômeno do preconceito generalizado no contexto brasileiro.

3.1 Objetivos

a) Objetivo Geral

Analisar as relações entre diferentes tipos de preconceito na configuração de um preconceito generalizado (PG) e bem como a relação deste com os Julgamentos Morais (JM).

b) Objetivos Específicos

- (i)** Analisar os níveis de preconceito contra os grupos minoritários;
- (ii)** Compreender o papel do posicionamento político e de características sociodemográficas nas expressões dos diversos preconceitos;
- (iii)** Investigar se o Julgamento Moral prediz o preconceito generalizado;
- (iv)** Propor um modelo explicativo em que diferentes tipos de preconceito contra grupos minoritários são explicados pelo preconceito generalizado (PG);
- (v)** Investigar como os grupos sociais avaliados são categorizados como dissidentes, perigosos e depreciados, ao verificar se a percepção de diferentes grupos sociais (como dissidentes, perigosos ou depreciados) varia

significativamente entre diferentes gêneros, orientações sexuais ou raças.

3.2 Hipóteses

H1. Conforme os autores Bergh & Akrami (2017) e Cantal et al. (2014), espera-se que os preconceitos sejam correlacionados positivamente;

H2. Conforme Birdir et al (2022), espera-se que os participantes à direita sejam mais preconceituosos que os da esquerda;

H3. Conforme Eagly e Karau (2002), Fiske e Glick (2002) e North e Fiske (2012), espera-se que haja algum tipo de diferença entre os tipos de preconceito entre homens e mulheres, pessoas mais velhas e mais jovens;

H4. Conforme Duckitt (2001), espera-se que os diferentes tipos de preconceito configurem um traço latente subjacente que é o PG;

H5. Conforme Moreira e colaboradores (2023); espera-se que o Julgamento Moral seja preditor do PG;

H6. Conforme Duckitt e Sibley (2007), de acordo com o MPD, espera-se que percepções de grupos sociais como dissidentes, perigosos ou depreciados variem significativamente entre diferentes variáveis demográficas, como gênero, orientação sexual, raça, IMC, idade e deficiência.

3.3 Participantes

Participaram do estudo 305 brasileiros, que residem atualmente no Brasil, estes completaram todos os instrumentos da pesquisa. Utilizando o teste G-Power para fazer a estimativa do tamanho amostral, verifica-se que esta amostra implica em uma probabilidade de erro amostral $< 0,001$ para testes de regressão linear. A amostra possui média de **idade** de 30,8 anos ($DP = 11,5$), sendo a idade mínima 18 anos e máxima de 67 anos. Os dados obtidos para **Gênero** indicaram a maioria é do gênero feminino (64%), seguido de masculino (32%) e não-binário (2%), enquanto as opções “Outro” e “Prefiro não dizer” somaram 0,3%. Em relação à **Identidade de Gênero**, 31% são homens cisgênero, 0,6% homens transexuais, 63% mulheres cisgênero, 0,3% mulheres transexuais, 2% transgêneros e 1% preferiu não dizer. No que tange a **Orientação Sexual**, a maioria é heterossexual (65%), seguido de bissexuais (22%), homossexuais (8%), “Outra” (2%) e 1% marcou “prefiro não dizer”. No que se refere ao **Estado Civil** a maioria é solteira (62%), 17% estavam casados, 12% moravam com o companheiro(a), 3% estavam divorciados, 2% marcaram a opção “Outro”,

0,9% eram separados, e 0,9% viúvos.

Os dados obtidos para **Religião** identificaram que 35,4% são católicos, 12,2% consideram-se sem religião, 10,6% são evangélicos, 11,1% afirmaram-se como cristãos, 6,9% espíritas, 6,3% umbandistas, 2,6% candomblecistas, 1,1% Testemunhas de Jeová, 1,1% protestantes e 12,7% estão em categoria como “não categorizável”. Quanto a **Importância da religião** em suas vidas, 26% consideram muito importante, 17% consideram que a religião é importante, 14% consideram de importância moderada, 13% consideram que às vezes é importante, enquanto em 27% dos participantes a religião não é nada importante.

Os dados sobre **Cor da pele/ Raça** dos participantes indicaram que a maior parte se autodeclara como brancos (49%), 33% pardos, 12% pretos, 3% se consideram amarelos e 0,3% afirmaram-se indígenas. Em relação a **importância da cor da pele / raça**, observou-se que grande parte disse que não é nada importante (45%), 16% consideraram importante, 14% consideraram de importância moderada, 13% consideram como muito importante, e 10% afirmaram que às vezes é importante.

O Posicionamento Político dos participantes, de acordo com as análises estatísticas sugerem que 30 sujeitos se consideram de Extrema Esquerda (9,9%); 132 de Esquerda (43,3%) e 43 participantes de Centro Esquerda (14,1%). Apenas 9 são de Centro (3%), 7 de centro direita (2,3%), 20 de direita (6,6%) e 1 de Extrema Direita (0,3%). Não se posicionam nessas dimensões 62 participantes (20%).

A **Renda Mensal** das pessoas que residem na mesma casa foram as seguintes: 39% recebem de 1,1 a 3 salários-mínimos, 28% recebem de 4,1 a 6 salários-mínimos, 13% recebem entre 0 e 1 salário-mínimo, 12% recebem de 6,1 a 10 salários-mínimos, e 6% recebem mais de 10 salários-mínimos.

A pesquisa revelou que a maior porcentagem dos participantes é de Aracaju - SE, totalizando 28%. As demais distribuições por cidade são detalhadas no Apêndice A (Tabela A1).

3.4 Instrumentos e Procedimentos

Os questionários utilizados (Apêndice B) foram aplicados de forma On-line mediante a plataforma *Google Forms*, por razão do estudo ser estendido ao território brasileiro. O convite da pesquisa foi divulgado por meio das redes sociais, como Instagram e Facebook, bem como do aplicativo de trocas de mensagens Whats App.

O questionário foi separado conforme as Escalas utilizadas, a primeira consistiu no questionário sociodemográfico, com o intuito de caracterizar os participantes. Em seguida, foram apresentadas as escalas de autorrelato. Todos os instrumentos usados são detalhados a seguir.

Questionário Sociodemográfico. Para a caracterização da amostra, aplicou-se um questionário inicial com perguntas referentes aos dados sociodemográficos, que abordou as variáveis: orientação sexual, gênero, idade, peso, altura, se a pessoa tem deficiência ou se tem contato com alguma pessoa com deficiência, estado civil, cor da pele, renda familiar mensal, orientação política e religião. Além disso foi perguntado quão importante eram a cor de pele e a religião, em uma escala Likert de nada importante a muito importante.

Escala de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero (EPDSG). Medida desenvolvida por Costa et al. (2015). Essa escala é composta por 16 itens e contém duas sub-escalas: preconceito contra orientação sexual (e.g. “sexo entre dois homens é totalmente errado”); e preconceito contra a não conformidade de gênero e a transexualidade (e.g., “travestis me dão nojo”). A escala de resposta é Likert sendo 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). Em relação à validade fatorial, a escala apresenta uma estrutura unifatorial explicando 58,13% da variância total, e alta consistência interna geral pelo alfa de Cronbach ($\alpha = 0,94$) (Costa et al., 2015). A pontuação média geral (Somatório dos itens/número de itens) indica que quanto maior o escore médio, maior o nível desse preconceito.

A escala foi submetida à Análise Fatorial Exploratória (AFE) com método de extração a análise paralela. Os resultados das medidas obtidas, KMO= 0,95; Teste de Esfericidade de Bartlett, $\chi^2 (120) = 7156,8$; $p < 0,001$, indicaram adequação da amostra de fatorabilidade da matriz dos dados no presente estudo. A análise paralela indicou a presença de um fator geral (Ver Tabela 15, Anexo B). Na tabela de variância total explicada, verificou-se que as variáveis formaram um único fator, que explica 76% do constructo. A consistência interna geral da escala foi alta ($\alpha = 0,98$). O somatório dos itens gerou o seguinte escore médio: $M = 1,65$ ($DP = 1,04$).

A literatura aponta que a escala de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero (EPDSG) foi proposta para medir duas subescalas: 1º que avalia o preconceito contra a orientação sexual e o 2º que investiga o preconceito contra a não conformidade de gênero e transexualidade, formada por 16 itens. Entretanto, as análises psicométricas realizadas também encontraram uma estrutura unifatorial (Costa et al., 2015), corroborando com o resultado encontrado na presente amostra.

Inventário de Sexismo Ambivalente (ISA). Inventário desenvolvido por Glick e Fiske (1996) e validado para o Brasil por Formiga et al. (2002). É composto por 22 itens que avaliam os estereótipos de cada gênero (feminino e masculino) referentes as duas dimensões do sexismo: sexismo hostil (e.g., mulheres procuram poder controlando aos homens) e sexismo benevolente (e.g., mulheres devem ser queridas e protegidas por homens) para mensurar os níveis de atitudes ou crenças sexistas dos homens em relação as mulheres. Cada item é respondido utilizando uma escala tipo Likert de 1 (discordo totalmente) a 4 (concordo totalmente). A consistência interna dos fatores é satisfatória: sexismo benevolente ($\alpha = 0,77$) e sexismo hostil ($\alpha = 0,66$). A pontuação média de cada dimensão (Somatório dos itens/ número de itens) indica que quanto maior os escore médios, maior o sexismo ambivalente (Formiga et al., 2002).

Na pesquisa tanto o sexismo hostil ($\alpha = 0,96$) quanto o benevolente ($\alpha = 0,94$) apresentaram consistências internas adequadas nessa amostra. Os dois fatores explicaram conjuntamente 62,9% do construto, com índices prévios, KMO= 0,94; Bartlett, χ^2 (231) = 6278,4; $p < 0,001$, adequados (Ver Tabela 16, Anexo B). O instrumento ainda apresentou um alfa geral de 0,97 e os escores foram: Sexismo Hostil ($M = 1,93$; $DP = 1,24$) e Sexismo Benevolente ($M = 2,43$; $DP = 1,28$).

Escala de Racismo Revitimizador (ERR). A Escala desenvolvida por Lima et al. (2020), refere-se as novas expressões de racismo manifestado pela atribuição de excesso retórico e de culpa às minorias. Essa escala é composta de 10 itens (e.g., no Brasil, com as políticas de ação afirmativa, os negros têm mais privilégios que os brancos). A amplitude de resposta aos itens da escala varia de 1 (Discordo totalmente) a 5 (Concordo totalmente). A medida possui consistência interna satisfatória no estudo 1 ($\alpha = 0,86$) e no estudo 2 ($\alpha = 0,91$). A pontuação média da escala (Somatório dos itens/ número de itens) é avaliada de modo que quanto maior o escore médio, maior o racismo revitimizador (Lima et al., 2020).

No que tange a AFE da escala de racismo revitimizador (Lima et al., 2020) nessa amostra, os índices prévios KMO = 0,93; Teste de Bartlett χ^2 (45) = 1476,50; $p < 0,001$, foram satisfatórios (Ver Tabela 17, anexo B). A escala consta com um único fator, cuja variância total explicou 49,5% do construto. O conjunto de itens apresentou consistência interna adequada ($\alpha = 0,81$). O somatório dos itens/nº de itens gerou o seguinte escore médio: $M = 1,55$ ($DP = 0,75$). Os resultados da AFE corroboraram com os achados de Lima et al.

(2020).

Escala sobre gordofobia - Antifat Attitudes Test (AFAT). Adaptada e avaliada para o Brasil (Obara & Alvarenga, 2016) a escala foi desenvolvida para estudantes americanos e possui 34 itens, divididos em três subescalas, são elas: 1) “depreciação social e do caráter” contendo 15 itens (e.g. Eu não acredito que uma pessoa de peso normal se casaria com uma pessoa gorda); 2) “não atratividade física e romântica” (e.g., É nojento ver pessoas gordas comendo), com 10 itens; e 3) “controle do peso e culpa”, 9 itens (e.g., A maioria dos gordos é preguiçosa). As respostas são dadas a partir da escala Likert, cuja variação é de 1 (Discordo totalmente) à 5 (Concordo totalmente), sendo que os maiores escores representam atitudes mais negativas acerca da obesidade. A escala apresenta características psicométricas satisfatórias e boa consistência interna ($\alpha = 0,95$) (Obara & Alvarenga, 2016).

A escala **Antifat Attitudes Test** (Obara & Alvarenga) foi replicada, mas para que coubesse na presente pesquisa optou-se por usar os itens que apresentavam maior carga fatorial, pois a escala original é composta por 30 itens. A partir da seleção, sobraram 18 itens, os quais se referem aos itens: 07, 08, 09, 16, 19, 20, 21, 22, 30 e 33, que constituem a dimensão “Depreciação social e do caráter”, os itens 13, 18, 28 e 32 da dimensão “Controle do peso e culpa” e os itens: 17, 24, 26 e 27 da dimensão “não atratividade física e romântica”.

A escala apresentou os seguintes índices: KMO = 0,96; Bartlett χ^2 (153) = 6275,41; $p < 0,001$. A análise paralela, no entanto, indicou a presença de um único fator, com autovalor 12,45 que explica 78,3% de seu construto. As cargas apresentaram-se acima de 0,75 (Ver Tabela 18, Anexo B). Esse fator geral possui alta consistência interna ($\alpha = 0,97$) com $M = 1,57$ ($DP = 0,90$).

Escala de Idadismo Ambivalente (EIA). Validada por Vieira (2018), a escala mensura “a influência dois subtipos de atitudes sobre os idosos: o idadismo hostil (e.g. Idosos são um problema para o sistema de saúde e para a economia do país) e o benevolente (e.g. As pessoas deveriam preservar idosos de notícias tristes porque eles se emocionam facilmente). A medida é composta por 13 itens, respondidos de acordo com uma escala Likert, variando de “Discordo Totalmente” à “Concordo Totalmente”, e possui boa consistência interna geral ($\alpha = 0,90$) (Vieira, 2018).

A análise fatorial da escala de idadismo ambivalente apresentou KMO = 0,86;

Bartlett, $\chi^2(78) = 2028,87; p < 0,001$. Análise paralela evidenciou a presença de dois fatores com autovalores 4,37 e 2,18, respectivamente, cuja variância explicada foi de 50,4%. Ambos os fatores possuem alfas adequados, 0,88 e 0,74, respectivamente. O idadismo hostil ($M = 2,19; DP = 0,82$) e idadismo benevolente ($M = 3,26; DP = 0,94$) apresentaram médias diferentes ($p < 0,001$). O instrumento ainda apresentou um alfa geral de 0,88 (Ver Tabela 19, Anexo B)

Escala sobre Concepções de deficiência (ECD). Elaborada por Leite e Lacerda (2018), a escala mensura concepções sobre deficiência, a partir de quatro dimensões: A – orgânica; B – psicossocial; C - histórico-cultural e D - metafísica. A escala consta com 20 itens, e as respostas devem ser dadas numa escala de: A, B, C, D e E, sendo A = Concordo inteiramente; B = Concordo parcialmente; C = nem concordo nem discordo; D= Discordo parcialmente; E = discordo inteiramente. A análise estatística geral de validade de conteúdo obteve um bom índice de concordância, apresentando Kappa = 0,83, como também obteve boa consistência interna geral ($\alpha = 0,98$) (Leite & Lacerda, 2018).

Nessa pesquisa a escala foi submetida à AFE com rotação oblíqua e método de extração análise paralela. Buscou-se replicar as dimensões da escala sobre concepções de deficiência (Leite & Lacerda, 2018), que consta com quatro dimensões: A (itens 3, 8, 10, 15, 18); B (itens 1, 6, 7, 14, 17); C (itens 4, 11, 12, 16, 20) e D (itens 2, 5, 9, 13, 19). Os índices prévios indicaram a adequabilidade da amostra (KMO= 0,86) e da matriz dos dados, Bartlett $\chi^2(190) = 2243; p < 0,001$. Análise paralela evidenciou a presença dos 4 fatores que explicam conjuntamente 46,1% da variância total dos itens.

A dimensão orgânica ($\alpha = 0,71; M = 2,42; DP = 0,90$), que parte do pressuposto de que a deficiência é de natureza orgânica; a dimensão psicossocial ($\alpha = 0,62; M = 3,17; DP = 0,70$), que mostra a deficiência como uma condição orgânica e associada ao social (condições econômicas, educacionais, emocional); a dimensão histórico-social ($\alpha = 0,86; M = 2,92; DP = 0,88$), a deficiência, aqui, tem base biológica e social, mas também é carregada de significado histórico e contextual; e a dimensão metafísica ($\alpha = 0,86; M = 1,72; DP = 0,90$), nesse caso a deficiência é uma condição que está ligada à religião, credo e/ou fatores sobrenaturais. O instrumento ainda apresentou um alfa geral de 0,84 (Ver Tabela 20, Anexo B).

Defining Issues Test (DIT). Para medir o julgamento Moral, utilizou-se do

questionário de Opiniões Sociais (DIT), validado e adaptado por Camino et al. (1996), a qual apresenta uma consistência interna significativa no estágio pós-convencional ($\alpha = 0,48$) e ($\alpha = 0,68$) no estágio convencional. Quatro julgamentos morais compõem a escala, são elas: 1° João e o Remédio; 2° O Jornal Escolar; 3° O Prisioneiro Foragido e 4° A Ocupação Pelos Estudantes; o participante deve escolher entre as opções “Sim” “Não” ou “Não Sei”, para o primeiro dilema que busca saber qual a atitude correta que o protagonista a ser tomada. Em seguida, o questionário apresenta 12 afirmações que analisam os estágios morais, para isso, os participantes devem responder qual o grau de importância em cada afirmativa, separados entre “Máxima Importância”, “Grande Importância”, “Média Importância”, “Pequena Importância” e “Nenhuma Importância”. O questionário é finalizado pedindo ao participante que escolha 4 quatro questões dentre as 12 que ele considera como as mais importantes.

Finalizando o instrumento foi pedido aos participantes que dessem notas ou Rankings para os grupos ali expostos (LGBTQIAP+, mulheres, pessoas negras, pessoas gordas, pessoas com deficiência e idosos) atribuindo rankings de “1° Lugar” até o “6° Lugar”, o critério utilizado foi: eleger uma posição para cada grupo minoritário, considerando os grupos que mais sofrem preconceito no Brasil, com o objetivo de compreender a existência e a dinâmica do preconceito no país. Foi pedido também que separassem cada um desses grupos entre “Depreciados”, “Perigosos” e “Dissidentes”, no contexto brasileiro.

3.5 Aspectos Éticos

A pesquisa foi submetida a Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (CEP/UFS), sob o parecer de nº 5.875.442, protocolo de aprovação nº 65295522.4.0000.5546, em 3 de fevereiro de 2023. Por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, a pesquisa seguiu os regulamentos das resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Aos participantes foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (apêndice A), explicando de forma objetiva e acessível os aspectos éticos da pesquisa, os objetivos pretendidos, possíveis riscos e benefícios, o caráter voluntário da participação, assegurando o sigilo sob a identidade dos participantes, bem como destacando a possibilidade de desistência na participação, o processo de coleta, o contato com o pesquisador responsável.

3.6 Pré-teste do Instrumento

A aplicação do instrumento enquanto pré-teste fez-se necessário pois, objetivou-se estabelecer maior coerência e qualidade antes da coleta de dados da população. A aplicação do pré-teste ocorreu no período de 23 de abril de 2023 ao dia 06 de maio de 2023.

O pré-teste contou com a participação de 14 participantes, que se dividiram entre os Estados de Sergipe, Bahia e Ceará. As idades dos participantes variaram de 20 a 39 anos. Dentre os participantes, 7,1% têm algum tipo de deficiência, 42,9% negam ter contato com alguma pessoa com deficiência. Em relação da Cor da pele 57,1% se consideram brancos, 21,4% se consideram pardos, 14,3% se consideram pretos, 7,1% se consideram amarelos. Em relação a importância dada a própria cor da pele, 28,6% afirmam que às vezes é importante, 28,6% afirmam que não é importante, 14,3% afirmam que é muito importante, 14,3% também afirmam que é importante e 14,3% afirmam que a importância é moderada. A maioria dos participantes (85,7%) são do gênero feminino, 14,3% do gênero masculino. No que tange a orientação sexual, 57,1% são heterossexuais, 14,3% bissexuais, 14,3% homossexuais e 14,3% optaram pela opção “Outro”. O estado civil foi em maioria (71,4%) solteiros(as), 21,4% moram com o companheiro(a) e 7,1% marcaram “Outro”. A renda mensal dos que compõem a residência em que vivem mais frequente é de 1,1 a 3 salários-mínimos (71,4%), enquanto 7,1% afirmam que a renda é de mais de 10 salários-mínimos e 21,4% afirmam que a renda é de 4,1 a 6 salários-mínimos. Acerca da religiosidade, 7,1% afirmam que a religião tem importância moderada, 14,3% afirmam que a religião às vezes é importante, 21,4% afirmam que não é nada importante, 28,6% afirmam que é muito importante e 28,6% afirmam que é importante.

Após os dados sociodemográficos foram aplicadas as escalas, que se mantiveram no instrumento final. Por fim, alguns questionamentos foram feitos, a fim de melhorar a qualidade do instrumento. A primeira pergunta foi: Você tem alguma sugestão ou identificou algum erro nesse instrumento, poderia nos contar? A partir desse questionamento foram identificados erros como a falta de uma opção na escala de sexismo, erros de ortografia ou o fato de o instrumento estar longo e ser cansativo. A segunda pergunta foi: “As questões foram compreensíveis para você?” Como resultado, observou-se que muitos responderam que algumas escalas eram mais complicadas de entender, como a de capacitismo. A terceira pergunta buscou entender se o participante sentiu algum desconforto durante a resposta do material. E as respostas variaram entre não sentir desconforto e sentir confusão nas afirmativas. Por fim, a quarta pergunta buscou saber quanto tempo os participantes levaram para responder ao questionário. As respostas variaram entre 10 minutos e 40 minutos.

A partir disso, o instrumento final pôde ser aprimorado para a coleta de dados. As respostas dos participantes foram consideradas, e alguns ajustes foram realizados após a aplicação do pré-teste, como erros ortográficos, opção na escala de sexismo. O tamanho do instrumento não foi alterado, e mudanças específicas nas escalas também não foram realizadas, visto que as escalas utilizadas são padronizadas e validadas para o contexto brasileiro.

3.7 Análise de Dados

As respostas dos participantes foram tabuladas no *Software Statistical for the Social Sciences* (SPSS) para tabulação e o processamento dos dados (Versão 24). Inicialmente foram realizadas estatísticas descritivas, a fim de traçar o perfil da amostra da população brasileira nas variáveis do estudo, por meio de medidas de tendência central e variabilidade, bem como porcentagens.

Para averiguação da qualidade e dimensionalidade dos instrumentos usados nessa amostra, foram efetuadas análises fatoriais exploratórias, cuja técnica estatística é usada para a investigação de padrões de correlação entre um conjunto de variáveis, e determina se é possível reduzir uma grande quantidade de itens em conjunto de fatores. Índices de adequação da amostra a da matriz dos dados, KMO e Teste de Esfericidade de Bartlett (TEB), foram previamente observados. A literatura mostra que para que os valores extraídos do KMO devem ser próximos de 1, tendo o valor 0,5 como aceitável (Matos & Rodrigues, 2019). O TEB deve ser significativo, demonstrando a correlação não nula entre os itens. Em seguida, a extração dos fatores foi investigada por análises paralelas (Horn, 1969). Cargas fatoriais acima de 0,30 foram esperadas. Autovalores e variância explicada, bem como a consistência interna dos instrumentos e dimensões, através do coeficiente alfa de Cronbach, foram reportados.

Para testar as hipóteses do estudo foram implementadas correlações de Pearson, que consiste em descobrir se as variáveis possuem covariação, ou seja, se existe um relacionamento linear entre elas. Nessa análise também implica em determinar se esse relacionamento é negativo ou se é positivo e a sua magnitude. Para avaliação das magnitudes das correlações foram utilizados os valores recomendados por Field (2020): correlação fraca (0,10 – 0,29); correlação moderada (0,30-0,49) e correlação forte (> 0,50).

Para comparações de grupos realizou-se: análises de teste t para amostras independentes, a qual serve para determinar se as médias entre dois grupos são iguais; e

ANOVA *oneway* ou de um fator (unifatorial) para investigar se existe diferença significativa entre as médias dos três ou mais grupos. De forma complementar foram realizadas análises de comparações múltiplas, através do teste de Post Hoc de Student-Newman-Keuls (S-N-K). Tanto no teste t quando na ANOVA foram chegadas as homogeneidades entre as variâncias mediante o teste de Levene (Field, 2020; Matos & Rodrigues, 2019).

Por fim, para a investigação do preconceito generalizado (PG) como um traço latente subjacente, este estudo implementou a modelagem por equações estruturais (MEE) utilizando os escores fatoriais dos instrumentos de medição. Através de um modelo explicativo, a MEE foi empregada para integrar diversos tipos de preconceito, testando a hipótese de que existe um traço latente geral subjacente aos diferentes tipos de preconceito. A análise considerou variáveis sociodemográficas como controles, baseando-se na correlação entre os escores das diferentes escalas. Este método permitiu verificar a robustez da hipótese de um traço latente de preconceito.

CAPÍTULO 4

RESULTADOS E DISCUSSÕES GERAIS

Neste capítulo serão apresentados os resultados e discussões da presente pesquisa, a qual teve por objetivo correlacionar os diferentes tipos de preconceito a fim evidenciar o fenômeno do preconceito generalizado, conforme as hipóteses aqui estabelecidas.

4.1 Preconceito Generalizado

Com base no teste t para uma amostra, os níveis de preconceitos da amostra são estatisticamente diferentes

Para responder ao primeiro objetivo específico, analisar os níveis de preconceito contra os grupos minoritários, a tabela 3 foi construída. Isso permitiu visualizar médias baixas de preconceito, de modo geral, dessa forma, a forma de preconceito com maior média foi o capacitismo ($M = 2,56$; $DP = 0,62$) e a forma de preconceito com menor média foi o racismo ($M = 1,55$; $DP = 0,75$). Porém, os preconceitos mais benevolentes, como no sexismo benevolente ($M = 2,43$; $DP = 1,28$) e idadeísmo benevolente ($M = 3,26$; $DP = 0,94$), apresentaram maiores níveis.

Tabela 3

Estatísticas Descritivas das escalas de preconceito utilizadas

| Escalas | M (DP) | Mín/Máx | teste t contra 3 |
|---------------------------------|-------------|---------|---------------------------------|
| LGBTfobia | 1,65 (1,04) | 1/5 | $t_{(301)} = -11,34, p < 0,001$ |
| Sexismo Total | 2,30 (1,32) | 1/5 | $t_{(58)} = -4,05, p < 0,001$ |
| Sexismo Hostil | 1,93 (1,24) | 1/5 | $t_{(148)} = -10,50, p < 0,001$ |
| Sexismo Bevevolente | 2,43 (1,28) | 1/5 | $t_{(79)} = -3,94, p < 0,001$ |
| Racismo | 1,55 (0,75) | 1/5 | $t_{(299)} = -33,06, p < 0,001$ |
| Gordofobia | 1,57 (0,90) | 1/5 | $t_{(294)} = -27,11, p < 0,001$ |
| Idadismo Total | 2,29 (0,69) | 1/5 | $t_{(263)} = -16,48, p < 0,001$ |
| Idadismo Hostil | 2,19 (0,82) | 1/5 | $t_{(263)} = -16,05, p < 0,001$ |
| Idadismo Benevolente | 3,26 (0,94) | 1/5 | $t_{(300)} = 4,78, p < 0,001$ |
| Capacitismo Total | 2,56 (0,62) | 1/5 | $t_{(276)} = -11,50, p < 0,001$ |
| Capacitismo Orgânico | 2,42 (0,90) | 1/5 | $t_{(288)} = -10,76, p < 0,001$ |
| Capacitismo Psicossocial | 3,17 (0,70) | 1/5 | $t_{(287)} = 4,23, p < 0,001$ |
| Capacitismo Histórico | 2,92 (0,88) | 1/5 | $t_{(286)} = -1,36, n.s.$ |
| Capacitismo Metafísico | 1,72 (0,90) | 1/5 | $t_{(292)} = -23,98, p < 0,001$ |

4.2 Correlações entre preconceitos

Para testar a primeira hipótese, de que os diferentes tipos preconceitos seriam fortemente e positivamente correlacionados, análises de correlação bivariada foram aplicadas para que fosse possível perceber a variação entre as médias dos escores dos

seguintes preconceitos: preconceito contra diversidade sexual e de gênero (LGBTfobia), Sexismo Hostil e Benevolente, Racismo Revitimizador, Atitudes negativas frente a pessoas gordas (Gordofobia), Concepções sobre deficiência (Capacitismo) e Idadismo Hostil e Benevolente.

Os valores positivos encontrados entre as correlações indicam que estão diretamente relacionados, ou seja, à medida que um valor aumenta ou diminui o valor da outra variável acompanhará esse movimento, enquanto as correlações negativas são inversamente proporcionais, a medida em que as médias dos sujeitos aumentam ou diminuem a outra variável responderá de maneira oposta. A Tabela 4 apresenta os coeficientes de correlação entre os preconceitos e a Figura 2, o mapa térmico de correlações entre escalas.

Tabela 4

Correlações de Pearson entre os escores dos preconceitos

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
|---------------------------------------|-------|-------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 1. LGBTfobia | - | | | | | | | | | |
| 2. SEXISMO _{Hostil} | 0,83* | - | | | | | | | | |
| 3. SEXISMO _{Benevolente} | 0,73* | 0,90* | - | | | | | | | |
| 4. RACISMO | 0,34* | 0,39* | 0,23* | - | | | | | | |
| 5. GORDOFOBIA | 0,62* | 0,82* | 0,77* | 0,08 | - | | | | | |
| 6. IDADISMO _{Hostil} | 0,65* | 0,79* | 0,79* | 0,29* | 0,71* | - | | | | |
| 7. IDADISMO _{Benevolente} | 0,26* | 0,30* | 0,48* | 0,28* | 0,31* | 0,52* | - | | | |
| 8. CAPACITISMO _{Orgânica} | 0,44* | 0,57* | 0,64* | 0,09 | 0,57* | 0,61* | 0,35* | - | | |
| 9. CAPACITISMO _{Psicosocial} | -0,06 | -0,07 | 0,04 | -0,20* | 0,02 | -0,03 | -0,04 | 0,58* | - | |
| 10. CAPACITISMO _{Histórico} | 0,15 | 0,27* | 0,28* | -0,14* | 0,20* | 0,14* | -0,01 | 0,25* | 0,28* | - |
| 11. CAPACITISMO _{Metafísica} | 0,67* | 0,74* | 0,77* | 0,16* | 0,72* | 0,67* | 0,38* | -0,08 | 0,60* | 0,21* |

Nota. * ($p < 0,05$)

O racismo correlacionou-se positiva e significativamente com o idadismo hostil ($r = 0,29$; $p < 0,001$) e idadismo benevolente ($r = 0,28$; $p < 0,001$), e também com o sexismo hostil ($r = 0,39$; $p < 0,001$) e sexismo benevolente ($r = 0,23$; $p = 0,033$). Correlacionou-se, ainda, positiva e significativamente com a LGBTfobia ($r = 0,33$; $p < 0,001$). Duas concepções do

capacitismo, a Metafísica ($r = 0,16$; $p = 0,005$) e a Histórico-Cultural ($r = -0,14$; $p = 0,015$) se correlacionaram com o racismo, o primeiro de forma positiva e o segundo de forma negativa. O escore de gordofobia correlacionou-se de forma muito baixa e não significativa com o racismo ($r = 0,08$; $p = 0,153$). Ou seja, escores altos em racismo estão associados a escores altos em idadeísmo e sexismo, em suas formas hostis e benevolentes, bem como a níveis altos de preconceito contra diversidade sexual e de gênero e capacitismo.

A LGBTfobia apresentou correlações positivas com o sexismo hostil ($r = 0,83$; $p < 0,001$) e benevolente ($r = 0,73$; $p < 0,001$), com o escore gordofobia ($r = 0,62$; $p < 0,001$) e com as duas formas de idadeísmo, hostil ($r = 0,65$; $p < 0,001$) e benevolente ($r = 0,26$; $p < 0,001$). Além disso a LGBTfobia se correlacionou positivamente ao capacitismo, por meio de concepções metafísicas ($r = 0,67$; $p < 0,001$) e orgânicas ($r = 0,44$; $p < 0,001$). Ou seja, o preconceito contra minorias sexuais e de gênero se relacionou a variadas formas de outros preconceitos.

O escore da gordofobia se correlacionou positiva e fortemente com as formas de sexismo, hostil ($r = 0,82$; $p < 0,001$) e benevolente ($r = 0,77$; $p < 0,001$). A gordofobia se correlacionou fortemente com o idadeísmo hostil ($r = 0,71$; $p < 0,001$) e moderadamente com o benevolente ($r = 0,31$; $p < 0,001$). E ainda apresentou correlações com o capacitismo, por meio das concepções da deficiência: metafísicas ($r = 0,72$; $p < 0,001$) e orgânicas ($r = 0,57$; $p < 0,001$). Com isso, observa-se que o preconceito contra pessoas gordas se relacionou a variadas formas de outros preconceitos.

O idadeísmo hostil se relacionou fortemente com o capacitismo, por meio de concepções metafísicas ($r = 0,67$; $p < 0,001$) e orgânicas ($r = 0,61$; $p < 0,001$). O idadeísmo benevolente se relacionou moderadamente com o capacitismo, por meio de concepções metafísicas ($r = 0,38$; $p < 0,001$) e orgânicas ($r = 0,35$; $p < 0,001$). Além disso, observou-se fortes correlações entre idadeísmo hostil e sexismo, tanto com o sexismo hostil ($r = 0,79$; $p < 0,001$), quanto com o benevolente ($r = 0,79$; $p < 0,001$). Já o idadeísmo benevolente apresentou moderadas correlações com o sexismo hostil ($r = 0,30$; $p < 0,001$) e benevolente ($r = 0,48$; $p < 0,001$). Desta forma, o idadeísmo se relaciona com outras formas de preconceito.

O sexismo apresentou positiva e significativa correlação com o Capacitismo. O sexismo hostil se correlacionou fortemente as concepções metafísicas ($r = 0,74$; $p < 0,001$) e orgânicas ($r = 0,56$; $p < 0,001$). De forma semelhante, o sexismo benevolente se correlacionou positivamente com essas concepções metafísicas ($r = 0,77$; $p < 0,001$) e orgânicas ($r = 0,64$; $p < 0,001$). Correlações fracas entre a dimensão Histórico-Cultural da ECP

também foram observadas com o sexismo hostil ($r = 0,27$; $p = 0,001$) e sexismo benevolente ($r = 0,28$; $p = 0,014$). Com isso, também há evidências de que quanto maior o sexismo, maior o capacitismo, ou vice-versa. Tais correlações reforçam, portanto, a ideia de que os preconceitos estão positivamente associados entre si, porém de diferentes formas.

Os resultados da análise de correlação entre os diferentes tipos de preconceito confirmam o Objetivo Geral desta pesquisa, indicando que as correlações entre os preconceitos configuram o que é conhecido como Preconceito Generalizado (*PG*). Dessa forma, a Hipótese Geral também foi corroborada, demonstrando que os preconceitos estão interligados e formam um núcleo central. Este achado está em consonância com a literatura existente, como discutido por Bergh e Akrami (2017), Bergh e Brandt (2023), e Cantal et al. (2014), que exploram como diferentes formas de preconceito (por exemplo, racismo, sexismo, idadismo) se correlacionam, contribuindo para o fenômeno do PG.

Essa interconexão de preconceitos já foi amplamente discutida na literatura. Por exemplo, Allport (1954), em sua obra clássica *The Nature of Prejudice*, argumentou que diferentes formas de preconceito são psicologicamente interligadas, compartilhando raízes em tendências humanas como a categorização social e o medo do desconhecido. Esse núcleo psicológico comum é crucial para entender como o PG se manifesta de forma estrutural e persistente nas sociedades, uma conclusão que nossos achados corroboram.

Entre as correlações encontradas no presente estudo, destaca-se a relação significativa entre racismo, idadismo, sexismo e preconceito contra a diversidade sexual e de gênero. Esses resultados reforçam as descobertas de Akrami, Ekehammar e Bergh (2010), que sugerem que esses fatores compartilham um núcleo comum que explica cerca de 50% da variação no preconceito generalizado. Além disso, as análises fatoriais realizadas por Duckitt et al. (2002) também identificaram uma estrutura latente que sustenta diferentes formas de preconceito, sugerindo que o PG não é simplesmente a soma de preconceitos isolados, mas um fenômeno central e coeso.

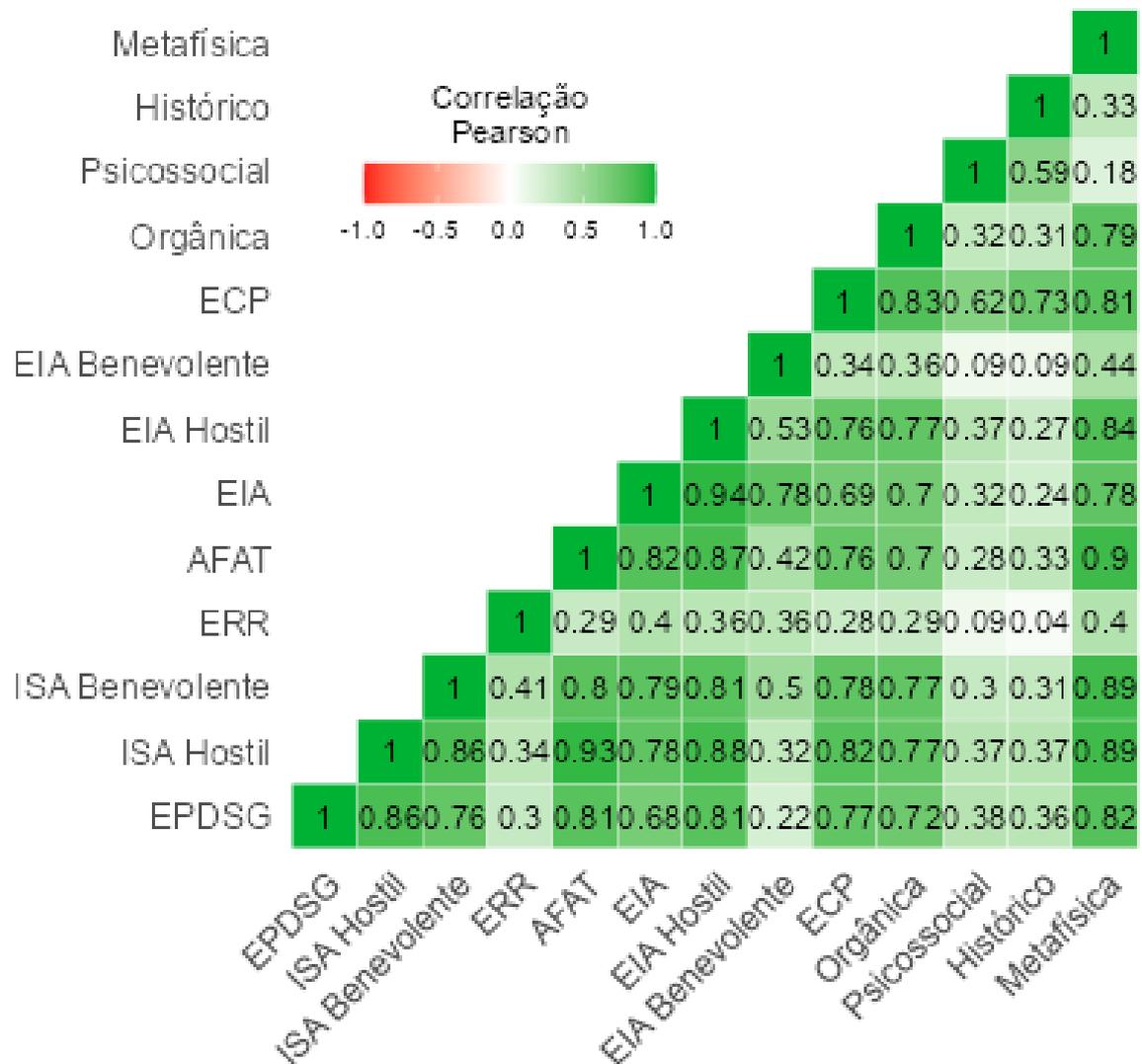
A relação entre os diferentes tipos de preconceito observada neste estudo também está em linha com a teoria do autoritarismo de direita e da orientação para a dominância social, conforme discutido por Duckitt e Sibley (2007). Esses autores argumentam que tanto o autoritarismo quanto a dominância social são fortes preditores de preconceitos múltiplos e que a correlação entre preconceitos pode ser explicada em parte por essas dimensões psicológicas subjacentes. No presente estudo, a evidência da interligação entre preconceitos reforça essa visão, sugerindo que os indivíduos que manifestam uma forma de preconceito

são mais propensos a manifestar outras formas.

Além disso, as descobertas são consistentes com o trabalho recente de Bergh e Brandt (2023), que destacam que a interconexão entre preconceitos pode ser explicada por fatores socioculturais, como valores de ordem e hierarquia. Esses autores sugerem que indivíduos que valorizam a manutenção de hierarquias sociais tendem a expressar preconceitos em múltiplas dimensões. Isso se reflete em nossos achados, onde atitudes preconceituosas contra grupos marginalizados, como pessoas idosas, minorias étnicas e de gênero, demonstram uma correlação robusta, apontando para um fenômeno estrutural de preconceito que perpassa diferentes esferas sociais.

Figura 2

Mapa Térmico de correlações entre escalas



Na DIT obteve-se os seguintes resultados: correlação fraca positiva com o sexismo hostil ($r = 0,16$; $p = 0,048$). Não houve correlação entre julgamento moral e os demais tipos de preconceito.

4.3 Comparações de Médias por Variáveis Sociodemográficas

Análises comparativas foram efetuadas para testar a segunda e terceira hipótese, de que haveria diferenças nos níveis de preconceito em relação ao posicionamento político (H2) e demais variáveis sociais e demográficas (H3). Para isso, foram realizados previamente testes de homogeneidade das variâncias de Levene e de Normalidade dos dados, que garantiram esses pressupostos. Em seguida, as médias dos preconceitos foram comparadas, por meio de ANOVAS oneWay, para posicionamento político e cada uma das variáveis sociodemográficas.

4.3.1 Posicionamento Político

Grande parte dos preconceitos estudados apresentaram correlações significativas com a medida de posicionamento político (Tabela 5).

Tabela 5

Coefficientes de Correlação de Spearman entre escores de preconceito e posicionamento político

| | Posicionamento Político |
|------------------------------------|-------------------------|
| 1. LGBTfobia | 0,34*** |
| 2. Sexismo _{Hostil} | 0,26*** |
| 3. Sexismo _{Benevolente} | 0,23*** |
| 4. Racismo | 0,49*** |
| 5. Gordofobia | 0,16** |
| 6. Idadismo _{Hostil} | 0,24*** |
| 7. Idadismo _{Benevolente} | 0,21*** |
| 8. Capacitismo _{Orgânica} | 0,10 ^{n.s} |

| | |
|---|----------------------|
| 9. Capacitismo _{Psicossocial} | -0,24*** |
| 10. Capacitismo _{Histórico-Cultural} | -0,10 ^{n.s} |
| 11. Capacitismo _{Metafísica} | 0,26*** |

Nota. * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Verifica-se que os escores de preconceito se relacionaram positivamente com o posicionamento político, com magnitudes moderadas (LGBTfobia e racismo) e fracas (Sexismo Hostil e Benevolente, Gordofobia, Idadismo Hostil e Benevolente, e Concepções metafísicas da deficiência). Concepções Psicossociais se relacionaram negativamente com posicionamento político. Além disso, as concepções orgânicas e Histórico-cultural não se correlacionaram. Ou seja, quanto mais a direita no espectro político, mais fortes são esses preconceitos.

Análises de comparação de médias indicaram que os escores da LGBTfobia foram diferentes, $F(5, 182) = 13,47$; $p = 0,022$. Teste Post Hoc indicaram diferenças entre extrema esquerda e direita ($p_{\text{tukey}} = 0,011$) e esquerda e Direita ($p_{\text{tukey}} = 0,002$). Os demais posicionamentos políticos não diferenciaram entre si (Figura 2).

As médias para ISA tiveram diferença significativa, $F(5, 303) = 4,13$; $p = 0,017$]. Esquerda e sem posição política não se diferenciam, em termos de sexismo, enquanto os de centro e direita apresentam os escores mais elevados. No teste post hoc indicou diferenças entre os grupos direita e demais posicionamentos ($p_{\text{tukey}} < 0,05$). Quando separado por dimensão, o sexismo hostil apresentou diferença significativa, $F(5, 303) = 3,64$; $p = 0,002$], mas o sexismo benevolente não diferenciou, $F(5, 303) = 1,51$; $p = 0,187$).

As médias para ERR diferenciaram significativamente, $F(5, 293) = 38,3$; $p < 0,001$. Um teste post hoc indicou que os três grupos diferem, ou seja, os de esquerda apresentam um menor escore de racismo, os sem posição política ocupam uma posição intermediária e os de centro direita possuem os escores mais elevados ($p_{\text{tukey}} < 0,05$).

As médias para A-FAT diferenciaram de forma marginal, $F(5, 445) = 0,079$. O grupo de centro esquerda apresentou maior média, diferenciando estatisticamente do grupo de esquerda ($p_{\text{Games-Howell}} = 0,027$). Os demais grupos não diferenciaram.

As médias para EIA diferenciaram [$F(5, 299) = 4,29$; $p = 0,003$], com maiores médias para pessoas de centro. O teste post Hoc indicou diferenças entre o grupo de esquerda e centro esquerda ($p_{\text{tukey}} = 0,038$) e centro ($p_{\text{tukey}} = 0,008$). Essa diferença ocorreu tanto para

o idadismo hostil, $F(5, 257) = 3,71$; $p = 0,001$, quanto o benevolente, $F(5, 294) = 2,94$; $p = 0,008$. Teste Post Hoc mostrou diferenças de idadismo hostil entre extrema esquerda e centro esquerda ($p_{\text{tukey}} = 0,046$), entre esquerda e centro esquerda ($p_{\text{tukey}} = 0,003$) e esquerda e centro ($p_{\text{tukey}} = 0,031$). O idadismo benevolente diferenciou entre esquerda e centro ($p_{\text{tukey}} = 0,017$), e esquerda e direita ($p_{\text{tukey}} = 0,034$).

As médias para ECD não diferenciaram significativamente [$F(5, 270) = 1,06$; $p = 0,382$]. O teste post hoc indicou que não há diferença entre os grupos, pois ocupam a mesma posição (S-N-K, $p > 0,05$). No entanto, realizando comparações por dimensão, diferenças significativas foram encontradas para a dimensão psicossocial, $F(5, 286) = 3,04$; $p = 0,011$, com diferença significativa entre extrema esquerda e direita ($p_{\text{tukey}} = 0,017$); para a dimensão histórico-cultural, $F(5, 285) = 2,37$; $p = 0,039$, com diferença significativa entre extrema esquerda e direita ($p_{\text{tukey}} = 0,042$); e para a dimensão metafísica, $F(5, 291) = 2,60$; $p = 0,025$, com diferença entre extrema esquerda e centro ($p_{\text{tukey}} = 0,013$).

O Posicionamento Político mostrou correlações significativas com os diferentes tipos de preconceito, sugerindo que essas atitudes tendem a ser mais fortes à medida que os indivíduos se posicionam mais à direita no espectro político. Este achado confirma a H2, indicando que participantes do espectro político de direita exibem níveis mais altos de preconceito. Esse resultado é consistente com a teoria de Birdir et al. (2022) e Duckitt (2001), que investigam como as ideologias políticas funcionam como preditores do PG. Segundo Duckitt (2001), as pessoas com ideologias políticas mais conservadoras são mais propensas a adotar atitudes de preservação da ordem e da hierarquia social, o que se traduz em maiores níveis de preconceito contra grupos percebidos como "ameaças" a essa ordem.

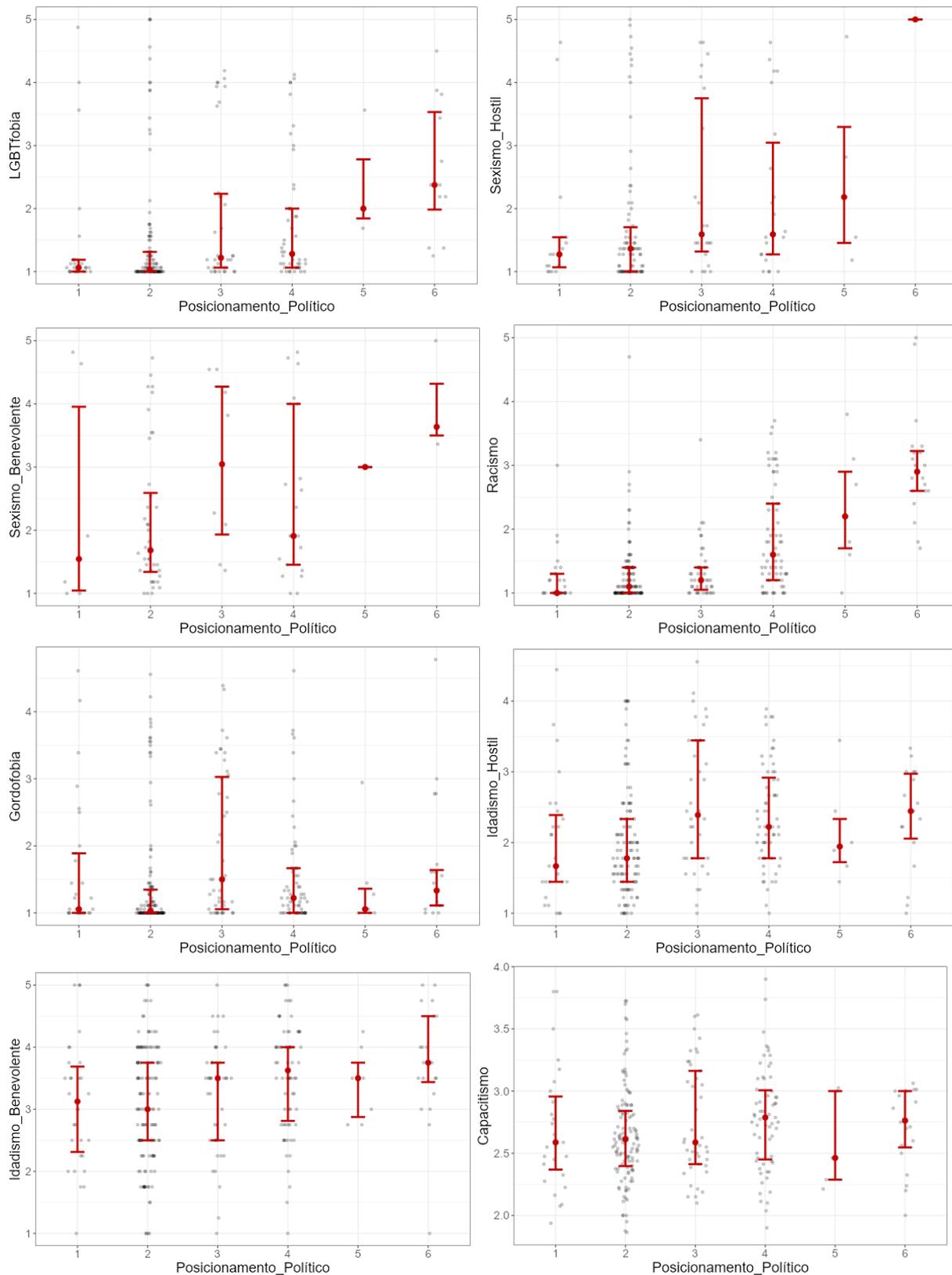
Além disso, o achado também está em linha com o levantamento meta-analítico realizado por Costa et al. (2023), que encontrou um coeficiente de correlação de 0,95 entre o posicionamento político autorreferido e o Autoritarismo de Direita (RWA). Esse coeficiente reforça o vínculo robusto entre atitudes políticas conservadoras e preconceitos generalizados, fornecendo suporte empírico significativo para a relação entre RWA e diferentes formas de preconceito. O RWA, como apontado por Altemeyer (1996), está fortemente relacionado a atitudes rígidas e preconceituosas, principalmente porque indivíduos com altas pontuações em RWA tendem a valorizar conformidade e submissão à autoridade, o que os leva a demonstrar preconceitos contra grupos que desafiam essas normas estabelecidas.

A literatura também verifica que a Orientação para a Dominância Social (SDO),

discutida por Pratto et al. (1994), se correlaciona positivamente com formas de preconceito, além de estar intimamente ligada ao conservadorismo político-econômico, que tende a se alinhar à direita política. A ODS reflete uma preferência por hierarquias sociais e por desigualdades entre grupos, o que torna os indivíduos com altos níveis de ODS mais propensos a expressar preconceitos contra minorias, especialmente aqueles que ameaçam a ordem social estabelecida. Esses resultados complementam a teoria de Sidanius e Pratto (1999), que argumentam que o conservadorismo econômico e o apoio a políticas de livre mercado estão frequentemente associados à defesa de hierarquias sociais, tornando esses indivíduos mais suscetíveis a atitudes preconceituosas.

Jost et al. (2003) também exploram a conexão entre o conservadorismo e o preconceito, sugerindo que o conservadorismo político funciona como uma "cognição motivada" que serve para reduzir a incerteza e manter a estabilidade social, o que leva à defesa de desigualdades e hierarquias sociais. Essa defesa, por sua vez, está frequentemente associada a níveis mais altos de preconceito contra grupos marginalizados, como observado no presente estudo. A pesquisa de Brandt et al. (2014) sobre ideologias políticas e preconceito também sugere que a direita política tem uma maior tendência a expressar preconceitos devido à sua ênfase na manutenção de normas e valores tradicionais, ao passo que a esquerda política tende a valorizar mais a igualdade e a diversidade.

As figuras a seguir, organizadas na Figura 2, mostram as diferenças de médias por grupos de diferentes espectros políticos. No eixo x encontra-se os posicionamentos que variam 1 (Extrema Esquerda) a 6 (Direita), enquanto no eixo y se refere a distribuição de escores de cada preconceito, com média (ponto) e variação de erro (barras).

Figura 3*Comparações de médias por posicionamento político*

4.3.2 Correlações com idade

A idade foi correlacionada positivamente e de forma fraca com o escore da LGBTfobia ($r = 0,218$; $p = 0,001$) e com o escore da ERR ($r = 0,155$; $p = 0,008$). Desse modo, foi evidenciado que quanto maior a idade maiores os níveis de preconceito contra diversidade sexual e de gênero e racismo revitimizador. As demais correlações não significativas encontram-se em materiais suplementares (Anexo B, Tabela 22).

4.3.3 Comparações por gênero

ANOVAs *oneway* foram rodadas com os escores dos preconceitos por gênero. O escore da ERR foram significativamente diferentes, $F(1, 286) = 4,03$; $p = 0,045$, sendo maior no gênero masculino ($M = 1,69$; $DP = 0,88$) do que feminino ($M = 1,50$; $DP = 0,69$).

Em relação a ECD, a dimensão Psicossocial foi diferente por gênero, $F(1, 275) = 6,08$; $p = 0,014$, sendo maior no gênero feminino ($M = 3,24$; $DP = 0,68$) do que no masculino ($M = 3,02$; $DP = 0,73$).

As demais comparações não foram significativas e são detalhadas em materiais suplementares (Tabela 17, Anexo B).

4.3.4 Comparações entre os Preconceitos e Identidade de Gênero

Anovas *oneway* foram efetuadas com as escores dos preconceitos por identidade de gênero. No entanto, não foi encontrada nenhuma diferença estatisticamente significativa. O resultado de cada comparação é detalhado em materiais suplementares (Tabela 16, Anexo A).

4.3.5 Comparações de Médias por Raça/ Cor da pele

Devido a quantidade reduzida de amarelos e indígenas, a comparação foi realizada apenas entre brancos, pardos e pretos. Anovas *oneway* identificaram que somente o escore da ERR e apresentou diferença significativa pela raça/cor da pele, $F(2, 288) = 3,25$; $p = 0,040$, com as seguintes médias: Brancos ($M = 1,50$; $DP = 0,77$); pardos ($M = 1,66$; $DP = 0,79$); e pretos ($M = 1,32$; $DP = 0,40$). Teste post hoc indicou diferença ocorreu entre pardos e pretos ($p_{\text{tukey}} = 0,042$). As demais comparações não significativas são apresentadas em materiais suplementares (Tabela 18, Anexo A).

Com base em que medida a cor da pele é importante para os participantes diferenças significativas foram encontradas para vários preconceitos: ERR [$F(4, 299) = 3,24$; $p =$

0,013], AFAT [$F(4, 294) = 4,17$; $p = 0,003$], ECP total [$F(4, 276) = 3,51$; $p = 0,008$], ECP histórico [$F(4, 286) = 3,18$; $p = 0,014$] e ECP metafísica [$F(4, 292) = 2,58$; $p = 0,038$]. Especificamente quanto ao ERR a diferença pelo teste post hoc ocorreu entre os grupos nada importante ($M = 1,71$; $DP = 0,85$) e importante ($M = 1,36$; $DP = 0,50$) ($p_{\text{tukey}} = 0,039$). O detalhamento das demais comparações estão em materiais suplementares.

O teste de homogeneidade de Levene mostrou que as variâncias foram homogêneas para os grupos: A-FAT ($p = 0,69$), AAS ($p = 0,65$), ISA ($p = 0,63$), EPCDG ($p = 0,32$), ECD ($p = 0,69$).

4.3.6 Preconceitos e IMC

Foi computado o IMC dos participantes com base nos resultados obtidos nos dados sociodemográficos, a partir das variáveis altura e o peso. Para isso foi usada a fórmula de peso / (altura²).

Foram geradas anovas oneway para três grupos de IMC: “abaixo do peso” (<18,5), “peso normal” (18,6 a 24,9) e “sobrepeso” (25 a 39,9) (Ministério da saúde, 2019). Dessa forma foram encontrados os seguintes valores: as médias para a A-FAT naqueles “abaixo do peso” ($M = 1,61$; $DP = 0,91$), “peso normal” ($M = 1,59$; $DP = 0,92$) e “sobrepeso” ($M = 1,57$; $DP = 0,92$). No entanto, foi confirmada a H_0 de que não existe diferença entre os grupos, ou seja, as médias dos grupos são iguais [$F(4, 270) = 0,210$; $p = 0,93$]. Demais comparações também não foram significativas.

4.3.7 Comparações entre Preconceitos em perguntas acerca da Deficiência

Os testes comparativos foram realizados com as variáveis “possui deficiência”, se sim, qual tipo de deficiência, e se tem contato com pessoas com deficiência (PcDs). Os resultados não evidenciaram diferenças significativas nos escores dos preconceitos por autodeclaração de deficiência, nem por tipo de deficiência.

Comparações entre grupos de contato com PcDs evidenciaram um maior nível no escore total da ECD nas pessoas que não têm contato com PcDs ($M = 2,62$; $DP = 0,60$), quando comparados as pessoas tem contato ($M = 2,47$; $DP = 0,63$). Com isso a H_1 foi confirmada nesse caso, ou seja, há diferenças entre as médias dos grupos [$F(1, 273) = 4,14$; $p = 0,04$].

Conforme previsto pela H3 desta pesquisa, que postulava que "haverá diferenças nos níveis de preconceito em relação às variáveis sociais", os resultados indicaram que algumas

variáveis sociodemográficas tiveram impacto significativo nas atitudes preconceituosas. As variáveis analisadas incluíram: orientação sexual, gênero, idade, peso, altura, deficiência ou contato com pessoas com deficiência, estado civil, cor da pele, renda familiar mensal, orientação política e religião. As Comparações Médias revelaram correlações significativas entre idade e os grupos de preconceito ligados ao racismo e LGBTfobia, enquanto para o gênero, houve correlações entre racismo e capacitismo. Além disso, a cor da pele mostrou-se uma variável particularmente relevante no grupo de racismo revitimizador, com uma média mais alta entre os respondentes pardos ($M= 1,66$; $DP = 0,79$). A cor da pele também se correlacionou com outros tipos de preconceito, incluindo gordofobia e capacitismo, sugerindo que essa variável desempenha um papel central na formação de preconceitos intergrupais. Esses achados confirmam a H3, embora não tenham sido encontrados resultados significativos para outras variáveis demográficas.

Esses resultados estão de acordo com a literatura existente, que identifica as variáveis sociodemográficas como fatores importantes, mas não uniformes, na predição de atitudes preconceituosas. Akrami et al. (2011), por exemplo, destacam que o gênero, a idade e a religiosidade tendem a influenciar o preconceito de maneira complexa, com homens, pessoas mais velhas e mais religiosas mostrando, em geral, níveis mais elevados de preconceito em várias dimensões. No presente estudo, a influência da idade, especialmente em relação ao racismo e à LGBTfobia, apoia essa visão, sugerindo que o envelhecimento pode estar associado a atitudes mais conservadoras e excludentes, como também foi evidenciado por Meeusen e Kern (2015). Esses autores argumentam que a idade e outras características individuais, como o nível de educação e exposição a diversidade, interagem para moldar as atitudes preconceituosas de forma não linear.

A relação significativa entre gênero e preconceito no presente estudo também está alinhada com achados de Cuddy, Wolf e Glick (2007), que mostraram que as mulheres tendem a ter atitudes menos preconceituosas em certas áreas, mas podem exibir preconceitos específicos em contextos como o preconceito racial e capacitismo, o que reflete pressões sociais e normas de gênero que afetam o comportamento intergrupais. Além disso, a correlação entre cor da pele e racismo, gordofobia e capacitismo reforça a ideia de que a cor da pele, como uma característica visível, é um marcador central de discriminação, como destacado por Sidanius e Pratto (1999).

Outro fator importante identificado na literatura é o impacto do contato com pessoas com deficiência. De acordo com a Teoria do Contato de Allport (1954), o contato frequente

e positivo com indivíduos de grupos minoritários tende a reduzir o preconceito. Embora o presente estudo não tenha encontrado correlações significativas para a variável "contato com pessoas com deficiência", essa relação já foi amplamente discutida, sugerindo que o tipo e a qualidade do contato podem ser variáveis mediadoras importantes para entender o preconceito contra pessoas com deficiência.

Por fim, a ausência de correlações significativas para outras variáveis demográficas, como renda familiar e estado civil, também está em linha com os achados de Sibley e Duckitt (2008), que argumentam que o impacto dessas variáveis nas atitudes preconceituosas pode ser mediado por fatores como orientação política e exposição a experiências de desigualdade, ou seja, renda e estado civil por si só não influenciam diretamente o PG, mas seu impacto pode ser "filtrado" ou influenciado por outras variáveis. Assim, para compreender completamente a relação entre essas variáveis demográficas e o PG, é necessário considerar o papel desses mediadores. Assim, embora algumas variáveis como cor da pele e idade tenham se mostrado preditores robustos de preconceito, outras podem não ter o mesmo efeito direto, dependendo de contextos específicos e características individuais.

4.4 Preconceito Generalizado como um Traço Latente Subjacente

Análises de modelagem por equações estruturais (MEE) foram delineadas com as variáveis latentes de cada instrumento (MEE completa). Essa análise responde, especificamente ao objetivo específico V. As variáveis latentes foram priorizadas, ao invés dos escores observáveis, para reduzir o erro de medida. Além disso, para um melhor aproveitamento de graus de liberdade do modelo, foram selecionados os três itens com maior peso fatorial de cada escore nas análises fatoriais realizadas nesse estudo.

O resultado do primeiro modelo indicou que o modelo do PG como um traço latente comum a todos traços latentes de preconceito apresentou índices de ajuste adequados, CFI = 0,98; TLI = 0,98; SRMR = 0,085; RMSEA = 0,045 [IC 95% = 0,031 – 0,058]. Mais importante, observamos que os coeficientes de regressão padronizados de cada escore fatorial foram significativos no modelo (Figura 4).

Um segundo modelo incluiu o escore fatorial de Julgamento Moral (JM) prevendo o PG, análise que responde ao objetivo IV desse estudo. O modelo 1 apresentou indicadores adequados (CFI = 0,99; TLI = 0,99; SRMR = 0,083; RMSEA = 0,035 [IC 95% = 0,015 – 0,050]), com coeficiente significativo para o JM ($\beta = 0,06$; $p < 0,001$). O JM prediz positivamente o PG, porém com tamanho de efeito fraco, como pode ser visto na Figura 5.

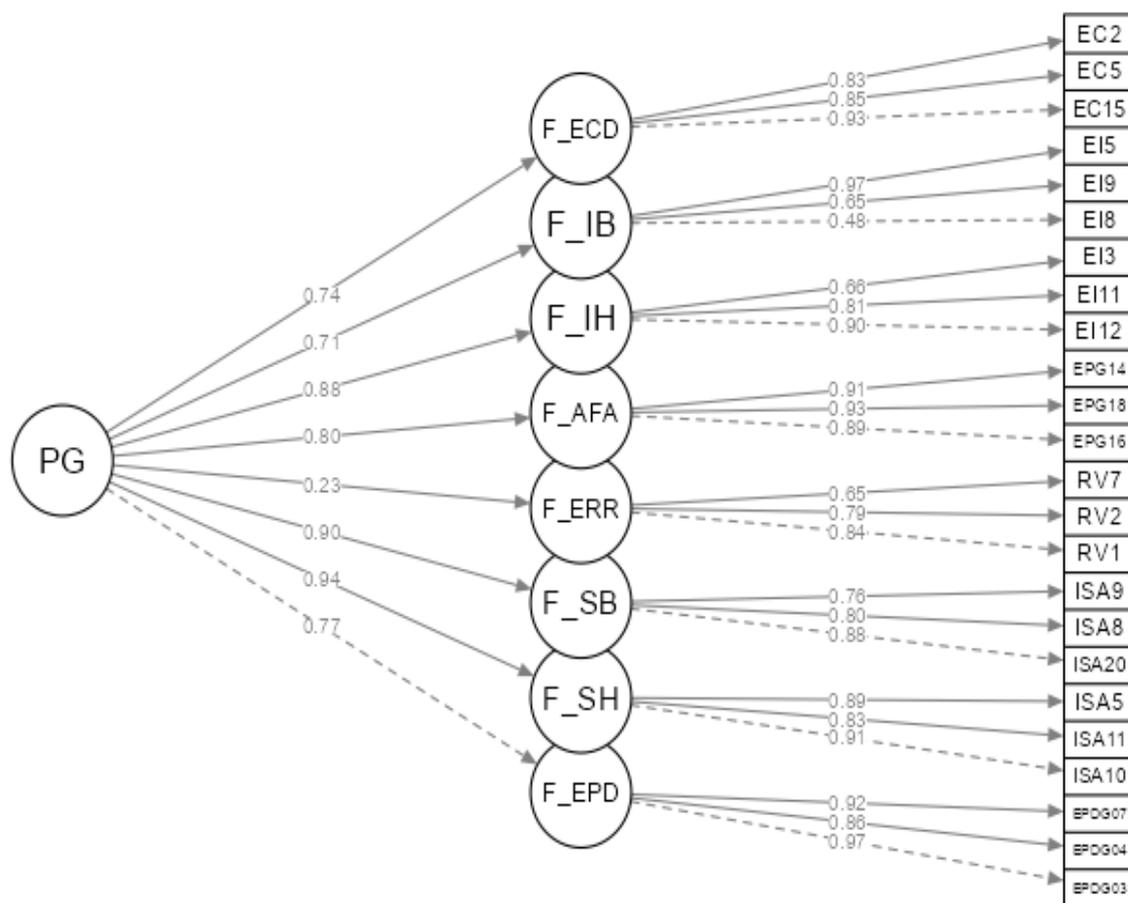
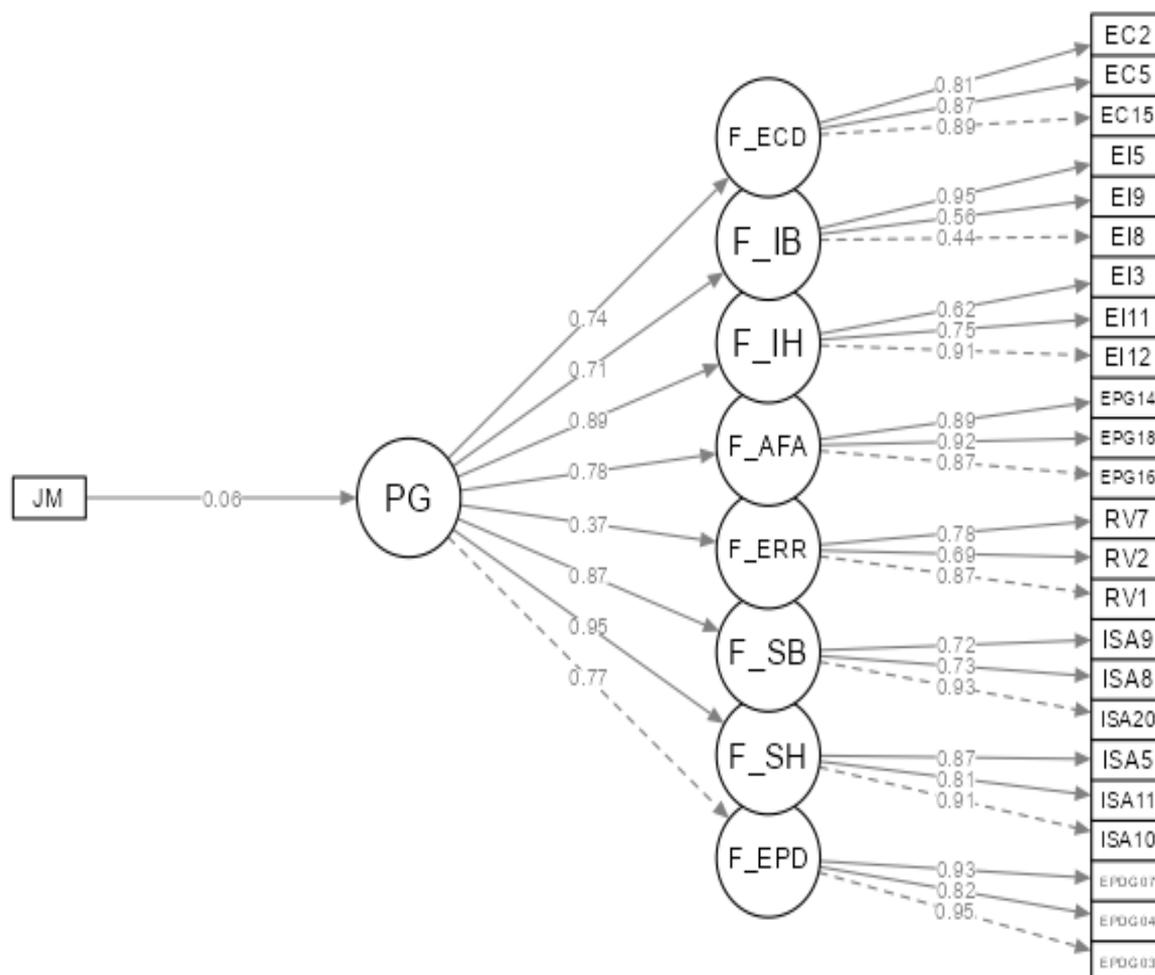
Figura 4*Modelos Explicativos do Preconceito Generalizado*

Figura 5

Modelos Explicativos do Preconceito Generalizado sendo predito pelo Julgamento Moral



A análise realizada por meio de modelagem por equações estruturais (MEE) revelou que o preconceito contra diferentes grupos pode ser representado por um fator geral de

preconceito, confirmando a H4 desta pesquisa. Esses resultados estão em linha com a literatura existente, como demonstrado por Bäckström & Björklund (2007) e Duckitt (2001), que sugerem que o preconceito generalizado pode ser considerado um traço latente subjacente, ou seja, uma tendência interna que predispõe os indivíduos a expressarem preconceitos em diversas esferas sociais.

A MEE é uma técnica poderosa que permite modelar relações complexas entre variáveis e examinar como diferentes formas de preconceito se correlacionam em um único fator geral. Bäckström e Björklund (2007), por exemplo, argumentam que o preconceito generalizado não se manifesta apenas de forma isolada em relação a grupos específicos, mas sim como um conjunto interligado de atitudes negativas que podem ser compreendidas por meio de um único fator subjacente. Nessa perspectiva, a MEE permite identificar a força dessas conexões entre variáveis, confirmando que diferentes preconceitos, como racismo, sexismo, e LGBTfobia, compartilham uma base comum.

Esse conceito de um preconceito generalizado (PG) também é central na teoria de Duckitt (2001), que propõe que atitudes preconceituosas estão enraizadas em disposições psicológicas mais amplas, como o autoritarismo de direita (RWA) e a orientação para a dominância social (SDO). Esses traços psicológicos latentes se manifestam como preconceitos contra uma variedade de grupos minoritários. A utilização da MEE no presente estudo confirma essa hipótese ao demonstrar que o preconceito pode ser tratado como um construto geral, capturando a interconexão entre as diferentes formas de discriminação.

Além disso, a aplicação da MEE neste estudo é consistente com a abordagem de Cuddy, Wolf e Glick (2007), que utilizam essa técnica para examinar como preconceitos baseados em estereótipos de calor e competência podem influenciar o comportamento intergrupal. A MEE, ao capturar relações complexas entre fatores, ajuda a esclarecer como preconceitos aparentemente distintos, como racismo e capacitismo, podem estar intimamente conectados em um fator subjacente que orienta as atitudes preconceituosas de forma generalizada.

Em consonância com Bergh & Akrami (2016), o presente estudo também reforça a ideia de que o preconceito generalizado é uma característica robusta e persistente, que permeia várias formas de discriminação. A MEE permite a confirmação empírica dessa teoria, ao demonstrar que as atitudes preconceituosas em diferentes contextos se correlacionam com um núcleo central de preconceito, fortalecendo a hipótese de que o PG é um fenômeno psicológico latente e estruturado.

A H5 desta pesquisa propôs que os julgamentos morais (JM) seriam preditores do preconceito generalizado (PG). No entanto, ao serem correlacionados com os diferentes tipos de preconceito, os JM não apresentaram resultados significativos, com exceção de uma correlação fraca com o sexismo hostil. Embora os JM tenham sido identificados como preditores do PG na análise de Modelagem de Equações Estruturais (MEE), o efeito observado foi fraco, sugerindo que o impacto dos julgamentos morais sobre o preconceito é limitado.

Essa ausência de correlações fortes difere dos achados de McFarland (2010), que mostrou que o raciocínio moral baseado em princípios (avaliado pelo "P-Score" do Defining Issues Test - DIT) correlacionou-se negativamente com o PG, com uma correlação significativa de -0,43. Em contraste com os resultados aqui encontrados, McFarland encontrou que indivíduos com maior adesão a princípios éticos universais eram menos propensos a apresentar atitudes preconceituosas. Essa diferença pode ser explicada por diferenças metodológicas entre os estudos.

Primeiramente, nesta pesquisa foi utilizado o DIT com apenas uma história (a história do prisioneiro), o que limitou a avaliação completa do raciocínio moral. Isso impossibilitou a medição do índice P e a interpretação do estágio pós-convencional de forma robusta

Além disso, o uso de apenas uma história pode ter enviesado a amostra, restringindo a capacidade de medir raciocínios morais mais avançados (nível pós-convencional) que, segundo Kohlberg (2012), são os mais eficazes para prever atitudes mais justas e menos preconceituosas. O nível convencional, que prevaleceu na minha análise, reflete conformidade com normas sociais e apoio à ordem social, o que pode não ser suficiente para promover uma rejeição ao preconceito em sua totalidade. Já o nível pós-convencional envolve a adesão a princípios éticos universais, como justiça e direitos humanos, que McFarland encontrou serem fundamentais para a redução do preconceito generalizado.

McFarland (2010) utilizou o DIT em dois dos seus cinco estudos, com três histórias e medidas de preconceito e personalidade. Seus resultados indicaram que o autoritarismo e o PG foram mediados pelo raciocínio moral reduzido, com uma pequena parcela atribuída à dominância social e autoritarismo. O estudo 4 de McFarland considerou as correlações entre raciocínio moral baseado em princípios e atitudes etnocêntricas negativas (Ijzendoorn, 1989) e atitudes pró-negros (Glover, 1994), sugerindo que empatia e raciocínio moral baseado em princípios contribuem para o PG.

Adicionalmente, McFarland (2010) destacou a importância do raciocínio moral para

mediar o autoritarismo e o preconceito, sugerindo que um raciocínio moral reduzido está associado a atitudes mais preconceituosas. Embora esta pesquisa tenha utilizado a MEE para investigar a relação entre os julgamentos morais e o preconceito, o efeito observado foi fraco, sugerindo que outros fatores, como o autoritarismo de direita e a dominância social, podem desempenhar um papel mais central na explicação do preconceito generalizado.

4.5 Caracterização dos tipos de grupos avaliados pelos participantes

Foi gerada uma análise descritiva para as variáveis dos grupos previstos pelo Modelo do Processamento Dual (MPD), separando os grupos pela avaliação de serem percebidos como dissidentes, perigosos e depreciados (mulheres, pessoas de outras raças ou etnias, pessoas com deficiências, LGBTQIAP+, idosos, pessoas gordas), a pergunta norteadora foi: “Agora você poderia marcar quais grupos você acha que no Brasil se encaixaria enquanto um grupo dissidente, perigoso ou depreciado? Considere: Dissidentes: aqueles que discordam, que divergem dos outros grupos por opiniões, escolhas, ideologias. Perigoso: aqueles que representam algum tipo de ameaça à segurança. Depreciado: aqueles que são desvalorizados, menosprezados perante a sociedade”.

Com base nos resultados das frequências obtivemos os seguintes resultados: 77,6% dos participantes consideraram que as mulheres fazem parte dos grupos depreciados pela sociedade, 2,6% consideraram que as mulheres fazem parte do grupo perigoso na sociedade e 19,9% as consideraram como parte dissidente da sociedade (ver Tabela 4).

Nesse sentido 69,4% dos participantes consideraram que as pessoas de outras raças ou etnias são depreciados na sociedade, 12,2% os consideraram perigosos e 11,1% os consideraram dissidentes. Para as pessoas com deficiência foram encontrados 81,6% que os consideraram como depreciados, 1,3% os consideraram como perigosos e 7,9 como dissidentes na sociedade. Para as pessoas LGBTQIAP+ 56,5% dos participantes consideraram que esse grupo participa dos grupos dos depreciados, 5,3% dos perigosos e 38,2 dos dissidentes. Para os idosos encontrou-se 80,1% dos participantes que os consideraram como pertencentes aos grupos depreciados, 2,2% os consideraram como pertencentes aos grupos dos perigosos, e 15,9% consideraram como dissidentes. Os dados obtidos para os grupos das pessoas gordas mostram que 82,5% dos participantes os consideraram como pertencentes ao grupo dos depreciados, 2,2% perigosos e 15,3% dissidentes.

Tabela 6*Porcentagem dos grupos dissidentes, perigosos e depreciados no Brasil*

| Você poderia marcar quais grupos você acha que no Brasil se encaixaria enquanto um grupo dissidente, perigoso ou depreciado? | | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|-------|
| Grupo | Dissidente | Perigoso | Depreciado | Total |
| Mulheres | 19,9% | 2,6% | 77,6% | 100,0 |
| Pessoas de outras raças ou etnias | 11,1% | 12,2% | 69,4% | 100,0 |
| Pessoas com deficiência | 7,9% | 1,3% | 81,6% | 100,0 |
| LGBTQIAP+ | 38,2% | 5,3% | 56,5% | 100,0 |
| Idosos | 15,9% | 4,0% | 80,1% | 100,0 |
| Pessoas gordas | 15,3% | 2,2% | 82,5% | 100,0 |

Para analisar os grupos dissidentes, perigosos e depreciados, utilizou-se a análise qui-quadrado (ver Tabela 21 no Anexo B). A análise qui-quadrado é uma ferramenta estatística poderosa para explorar e compreender as relações entre variáveis categóricas, ajudando a identificar padrões significativos e diferenças nas respostas dos participantes em estudos psicométricos (Agresti, 2013).

Observou-se que, entre as Minorias Sociais, para a variável demográfica Gênero e o sexismo, 33 mulheres acreditam que as Mulheres fazem parte dos grupos Dissidentes, 4 as veem como Perigosas, e 137 as consideram Depreciadas, total de 174. Entre os homens, 20 acreditam que as Mulheres fazem parte dos grupos Dissidentes, 3 as consideram perigosas, e 87 as veem como Depreciadas, com total de 110. Apenas 8 participantes não-binários votaram, e todos consideram as Mulheres como parte do grupo Depreciado. O somatório total indica a resposta de 292 participantes.

Quanto à variável demográfica de Orientação Sexual e o Preconceito contra a diversidade sexual e de gênero, 77 heterossexuais, 27 homossexuais e bissexuais, e 4 pessoas de outras orientações ou que preferiram não declarar acreditam que as pessoas LGBTQIAP+ fazem parte dos grupos Dissidentes, total de 185 participantes. Oito heterossexuais, 4 homossexuais e bissexuais, e 2 pessoas de outras orientações ou que preferiram não declarar consideram as pessoas LGBTQIAP+ como Perigosas, com total de 14 respostas. Por fim, 179 heterossexuais, 91 homossexuais e bissexuais, e 11 pessoas de outras orientações ou que preferiram não declarar veem as pessoas LGBTQIAP+ como Depreciadas, com total de 204. O somatório geral indicou a resposta de 204 participantes.

No quesito Raça/Cor da pele e Racismo, 19 participantes brancos, 7 pardos e 4 pretos consideram que pessoas de outras raças/etnias fazem parte dos grupos Dissidentes, total de 30 participantes. Dezesete brancos, 13 pardos e 6 pretos veem essas pessoas como

Perigosas, total de 36 participantes. Por último, 104 brancos, 6 pardos e 26 pretos consideram que pessoas de outras raças/etnias são Depreciadas, total de 136 respostas. O somatório total indica a resposta de 374 participantes.

Na variável demográfica IMC e a gordofobia, observou-se que 20 dos participantes com o IMC < 18,5 (“abaixo do peso”), 11 dos participantes com o IMC > 18,6 a 24,9 (“peso normal”) e 3 dos participantes com o IMC > 25 a 39,9 (“sobrepeso”) (Ministério da saúde, 2019) consideraram as pessoas com sobrepeso dissidentes, ao total somaram-se 34 participantes. Dentre os participantes apenas 5 com o IMC < 18,5 consideraram as pessoas gordas como perigosas, total de 5 participantes. E, por fim, 101 dos participantes com o IMC < 18,5, 54 dos participantes com o IMC > 18,6 a 24,9 e 33 dos participantes com o IMC > 25 a 39,9 consideram as pessoas gordas como depreciadas na sociedade brasileira, com um total de 188 participantes. O somatório geral de participantes foi de 227.

Na análise da variável demográfica Idade e o idadismo, encontrou-se que 11 dos participantes com idade entre 18 a 21 anos, 21 participantes com idade entre 22 a 40 anos e 5 participantes com idade maior a 40 anos, consideraram que as pessoas Idosas são dissidentes, total de 37 participantes. Dois dos participantes, com idade entre 18 a 21 anos, 6 com idade entre 22 a 40 anos e 3 com idade superior a 40 anos consideraram que as pessoas idosas são perigosas, ao todo 11 pessoas consideraram os idosos perigosos. Por último, 40 participantes com idade entre 18 a 21 anos, 141 participantes com idade entre 22 a 40 anos e 39 dos participantes com idade superior à 40 anos consideraram que as pessoas idosas são depreciadas, com o total de 220 participantes. O somatório total dos participantes consta 268 respostas.

No tocante à variável demográfica “Possui deficiência” e o capacitismo, encontrou-se apenas 23 respostas de participantes sem deficiência que consideram as pessoas com deficiência como dissidentes, total de 23 respostas, 04 participantes que não possui deficiência que consideram que as pessoas com deficiência como perigosos, total de 4 participantes e, por último, 17 participantes com deficiência e 231 pessoas que não possui deficiência acreditam que as pessoas com deficiência são depreciadas, total de 248 dos participantes. Somatório total de 275 participantes.

Na H6 desta pesquisa, analisou-se como os participantes brasileiros percebiam grupos minoritários, como LGBTQIAP+, mulheres, pessoas negras, pessoas gordas, pessoas idosas e pessoas com deficiência, utilizando o modelo de processo dual (DPM) proposto por Duckitt (2001) e replicado no Brasil por Cantal et al. (2014). Os resultados da presente

investigação indicam que todos esses grupos são predominantemente percebidos como depreciados, refletindo um padrão de desvalorização generalizada na sociedade brasileira, os grupos depreciados tendem a não ser vistos como ameaçadores, destacando que os tipos de preconceito (perigoso e depreciado) podem operar de forma independente. Esta constatação está em linha com os achados de Cantal et al. (2014), que também observou que, no contexto brasileiro, certos grupos tendem a ser vistos de forma depreciativa, o que reforça a existência de um preconceito estrutural e generalizado.

Contudo, as percepções de perigo e dissidência foram menos frequentes na presente amostra, mas ainda presentes em alguns casos, enquanto as percepções de dissidência estavam presentes sugere-se que, embora a marginalização seja comum, o caráter de ameaça representada por certos grupos pode não ser tão proeminente.

Cantal et al. (2014) identificou grupos como prostitutas, ambientalistas e pessoas que se comportam de maneira imoral que não se encaixaram perfeitamente nas categorias de perigo, dissidência ou depreciação previstas pelo DPM. De forma semelhante, esta análise identificou que grupos sociais minoritários, como o LGBTQIAP+, que são estigmatizados globalmente, não foram consistentemente percebidos como dissidentes ou perigosos, mas principalmente como depreciados. Isso reforça a ideia de que a aplicação do DPM no Brasil requer uma abordagem culturalmente adaptada, uma vez que certos grupos podem não evocar as mesmas percepções de perigo ou dissidência que em outros contextos, como o da Nova Zelândia.

Dessa forma, nos resultados encontrados na presente pesquisa, corroboram com os resultados relatados por Cantal et al. (2014) sugerem que, embora o modelo de preconceito generalizado de três dimensões seja amplamente aplicável no contexto brasileiro, as nuances culturais devem ser levadas em conta, uma vez que certos grupos podem ser percebidos de maneira diferente, dependendo do contexto social e cultural específico.

Nesse íterim pedimos também que fossem selecionados uma posição para cada grupo minoritário, considerando quais os grupos que, no Brasil, sofrem mais preconceito, com o intuito de entender a existência do preconceito no Brasil. Os resultados que encontramos foram de que 48,8% dos participantes consideraram a 1º posição para as pessoas de outras raças ou etnias 48,8% e 38,1% consideraram que as pessoas LGBTQIAP+ estariam em 2º lugar como o grupo que mais sofre preconceito no Brasil. 24,4% dos participantes acreditam que numa 3º posição estariam as pessoas com deficiência; 13,3% dos participantes consideraram que em 4º posição estariam as mulheres. Na 5º posição

estariam as pessoas idosas, de acordo com 9,7% dos participantes e por último, 7,1% dos participantes consideram que as pessoas gordas são os grupos que estão em 6º posição dos que mais sofre preconceito no Brasil, ou seja, destes 6 grupos as pessoas gordas sofreriam “menos” com o preconceito na nossa sociedade (ver Figura 6).

Figura 6

Colocação (ranking) dos preconceitos

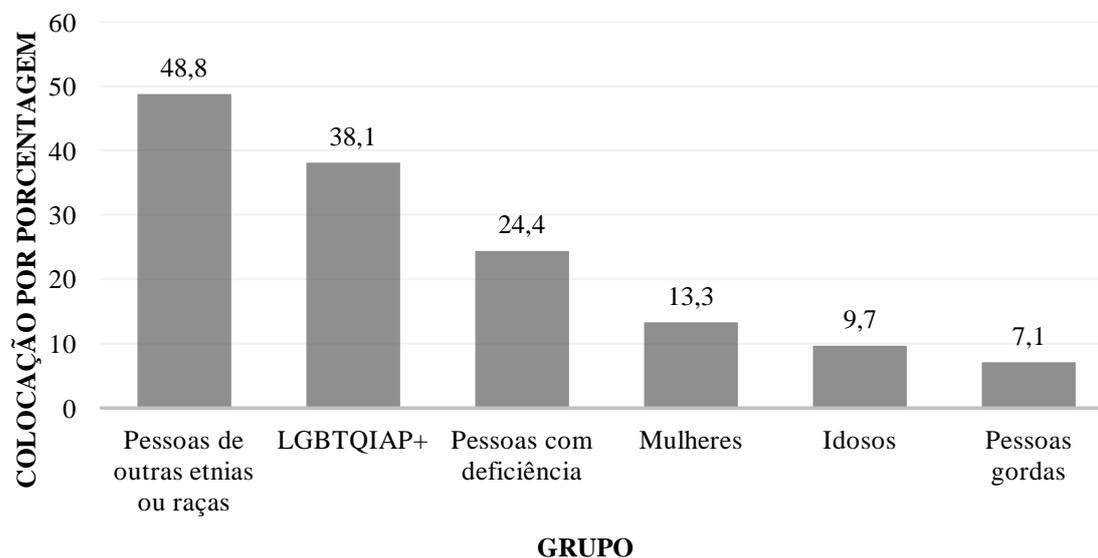
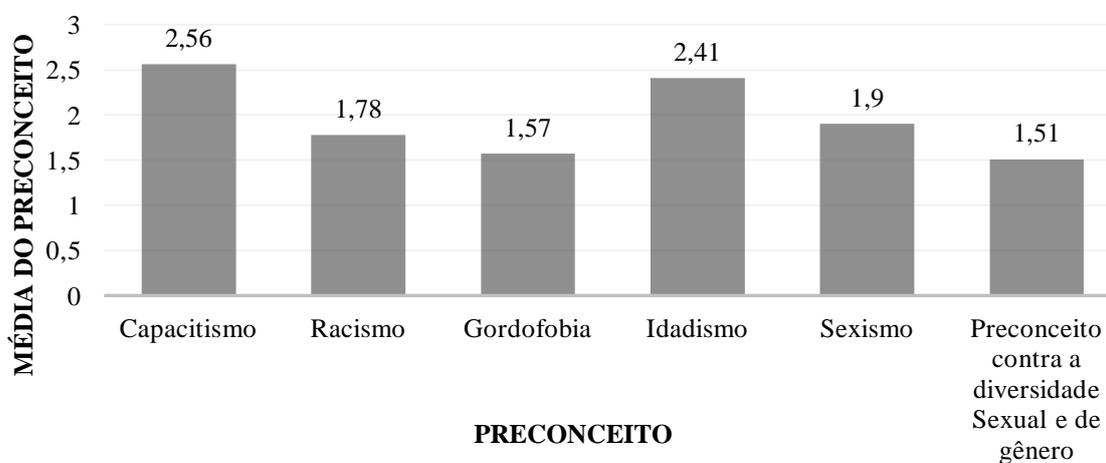


Figura 7

Média das percepções na amostra pesquisada da intensidade dos preconceitos sofridos pelas minorias (considerando uma escala variando de 1- mais forte a 6 – mais fraco)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este presente estudo testou os pressupostos das correlações entre os preconceitos num contexto cultural específico, que é o Brasil, o qual passou e ainda passa por mudanças notáveis, principalmente nas questões de ordem social, como é caso do preconceito. A pesquisa sobre o preconceito generalizado (PG) no Brasil é crucial devido à complexa e diversificada composição social do país. O Brasil é conhecido por sua riqueza cultural e diversidade étnica, mas também enfrenta desafios significativos relacionados à desigualdade social e discriminação. Estudar o PG no contexto brasileiro pode fornecer insights valiosos sobre como diferentes formas de preconceito interagem e se manifestam em uma sociedade marcada por profundas disparidades socioeconômicas e históricas.

O Brasil tem uma história de colonização, escravidão, patriarcalismo, paternalismo e migração que contribuiu para a formação de uma sociedade heterogênea, mas também profundamente desigual. Entender o PG neste contexto pode revelar como preconceitos históricos continuam a influenciar as interações sociais e as políticas públicas contemporâneas. A diversidade étnica no Brasil, com uma população composta por brancos, negros, pardos, indígenas e imigrantes de diversas origens, cria um ambiente único para estudar o PG. Pesquisas podem identificar como preconceitos contra diferentes grupos se correlacionam e se reforçam mutuamente, fornecendo uma visão abrangente do panorama de discriminação no país.

No contexto brasileiro, onde as relações de poder são complexas e multifacetadas, estudar o PG pode esclarecer como diferentes grupos percebem e respondem a ameaças simbólicas e reais. Isso pode ajudar a dismantelar narrativas de "nós versus eles" que alimentam o preconceito e a polarização social. Compreender o PG é fundamental para melhorar as relações interpessoais e intergrupais no Brasil.

A pesquisa testou a correlação entre alguns grupos de preconceito contra minorias, como o racismo, preconceito contra a diversidade sexual e de gênero, idadeísmo, sexismo, capacitismo, gordofobia, além de usar a medida de julgamento moral (DIT), e orientações sobre os grupos dissidentes, derogados e depreciados no Brasil, teoria proposta pelo DPM.

Os resultados desta pesquisa confirmam as hipóteses propostas, revelando a existência de um preconceito generalizado (PG) que permeia diferentes formas de discriminação, como racismo, sexismo, LGBTfobia e capacitismo. A modelagem por equações estruturais (MEE) mostrou-se uma ferramenta eficaz para identificar um fator latente subjacente que interliga esses diferentes tipos de preconceito, fornecendo suporte

empírico à teoria de que o preconceito não se manifesta isoladamente, mas como parte de um conjunto coeso de atitudes negativas.

Os resultados da aplicação do Defining Issues Test (DIT) nesta pesquisa forneceram uma visão limitada, porém importante, sobre o papel do raciocínio moral na previsão do preconceito generalizado (PG). A utilização de apenas uma história (a história do prisioneiro) restringiu a avaliação completa do nível pós-convencional do raciocínio moral, dificultando a medição do *P-Score*, que é essencial para identificar padrões mais avançados de julgamento moral, como aqueles baseados em princípios éticos universais. Apesar dessa limitação, foi possível observar que os julgamentos morais dos participantes não se correlacionaram de forma significativa com a maioria dos tipos de preconceito analisados, exceto uma correlação fraca com o sexismo hostil.

Essa falta de correlação mais forte sugere que, no contexto desta pesquisa, os julgamentos morais, quando medidos de forma convencional, não foram um preditor robusto do preconceito generalizado. Isso pode indicar que fatores sociais e ideológicos, como o autoritarismo de direita e a dominância social, desempenham um papel mais influente na manutenção de atitudes preconceituosas do que o nível de raciocínio moral dos indivíduos, conforme apontado em outras investigações.

No entanto, a análise de Modelagem de Equações Estruturais (MEE) mostrou que os julgamentos morais ainda previram o preconceito generalizado, embora com um efeito de tamanho fraco, o que sugere que o raciocínio moral pode exercer uma influência moderada sobre o preconceito, mas que ele talvez precise ser complementado por outros fatores, como a empatia e o contexto social, para ser um preditor mais relevante.

Além disso, os resultados indicaram que variáveis sociodemográficas, como idade, cor da pele e gênero, desempenham um papel significativo na formação de atitudes preconceituosas. Em especial, as correlações entre idade e preconceito contra grupos LGBT, bem como entre cor da pele e racismo revitimizador, reforçam o impacto dessas variáveis nas dinâmicas de preconceito. O posicionamento político também se mostrou um forte preditor de preconceito, com indivíduos de orientação política à direita exibindo níveis mais altos de atitudes preconceituosas.

As correlações encontradas entre os seis grupos minoritários (LGBTQIAP+, mulheres, pessoas negras, pessoas gordas, pessoas idosas e pessoas com deficiência) sugerem uma percepção generalizada de marginalização e depreciação desses grupos na sociedade brasileira. Essa tendência pode explicar por que os participantes os classificaram

predominantemente como dissidentes ou depreciados, com pouca diferenciação entre essas duas categorias. Este resultado reforça a teoria de que o preconceito generalizado (PG) se organiza em três grandes grupos (depreciados, dissidentes e perigosos), conforme previsto pelo Modelo de Processo Dual (DPM), e que grupos minoritários preenchem majoritariamente essas categorias.

Além disso, a falta de distinção clara entre dissidência e depreciação entre os grupos minoritários sugere que, no contexto brasileiro, essas formas de preconceito podem estar mais interligadas do que o modelo teórico sugere. Essa sobreposição reflete a realidade de que os grupos minoritários, por sua própria posição social, frequentemente enfrentam não apenas a desvalorização, mas também são percebidos como uma ameaça à conformidade social, o que os torna simultaneamente depreciados e dissidentes.

Finalmente, os resultados desta pesquisa contribuem para a teoria do preconceito generalizado ao demonstrar, no contexto brasileiro, que os grupos minoritários, apesar de suas diferenças, compartilham uma experiência comum de desvalorização e marginalização. O fato de essas correlações sustentarem a classificação teórica em três categorias sublinha a robustez do DPM, ao mesmo tempo que abre espaço para questionamentos sobre a rigidez das divisões entre grupos dissidentes e depreciados, o que deve ser investigado mais profundamente em estudos futuros.

Algumas limitações no campo dos dados sociodemográficos foram percebidas, por exemplo, o contato com pessoas com deficiência seria mais bem medido caso também tivesse a qualidade do contato. Ainda no que se refere aos dados sociodemográficos, uma outra limitação é que, embora a pesquisa tenha recebido uma amostra significativa, ainda assim, para que tivessem valores significativos no espectro político, é importante que haja mais pessoas do espectro político da direita e extrema direita. Quanto ao interesse em pesquisar a norma social, a inclusão desse tópico foi recente. Portanto, para pesquisas futuras é importante que se atentem à forma como poderão abordar e analisar essa teoria.

Por fim, cabe às pesquisas futuras que queiram analisar as correlações entre os preconceitos para explicar o preconceito generalizado utilizar medidas que abranjam a diversidade dos grupos existentes, ou seja, não apenas grupos minoritários em nossa sociedade, a fim de perceber a existência das relações endo-exogrúpicas.

Nesse tocante, RWA e SDO não foram medidas utilizadas neste trabalho, porém são medidas comuns no estudo do fenômeno. Na presente pesquisa interessava-nos analisar existência do preconceito generalizado a partir da correlação entre os diversos preconceitos.

Entretanto, como parte do preconceito generalizado é explicado pela adesão ao autoritarismo de direita e à ideologia da dominância social, além de dimensões da personalidade presentes na teoria do *Big Five*, é importante que outros estudos utilizem esses fatores para uma maior compreensão do preconceito generalizado. Demonstramos, contudo, que a adesão às posições mais à direita no espectro político, fenômeno associado ao autoritarismo e à ODS se relaciona com o PD.

O Brasil é 7º país com maior desigualdade social e econômica no mundo⁴. Investigando o PG, pesquisadores podem explorar como fatores socioeconômicos influenciam atitudes preconceituosas e como essas atitudes perpetuam a exclusão e a marginalização de certos grupos, exacerbando as desigualdades existentes. Pesquisas sobre o fenômeno podem identificar intervenções eficazes para reduzir o preconceito e promover a empatia, contribuindo para uma convivência mais harmoniosa e respeitosa entre os diversos grupos sociais.

Entender as raízes e as manifestações do preconceito pode ajudar na criação de programas de educação e sensibilização que promovam a igualdade e a inclusão social, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa. Assim, os resultados de pesquisas sobre o PG podem informar a elaboração de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

Consideramos que esse trabalho abre portas para a compreensão do fenômeno do preconceito generalizado no Brasil, assunto que deve ser abordado com maior insistência, para que se possa não só entender a dinâmica dos grupos, mas também pensar em maneiras de diminuição de atitudes preconceituosas e segregadoras na sociedade. Visto que, para isso, deve-se insistir na educação e no conhecimento, sobretudo das áreas sociais. Estudar o preconceito generalizado no Brasil é essencial para abordar as complexidades e as especificidades do preconceito em um contexto de extrema diversidade e desigualdade. As descobertas podem não apenas enriquecer o campo acadêmico, mas também ter um impacto tangível na sociedade, promovendo mudanças positivas e fortalecendo a coesão social.

⁴ <https://pt.countryeconomy.com/demografia/indice-de-gini>

REFERÊNCIAS

- Agresti, A. (2013). *Categorical Data Analysis* (3rd ed.). Wiley.
- Allport, G. W., Clark, K., & Pettigrew, T. (1954). *The nature of prejudice*.
- Altemeyer, B. (1981). *Right-wing authoritarianism*. Univ. of Manitoba Press.
- Altemeyer, B. (1996). *The authoritarian specter*. Harvard University Press.
- Alves, B. / O. / O.-M. (n.d.). “*Todos precisam agir*”: 04/3 – Dia Mundial da Obesidade
Biblioteca Virtual em Saúde MS. <https://bvsmms.saude.gov.br/todos-precisam-agir-04-3-dia-mundial-daobesidade/>
- Arksey, H., & O'Malley, L. (2005). Scoping studies: Towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, 8(1), 19-32.
- Asbrock, F., Sibley, C. G., & Duckitt, J. (2009). Right-wing authoritarianism and social dominance orientation and the dimensions of generalized prejudice: A longitudinal test. *European Journal of Personality*, n/a–n/a.
- Assessoria de Comunicação do IBDFAM, 20/07/2023. Brasil registra alta nos registros de racismo e homofobia em 2022. IBDFAM.
<https://ibdfam.org.br/noticias/10995/Brasil+registra+alta+nos+registros+de+racismo+e+homofobia+em+2022>
- Bäckström, M., & Björklund, F. (2007). Structural Modeling of Generalized Prejudice. *Journal of Individual Differences*, 28(1), 10–17. doi:10.1027/1614-0001.28.1.10
- Bäckström, M., & Björklund, F. (2007). Structural modeling of generalized prejudice: The role of social dominance, authoritarianism, and empathy. *Journal of Individual Differences*, 28(1), 10-17.
- Bates, L. (2018). *Sexismo cotidiano*. Capitán Swing Libros.
- Beauvoir, S. de. (2011). *The Second Sex* (C. Borde & S. Malovany-Chevallier, Trans.). New York: Vintage Books. (Original work published 1949).
- Bergh, R., & Brandt, M. J. (2023). Generalized Prejudice: Lessons about social power, ideological conflict, and levels of abstraction. *European Review of Social Psychology*, 34(1), 92-126.
- Bergh, R., Akrami, N., & Ekehammar, B. (2012). *The Personality Underpinnings of Explicit and Implicit Generalized Prejudice*. *Social Psychological and Personality Science*, 3(5), 614–621.

- Bierly, M. M. (1985). *Prejudice Toward Contemporary Outgroups as a Generalized Attitude. Journal of Applied Social Psychology, 15(2), 189–199.* doi:10.1111/j.1559-1816.1985.tb02344.x)
- Billig, M. (1985). *Prejudice, categorization and particularization: From a perceptual to a rhetorical approach. European Journal of Social Psychology, 15(1), 79–103.*
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil.* Boitempo Editorial.
- Blair, I. V. (2002). *The Malleability of Automatic Stereotypes and Prejudice. Personality and Social Psychology Review, 6(3), 242–261.* doi:10.1207/s15327957pspr0603_8
- Blanchard, F. A., Lilly, T., & Vaughn, L. A. (1991). *Reducing the Expression of Racial Prejudice. Psychological Science, 2(2), 101–105.* doi:10.1111/j.1467-9280.1991.tb00108.x
- Blumer, H. (1958). *Race Prejudice as a Sense of Group Position. The Pacific Sociological Review, 1(1), 3–7.*
- Bobo, L. D. (1999). *Prejudice as Group Position: Microfoundations of a Sociological Approach to Racism and Race Relations. Journal of Social Issues, 55(3), 445–472.*
- Borrillo, D. (2010). *História e crítica de um preconceito.* Belo Horizonte: Autêntica
- Bytheway, B. (1995). *Ageism.* McGraw-Hill Education (UK).
- Camino, C. P. S., Rique, J. Ribeiro, J., & Araújo, R. M. (1996). *Construção e validação de uma medida de julgamento moral [Relatório de pesquisa entregue ao CNPq].*
- Campbell, F. K. (2001). *Inciting legal fictions: Disability's date with ontology and the ableist body of the law. Griffith Law Review, 10(1), 42-62.*
- Campbell, F. K. (2008). *Exploring internalized ableism using critical race theory. Disability & Society, 23(2), 151-162.*
- Campbell, F. K. (2009). *Contours of ableism: The production of disability and abledness.* Springer.
- Cantal, C., Milfont, T. L., Wilson, M. S., & Gouveia, V. V. (2014). *Differential Effects of Right-Wing Authoritarianism and Social Dominance Orientation on Dimensions of Generalized Prejudice in Brazil. European Journal of Personality, 29(1), 17–27.* doi:10.1002/per.1978
- Carvalho-Freitas, M. N. D., & Marques, A. L. (2010). *Formas de ver as pessoas com deficiência: um estudo empírico do construto de concepções de deficiência em situações de trabalho. RAM. Revista de Administração Mackenzie, 11, 100-129.*

- Centofanti, M. (2023, 14 de agosto). Gordofobia – a causa invisível. VoceRH, recuperado de: https://vocerh.abril.com.br/diversidade/gordofobia-a-causa-invisivel#google_vignette
- Costa, A. B., Bandeira, D. R., & Nardi, H. C. (2015). Avaliação do preconceito contra diversidade sexual e de gênero: construção de um instrumento. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 32, 163-172.
- Crandall, C. S., Eshleman, A., & O'brien, L. (2002). Social norms and the expression and suppression of prejudice: the struggle for internalization. *Journal of personality and social psychology*, 82(3), 359.
- Cuddy, A. J. C., Wolf, E. B., Glick, P., Crotty, S., Chong, J., & Norton, M. I. (2007). *The BIAS map: Behaviors from intergroup affect and stereotypes*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 92(4), 631–648. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.92.4.631>
- Cuddy, A. J. C., Norton, M. I., & Fiske, S. T. (2005). This Old Stereotype: The Pervasiveness and Persistence of the Elderly Stereotype. *Journal of Social Issues*, 61(2), 267-285.
- Cunningham, W. A., Nezlek, J. B., & Banaji, M. R. (2004). *Implicit and Explicit Ethnocentrism: Revisiting the Ideologies of Prejudice*. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 30(10), 1332–1346. doi:10.1177/0146167204264654)
- Damasceno, M. G., & Zanello, V. M. L. (2018). Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 450-464.
- DANFÁ, Lassana. Alteridade, racismo e representações sociais: o caso do ebola no Brasil. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.
- de Oliveira, V. M., & Modesto, J. G. N. (2020). Diferentes expressões do preconceito: um estudo comparativo entre racismo, homofobia, sexismo e idadeismo. Programa de Iniciação Científica-PIC/UniCEUB-Relatórios de Pesquisa. <https://www.jus.uniceub.br/pic/article>
- Devine, P. G. (1989). *Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56(1), 5–18. doi:10.1037/0022-3514.56.1.5
- Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (Eds.). (1986). *Prejudice, Discrimination, and Racism*. Orlando, FL: Academic Press.
- Dovidio, J. F., Glick, P., & Rudman, L. A. (Eds.). (2008). On the nature of prejudice: Fifty years after Allport. John Wiley & Sons.

- Duckitt, J. (2001). *A dual-process cognitive-motivational theory of ideology and prejudice. Advances in Experimental Social Psychology, 41–113.* doi:10.1016/s0065-2601(01)80004-6
- Duckitt, J. H. (1992). *The social psychology of prejudice.* New York: Praeger
- Duckitt, J., & Sibley, C. G. (2009). A dual-process motivational model of ideology, politics, and prejudice. *Psychological inquiry, 20*(2-3), 98-109.
- Ekehammar, B., & Akrami, N. (2007). Personality and prejudice: From Big Five personality factors to facets. *Journal of personality, 75*(5), 899-926.
- Ekehammar, B., Akrami, N., Gylje, M., & Zakrisson, I. (2004). What matters most to prejudice: Big Five personality, Social Dominance Orientation, or Right-Wing Authoritarianism? *European Journal of Personality, 18*(6), 463–482. doi:10.1002/per.526.
- Everett, J. A. C., Caviola, L., Savulescu, J., & Faber, N. S. (2019). *Speciesism, generalized prejudice, and perceptions of prejudiced others. Group Processes & Intergroup Relations, 22*(6), 785–803. doi:10.1177/1368430218816962
- Field, A. (2009). *Descobrimos a estatística usando o SPSS [recurso eletrônico].* Porto Alegre: Artmed.
- Field, A. (2020). *Descobrimos a estatística usando o SPSS-5.* Penso Editora.
- Fischer, G. N. (2010). *Les concepts fondamentaux de la psychologie sociale.* Paris, France: Dunod.
- Formiga, N. S., Golveia, V. V., & Santos, M. N. D. (2002). Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. *Psicologia em estudo, 7*, 103-111.
- Forsberg, E., Nilsson, A., & Jørgensen, Ø. (2018). Moral Dichotomization at the Heart of Prejudice: The Role of Moral Foundations and Intolerance of Ambiguity in Generalized Prejudice. *Social Psychological and Personality Science, 19*4855061881734.
- Forsberg, E., Nilsson, A., & Jørgensen, Ø. (2019). Moral dichotomization at the heart of prejudice: The role of moral foundations and intolerance of ambiguity in generalized prejudice. *Social Psychological and Personality Science, 10*(8), 1002-1010.
- França, D.X. (2023). *A Socialização.* Em Torres et al (Eds). *Psicologia Social: temas e teorias.* 3. Editora Blucher.
- Freud, S. (2010). *Introdução ao Narcisismo.* São Paulo: Companhia das letras.

- Freud, S. (2014). O infamiliar [*Das Unheimliche*]. São Paulo: Companhia das letras.
- Furnham, A., Richards, S. C., & Paulhus, D. L. (2013). The Dark Triad of Personality: A 10 Year Review. *Social and Personality Psychology Compass*, 7(3), 199–216. doi:10.1111/spc3.12018
- Garcia, R. M. C. (1999). A educação de sujeitos considerados portadores de deficiências: contribuições vygotskianas. *Ponto de Vista: revista de educação e processos inclusivos*, (1), 42-46.
- Gesser, M., Nuernberg, A. H., & Toneli, M. J. F. (2012). A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 24, 557-566.
- Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70(3), 491-512.
- Goes, M. C. (1991). A natureza social do desenvolvimento psicológico. *Cadernos Cedes*, 24(21-27).
- Goldstein, A. P. (2002). *The psychology of group aggression*. John Wiley & Sons.
- Gonçalves, B. D. O. (2015). Teste de Student-Newman-Keuls bootstrap: proposta, avaliação e aplicação e dados de produtividade da graviola.
- Greenberg, J., Solomon, S., & Pyszczynski, T. (1997). Terror management theory of self-esteem and cultural worldviews: Empirical assessments and conceptual refinements. *Advances in Experimental Social Psychology*, 29, 61-139.
- Guerra, I. (2021). *Luta contra o capacitismo: anarquismo e capacitismo*. Editora Terra sem Amos, 56.
- Himes, S. M., & Thompson, J. K. (2007). Fat stigmatization in television shows and movies: A content analysis. **Obesity**, 15(3), 712-718.
- Hodson, G., MacInnis, C. C., & Busseri, M. A. (2017). *Bowing and kicking: Rediscovering the fundamental link between generalized authoritarianism and generalized prejudice*. *Personality and Individual Differences*, 104, 243–251.
- Hughes, M., & Tuch, S. A. (2003). *Gender Differences in Whites' Racial Attitudes: Are Women's Attitudes Really More Favorable?* *Social Psychology Quarterly*, 66(4), 384. doi:10.2307/1519836
- IBM Corporation. (2023). IBM SPSS. Recuperado em 24 de setembro de 2023, de <https://www.ibm.com/br-pt/spss>

- Ifanger, F. C. D. A. (2014). A intolerância ao diferente: o problema do bullying escolar (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Joffe, H., & Haarhoff, G. (2002). Representations of far-flung illnesses: The case of Ebola in Britain. *Social science & medicine*, 54(6), 955-969.
- Jonason, P. K., Underhill, D., & Navarrate, C. D. (2020). Understanding prejudice in terms of approach tendencies: The Dark Triad traits, sex differences, and political personality traits. *Personality and Individual Differences*, 153, 109617. doi:10.1016/j.paid.2019.109617
- Jost, J. T., & Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33(1), 1-27.
- Jost, J. T., Glaser, J., Kruglanski, A. W., & Sulloway, F. J. (2003). *Political conservatism as motivated social cognition*. *Psychological Bulletin*, 129(3), 339-375. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.3.339>
- Knafo, A., Zahn-Waxler, C., Van Hulle, C., Robinson, J. L., & Rhee, S. H. (2008). *The developmental origins of a disposition toward empathy: Genetic and environmental contributions*. *Emotion*, 8(6), 737-752. doi:10.1037/a0014179)
- Kohlberg, L. (2012). Las seis etapas del juicio moral. *Postconvencionales: ética, universidad, democracia*, (5-6), 113-117.
- Kohlberg, L., & Power, C. (2012). Desarrollo moral, pensamiento religioso y la cuestión de una Séptima Etapa. *Postconvencionales: Ética, Universidad, Democracia*, (5-6), 163-210.
- Lane, S. T. M (2006). O que é a psicologia social. 22. Ed. Brasiliense.
- Lawrence, K. A. (2019). *The Fat Agenda: An Analysis of Fatphobia, Race, Gender, Sexuality and Black Womanhood*.
- Leite, L. P., & Lacerda, C. B. F. D. (2018). A construção de uma escala sobre as concepções de deficiência: procedimentos metodológicos. *Psicologia usp*, 29, 432-441.
- Leontiev, A. N. (1991). Os princípios do desenvolvimento mental e o problema do atraso mental. Luria, Leontiev, & Vikotski, *Psicologia e Pedagogia: Bases Psicológicas da aprendizagem e do Desenvolvimento*.
- Lima, M. E. O. (2020). *Psicologia social do preconceito e do racismo*. Editora Blucher.
- Lima, M.E.O (2023). Preconceito. Em Torres et al (Eds). *Psicologia Social: temas e teorias*. 3. Editora Blucher.

- Lima, Marcus Eugênio Oliveira, Barbosa, Isabelle Haaiara Andrade, Araujo, Erick Matheus Santos, & Almeida, Juliana Nascimento de. (2020). Construção e validação da escala de racismo revitimizador. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 11(2), 111-130. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2020v11n2p111>
- Maitner, A.T., Smith, E.R., Mackie, D. M. (2017) Intergroup Emotions Theory: Prejudice and Differentiated Emotional Reactions toward Outgroups. Em Barlow, F. K., & Sibley, C. G. (Eds.). *The Cambridge Handbook of the Psychology of Prejudice*. (p.65-89), Cambridge University Press.
- Matos, D. A. S., & Rodrigues, E. C. (2019). Análise fatorial.
- McFarland, S. (2010). Authoritarianism, social dominance, and other roots of generalized prejudice. *Political Psychology*, 31(3), 453-477.
- Ministério da Saúde. (2019). Nota técnica: SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Recuperado de [\[http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/SISVAN/CNV/notas_sisvan.html\]](http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/SISVAN/CNV/notas_sisvan.html)
- Moreira, P. D. L., Maia, L. M., Rique, J., & Camino, C. P. D. S. (2023). Preconceito e Normas Iguais: Análises a Partir do Julgamento Moral. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 39, e39516.
- Nesdale, Drew (2001). The development of prejudice in children. Em M. Augoustinos & K. J. Reynolds (Eds.), *Understanding prejudice, racism, and social conflict*. (p. 57-72), London: SAGE.
- Obara, A. A., & Alvarenga, M. D. S. (2018). Adaptação transcultural da Escala de Atitudes Antiobesidade para o português do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23, 1507-1520.
- O'brien, K. S., Puhl, R. M., Latner, J. D., Mir, A. S., & Hunter, J. A. (2010). Reducing anti-fat prejudice in preservice health students: a randomized trial. *Obesity*, 18(11), 2138-2144.
- Paulhus, D. L., & Williams, K. M. (2002). The Dark Triad of personality: Narcissism, Machiavellianism, and psychopathy. *Journal of Research in Personality*, 36(6), 556–563. doi:10.1016/s0092-6566(02)00505-6
- Perry, R., Sibley, C. G., & Duckitt, J. (2013). *Dangerous and competitive worldviews: A meta-analysis of their associations with Social Dominance Orientation and Right-Wing Authoritarianism*. *Journal of Research in Personality*, 47(1), 116–127.
- Pettigrew, T. F. (2015). Samuel Stouffer and relative deprivation. *Social Psychology Quarterly*, 78(1), 7-24.

- Pratto, F., Sidanius, J., Stallworth, L. M., & Malle, B. F. (1994). Social dominance orientation: A personality variable predicting social and political attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(4), 741–763. doi:10.1037/0022-3514.67.4.741
- Puhl, R. M., & Heuer, C. A. (2009). The stigma of obesity: A review and update. **Obesity**, 17(5), 941-964.
- Puhl, R. M., & Suh, Y. (2015). Health consequences of weight stigma: Implications for obesity prevention and treatment. **Current Obesity Reports**, 4(2), 182-190.
- Rest, J. R., Narvaez, D., Thoma, S. J., & Bebeau, M. J. (1999). DIT2: Devising and testing a revised instrument of moral judgment. *Journal of educational psychology*, 91(4), 644.
- Reynolds, K. J., & Augoustinos, M. (2001). Understanding prejudice, racism, and social conflict. *Understanding Prejudice, Racism, and Social Conflict*, 1-362.
- Reynolds, K. J., Subasic, E., Batalha, L., & Jones, B. M. (2017). From Prejudice to Social Change: A Social Identity Perspective. Em Barlow, F. K., & Sibley, C. G. (Eds.). *The Cambridge Handbook of the Psychology of Prejudice*. (p. 47-64), Cambridge University Press.
- Robinson, B. B. E., Bacon, L. C., & O'reilly, J. (1993). Fat phobia: Measuring, understanding, and changing anti-fat attitudes. *International Journal of Eating Disorders*, 14(4), 467-480.
- Roccatò, M., & Ricolfi, L. (2005). On the correlation between right-wing authoritarianism and social dominance orientation. *Basic and applied social psychology*, 27(3), 187-200.
- Rodrigues, J. (2012). Reflexões sobre tráfico de africanos, doenças e relações raciais. *História e Perspectivas*, 25(47), 15-34.
- Rokeach, M. (1948). Generalized mental rigidity as a factor in ethnocentrism. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 43(3), 259–278.
- Roso, A., Strey, M. N., Guareschi, P., & Bueno, S. M. N. (2002). Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. *Psicologia & sociedade*, 14, 74-94.
- Santos, W. (2010). Deficiência, desigualdade e assistência social: o Brasil e o debate internacional. *Deficiência e discriminação*, 117-141.
- Sherif, M., Harvey, O. J., White, B. J., Hood, W. R., & Sherif, C. W. (1961). *Intergroup Conflict and Cooperation: The Robbers Cave Experiment*. Norman, OK: University of Oklahoma Book Exchange.

- Sibley, C. G. & Barlow, F. K. (2017). An Introduction to the Psychology of Prejudice. Em Barlow, F. K., & Sibley, C. G. (Eds.). *The Cambridge Handbook of the Psychology of Prejudice*. (p. 3-20), Cambridge University Press.
- Sidanius, J., & Pratto, F. (2001). Social dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression. Cambridge University Press.
- Sidanius, J., & Pratto, F. (2001). *Social dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression*. Cambridge University Press.
- Stangor, C., & Leary, S. P. (2006). Intergroup beliefs: Investigations from the social side. *Advances in experimental social psychology*, 38, 243-281.
- Stephan, W. G., & Stephan, C. W. (2000). An integrated threat theory of prejudice. In S. Oskamp (Ed.), *Reducing prejudice and discrimination*. Lawrence Erlbaum Associates.
- Tajfel, H. (1981). *Human Groups and Social Categories: Studies in Social Psychology*. Cambridge University Press.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations* (pp. 33-47). Monterey, CA: Brooks/Cole.
- Turra, C., & Venturi, G. (1995). Racismo cordial.
- Vala, J., & Pereira, C. R. (2012). Racism: an evolving virus (pp. 49-70). Oxford University Press.
- Vieira, R. D. S. (2018). Idadismo: a influência de subtipos nas atitudes sobre os idosos.
- Vigotski, L. S. (2004). Sobre os sistemas psicológicos. *Teoria e método em psicologia*, 3, 103-135.
- Wedell, E., & Bravo, A. J. (2021). *Synergistic and additive effects of social dominance orientation and right-wing authoritarianism on attitudes toward socially stigmatized groups*. *Current Psychology*.
- Wenzel, M., Waldzus, S., & Steffens, M. C. (2017). Ingroup Projection as a Challenge of Diversity: Consensus about and Complexity of Superordinate Categories. Em Barlow, F. K., & Sibley, C. G. (Eds.). *The Cambridge Handbook of the Psychology of Prejudice*. (p.65-89), Cambridge University Press.

APÊNDICE**APÊNDICE A****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

PRECONCEITO GENERALIZADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**Prezado (a) participante,**

Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa online, esse tipo de pesquisa é importante porque investiga processos subjetivos, culturais, cognitivos e emocionais. O público alvo dessa pesquisa são brasileiros, com idade maior que 18 anos. É necessário que você leia esse documento com atenção. Este trabalho está sendo feito por mim, Ana Beatriz dos Anjos Silva, estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFS), orientada pelo Prof^o Marcus Eugênio Oliveira Lima e pela Prof^a Kaline da Silva Lima (UFPB/UFS). Os dados serão coletados por meio de um questionário online; a participação é voluntária, você contribuirá respondendo as afirmativas de acordo com sua percepção. A pesquisa é sigilosa e sua privacidade será mantida. A meta final da pesquisa é voltada para publicação científica e criação de projetos de intervenção.

É importante que você saiba:

- A sua participação é de caráter voluntario, enquanto você estiver respondendo a pesquisa pode desistir de participar, não havendo problemas quanto a isso, basta apenas fechar a aba de navegação que foi aberta no seu celular ou computador, mas após

o envio das respostas não é possível retira-se da pesquisa. No formulário não tem perguntas com respostas obrigatórias, o que possibilita que caso você não se sinta confortável em responder aquela questão pode pular para a próxima.

- Não é necessário se identificar, garantimos o sigilo e privacidade dos participantes durante todas as fases da pesquisa, não utilizando os nomes verdadeiros substituindo-os por números ou nomes fictícios; que serão utilizados somente para a análise de dados; que serão tratados de forma confidencial, colhidos e armazenados em plataformas protegidas por senhas.
- Os procedimentos utilizados nesta pesquisa seguem as normas estabelecidas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Ponderamos que toda pesquisa implica em riscos e benefícios, como define essa resolução, o nosso compromisso é com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos. Esta pesquisa pode apresentar o risco mínimo de desconforto emocional, intimidação e constrangimento aos participantes no contato com os instrumentos de coleta de dados. Para minimizar este risco, esclarecemos que a coleta de dados poderá ser interrompida a qualquer momento e será disponibilizado suporte por meio de técnicas psicológicas, garantido por parte da pesquisadora o acolhimento das demandas que forem levantadas, basta entrar em contato por meio do telefone e e-mail presentes no final da última página. Nenhum dado será retirado do estudo após o envio final dos dados;
- A pesquisa em questão não apresenta custos aos participantes devido ao seu caráter online, logo não é possível ressarcimento. Caso ocorra algum dano decorrente da participação neste estudo, você tem o direito de buscar indenização através de vias judiciais, conforme determina a lei.
- Esta pesquisa não trará nenhum benefício financeiro ou privilégios particulares por estar participando. Todavia, almejamos que a mesma traga o benefício direto ao participante de uma auto-avaliação das suas emoções e percepções, e como benefício indireto contribuição para o aprimoramento científico e formação acadêmica, suscitando novas perspectivas e práticas de condutas humanitárias pensadas pela psicologia social;
- Você poderá fazer o download da sua via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido contendo a assinatura do pesquisador responsável nas duas laudas, fazendo o

salvamento da página inicial desta coleta, utilizando as teclas CTRL+P e selecionando a opção “Salvar como PDF” no quadrante destino, ou solicitar sua via, por meio do e-mail descrito no próximo tópico, garantindo o sigilo dos dados do seu e-mail.

- Qualquer dúvida você pode entrar em contato por meio do seguinte número: (79) 9.9656-4218 ou pelo endereço de e-mail: 202211002497@academico.ufs.br com a pesquisadora responsável.
- Se você tiver alguma consideração ou questionamento sobre sua participação na pesquisa entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFS – Rua Cláudio Batista, s/nº, Bairro Sanatório – Aracaju-SE, pelo telefone: (79)3194-7208 ou pelo e-mail; cephu@ufs.br. O CEP/UFS é a instância da Universidade Federal de Sergipe responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Obrigada pela sua participação.

Local e data: _____, _____ de _____ de
_____.

Ana Beatriz dos Anjos Silva

Psicóloga CRP 19/3838

Pesquisadora

Participante da pesquisa

Atenciosamente,

Ana Beatriz dos Anjos Silva

Nome do Pesquisador responsável

4. Cidade/Estado: _____

5. Você pode indicar como você se identifica?

- branco amarelo
 pardo Indígena preto

6. Em que medida a cor da sua pele é importante para você?

| Nada Importante | Pouco Importante | Razoavelment e Importante | Importante | Muito Importante |
|--------------------|---------------------|---------------------------------|------------|---------------------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

7. Qual é o seu gênero?

- Masculino Feminino não-binária outro

8. Indique a sua Identidade de gênero:

- Homem Cisgênero (Nasceu com sexo masculino e se vê como homem)
 Mulher Cisgênero (Nasceu com sexo feminino e se vê como mulher)
 Homem Transexual (Nasceu com sexo feminino, mas se vê como homem)
 Mulher Transexual (Nasceu com sexo masculino, mas se vê como mulher)
 Outra identidade Transgênero (Não se identifica com um gênero correspondente ao sexo biológico)

9. Indique a sua Orientação Sexual:

- Heterossexual Homossexual Bissexual
 Outra Prefiro não dizer

10. Estado Civil:

- Solteiro(a) Casado(a) Divorciado(a)
 Separado(a) Viúvo(a) Mora com companheiro(a) Outro

11. Qual a faixa de renda mensal das pessoas que moram em sua casa? (Marque um X na Resposta)

- Entre 0 e 1 salários-mínimos (de 0 até R\$1.302,00).
 De 1,1 a 3 salários-mínimos (mais de R\$1.302,00 até R\$3.906,00).
 De 4,1 a 6 salários-mínimos (mais de R\$3.906,00 até R\$7.812,00).
 De 6,1 a 10 salários-mínimos (mais de R\$7.812,00 até R\$13.020,00).
 Mais de 10 salários-mínimos (mais de R\$13.020,00 reais).

12. Caso você faça parte de alguma religião, pode informar qual a sua religião?

13. Em que medida a religião é importante na sua vida?

| Nada Importante | Pouco Importante | Razoavelment e Importante | Importante | Muito Importante |
|--------------------|---------------------|---------------------------------|------------|---------------------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

14. Posicionamento Político:

- () Extrema Esquerda () Esquerda
- () Centro Esquerda
- () Centro () Centro Direita () Direita () Extrema direita
- () não me posiciono nessas dimensões (fora da tabela)

INSTRUÇÕES: Marque como você responderia às seguintes afirmativas utilizando a escala de cinco opções descrita abaixo. Por favor, responda CUIDADOSAMENTE e HONESTAMENTE a cada pergunta. É importante indicar como você se sente AGORA e não como você pode ter-se sentido no PASSADO. Algumas das situações podem ser estranhas para você, mas tente pensar sobre situações semelhantes que você possa ter vivenciado. Responda a cada item e não se preocupe com suas respostas anteriores. Não há respostas certas ou erradas.

Considere: 1) Discordo Totalmente, 2) Discordo, 3) Não discordo e nem concordo, 4) Concordo e 5) Concordo Totalmente

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|--|---|---|---|---|---|
| 1) Sexo entre dois homens é totalmente errado. | | | | | |
| 2) Eu acho que os homens <i>gays</i> são nojentos. | | | | | |
| 3) A homossexualidade masculina é uma perversão. | | | | | |
| 4) Sexo entre duas mulheres é totalmente errado. | | | | | |
| 5) Eu acho que as mulheres lésbicas são nojentas. | | | | | |
| 6) Travestis me dão nojo. | | | | | |
| 7) Os homens que se comportam como mulheres deveriam se envergonhar. | | | | | |
| 8) Os homens que depilam suas pernas são estranhos. | | | | | |
| 9) Eu não consigo entender por que uma mulher se comportaria feito um homem. | | | | | |
| 10) As crianças deveriam brincar com brinquedos apropriados para seu próprio sexo. | | | | | |

11) As mulheres que se veem como homens são anormais.

12) Operações de mudança de sexo são moralmente erradas.

13) As meninas masculinas deveriam receber tratamento.

14) Os homens afeminados não me deixam à vontade.

15) Eu iria a um bar frequentado por travestis.

16) As mulheres masculinas não me deixam à vontade.

Instrução: Abaixo temos algumas afirmativas, por favor, leia cada uma e selecione o grau com que você concorda com elas. Assinale só uma resposta para cada frase.

Considere: 1) Discordo Totalmente, 2) Discordo, 3) Não discordo e nem concordo, 4) Concordo e 5) Concordo Totalmente

1 2 3 4 5

1) Homem não se sente completo sem o amor de uma mulher

2) Em nome da igualdade, as mulheres procuram privilégios

3) Em catástrofes, mulheres devem ser resgatadas primeiro

4) Mulheres interpretam ações inocentes como sendo sexistas

5) Mulheres se ofendem muito facilmente

6) Ninguém é feliz sem ter um(a) companheiro(a)

7) Feministas procuram que as mulheres tenham mais poder

8) Mulheres têm pureza que poucos homens possuem

9) Mulheres devem ser queridas e protegidas por homens

10) Mulheres não dão valor a tudo o que os homens fazem por elas

11) Mulheres procuram poder controlando aos homens

12) Todo homem deve ter uma mulher a

| |
|--|
| quem amar |
| 13) Homem está incompleto sem mulher |
| 14) Mulheres exageram problemas no trabalho |
| 15) Mulher procura controlar ao homem comprometido com ela |
| 16) Mulheres alegam discriminação em derrotas justas |
| 17) Uma boa mulher deve ser posta no pedestal por seu homem |
| 18) Mulheres atraem sexualmente e depois rejeitam aos homens |
| 19) Mulheres têm maior sensibilidade moral |
| 20) Homens devem prover segurança econômica a mulheres |
| 21) Feministas fazem demandas irracionais aos homens |
| 22) Mulheres são mais refinadas e têm melhor bom gosto |

Instrução: Abaixo temos algumas afirmativas, por favor, leia cada uma e selecione o grau com que você concorda com elas. Assinale só uma resposta para cada frase.

Considere: 1) Discordo Totalmente, 2) Discordo, 3) Estou em dúvida, 4) Concordo e 5) Concordo Totalmente

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|---|---|---|---|---|
| 1) As pessoas discutem o racismo mais do que deveriam. | | | | | |
| 2) No Brasil, com as políticas de ação afirmativa, os negros têm mais privilégios que os brancos. | | | | | |
| 3) O que chamam de “privilégio dos brancos” é, na verdade, construído a partir do esforço das pessoas, e não uma vantagem já existente. | | | | | |

4) Independentemente da cor da pele, todos têm as mesmas oportunidades na vida desde que se esforcem. *

5) O racismo não deveria ser usado como justificativa para não atingir objetivos pessoais.

6) Em geral, no Brasil, os brancos têm mais direitos do que os negros. *

7) O racismo só existe na cabeça das pessoas que se dizem vítimas dele.

8) Se os negros tivessem mais força de vontade, conseguiriam ascender socialmente tanto quanto os brancos.

9) Dizer que no Brasil há desigualdade de oportunidades entre brancos e negros é exagero.

10) O racismo só se sustenta quando encontra aceitação dos que se dizem discriminados.

Instrução: Abaixo temos algumas afirmativas, por favor, leia cada uma e selecione o grau com que você concorda com elas. Assinale só uma resposta para cada frase.

Considere: (1) Não concordo com nada, (2) não concordo com a maior parte, (3) nem discordo e nem concordo, (4) concordo com a maior parte, e (5) concordo totalmente

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. Pessoas gordas não se importam com nada além de comer | | | | | |
| 2. Eu perderia respeito por um (a) amigo (a) que começasse a engordar | | | | | |
| 3. A maioria das pessoas gordas é chata | | | | | |
| 4. A maioria das pessoas gordas é preguiçosa | | | | | |
| 5. Ser gordo é pecado | | | | | |

-
6. É nojento ver pessoas gordas comendo
-
7. Pessoas gordas não têm força de vontade
-
8. Eu prefiro não me relacionar com pessoas gordas
-
9. A maioria das pessoas gordas é temperamental e difícil de lidar
-
10. Se coisas ruins acontecem com pessoas gordas, elas merecem
-
11. A maioria das pessoas gordas não consegue manter as coisas limpas e organizadas
-
12. É difícil não encarar as pessoas gordas porque elas são pouco atraentes
-
13. Eu não continuaria num relacionamento romântico se meu (minha) parceiro (a) começasse a engordar
-
14. Eu não entendo como alguém pode se sentir sexualmente atraído por uma pessoa gorda
-
15. Se as pessoas gordas soubessem quão ruim é sua aparência, elas emagreceriam
-
16. Pessoas gordas não são higiênicas
-
17. A maioria das pessoas gordas se prende a qualquer desculpa para estar gorda
-

18. É difícil levar uma pessoa
gorda a sério

Instruções: Abaixo temos algumas afirmativas, por favor, leia cada uma e selecione o grau com que você concorda com elas. Assinale só uma resposta para cada frase.

Considere 1) Discordo Totalmente, 2) Discordo, 3) Estou em dúvida, 4) Concordo e 5) Concordo Totalmente

1 2 3 4 5

1. É válido dizer a idosos que eles estão velhos demais para fazer certas coisas porque, do contrário, eles podem se frustrar quando tentarem e falharem.

2. Mesmo querendo, idosos não deveriam trabalhar porque já quitaram suas dívidas com a sociedade.

3. Mesmo querendo, idosos não deveriam trabalhar por conta de suas fragilidades e possibilidade de adoecerem.

4. É válido falar devagar com idosos porque eles podem levar um tempo para entender o que é dito.

5. As pessoas deveriam preservar idosos de notícias tristes porque eles se emocionam facilmente.

6. Os mais velhos precisam ser protegidos da dura realidade de nossa sociedade.

7. É útil repetir coisas para idosos porque, muitas vezes, eles podem não entender de primeira.

8. Mesmo que idosos não peçam ajuda, sempre se deve oferecê-la a eles.

9. Mesmo que não peçam ajuda, idosos devem ser ajudados com suas compras.

10. Muitos idosos interpretam simples observações ou gestos como preconceito contra eles.

11. Idosos se ofendem fácil demais.

12. Idosos veem de forma exagerada os problemas que têm no trabalho.

13. Idosos são um problema para o sistema de saúde e para a economia do país.

Instruções: Abaixo temos algumas afirmativas, por favor, leia cada uma e selecione o grau com que você concorda com elas. Assinale só uma resposta para cada frase.

A) Discordo Totalmente, B) Discordo, C) Estou em dúvida, D) Concordo e E)

Concordo Totalmente

A B C D E

1. A deficiência é causada por uma falta de orientação educacional adequada.

2. As pessoas com deficiência representam carmas para acontecimentos de outras encarnações.

3. A deficiência é causada exclusivamente por fatores biológicos, congênitos e genéticos que determinam o desenvolvimento humano.

4. O tratamento dado a uma pessoa com deficiência nega a esta a participação plena nos diferentes contextos sociais.

5. As pessoas que tem algum deficiente como membro de sua família estão pagando por um erro que cometeram.

6. A deficiência pode ser interpretada como decorrente de causas biológicas e sociais.

-
7. A carência de condições ambientais geram incapacidades orgânicas que merecem tratamento.
-
8. A deficiência é uma diferença biológica que é predeterminada pelo seu grau de comprometimento.
-
9. As pessoas com deficiência são especialmente protegidas por Deus.
-
10. As pessoas com deficiência apresentam alguma falha ou limite orgânico que, por si só, leva a um mau desenvolvimento humano.
-
11. A deficiência é agravada pela falta de recursos econômicos disponíveis para o desenvolvimento humano
-
12. Numa determinada cultura a deficiência é decorrente de atitudes e expectativas do outro
-
13. A pessoa com deficiência é uma pessoa iluminada
-
14. As barreiras atitudinais e estruturais agravam a condição de deficiência
-
15. Uma pessoa com deficiência é anormal
-
16. Uma pessoa é considerada menos ou mais deficiente dependendo do contexto que está inserida
-

-
17. Embora a deficiência seja causada por diferentes fatores, é ela centralizada na pessoa que apresenta limitações funcionais
-
18. A deficiência é uma patologia e pode ser explicada por uma falha na pessoa, justificada pela presença de elementos desviantes do ponto de vista biológico ou funcional.
-
19. A pessoa com deficiência vem ao mundo para se submeter às provações divinas e para desenvolver sua espiritualidade.
-
20. A gravidade da deficiência é definida de acordo com a interpretação que a sociedade faz dela.
-

instruções: Leia atentamente aos itens e julguem se verdadeiros ou falsos, marque somente uma resposta em cada frase, considerando o grau de importância como: 1) máxima importância, 2) grande importância, 3) média importância, 4) pequena importância e 5) nenhuma importância

O Prisioneiro Foragido

Um homem foi condenado à prisão por 10 anos. Depois de um ano, porém, ele fugiu da cadeia, mudou-se para uma região nova do País, e tomou o nome de Andrade. Durante oito anos ele trabalhou duro, tanto que conseguiu economizar dinheiro suficiente para ter seu próprio negócio. Ele era muito gentil com seus fregueses, pagava altos salários aos seus empregados e dava muito dos seus lucros pessoais para obras de caridade. Um certo dia, dona Cida, uma velha vizinha, reconheceu-o como o homem que tinha fugido da prisão, e a quem a polícia estava procurando.

- Dona Cida deveria entregar o Sr. Simões a polícia? () Sim () Não () Não Sei

| | Grau de Importância | | | | |
|---|---------------------|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 1. Oito anos não são suficientes para provar que o Sr. Andrade é uma boa pessoa. | | | | | |
| 2. O não cumprimento de uma lei estimula a desobediência dos sistemas legais. | | | | | |
| 3. Melhor seria uma sociedade sem leis, sem a opressão dos sistemas legais. | | | | | |
| 4. O Sr. Andrade deve cumprir o que determina a lei. | | | | | |
| 5. As ações devem ser julgadas a partir de princípios universais de justiça. | | | | | |
| 6. Não é vantagem fazer prisões isoladas quando se trata de um homem caridoso. | | | | | |
| 7. Só uma pessoa cruel e sem coração denunciaria o Sr. Andrade. | | | | | |
| 8. O correto seria que Dona Cida se comportasse com base no que dita a lei. | | | | | |
| 9. Dona Cida deve pensar na sua amizade com o Sr. Andrade. | | | | | |
| 10. Um cidadão tem obrigação de entregar um criminoso foragido, não importando as circunstâncias. | | | | | |
| 11. Decisões deste tipo devem ser tomadas considerando-se o bem comum. | | | | | |
| 12. O cumprimento de uma lei deve estar subordinado aos interesses e necessidades sociais. | | | | | |

Você poderia classificar em 1°, 2°, 3°, 4°, 5° e 6° lugar qual o grupo que, em sua percepção, mais sofre com o preconceito na nossa sociedade?

Não há resposta certa ou errada, queremos apenas saber sua opinião, mas considere o 1° como o maior ranking e o número 6° o menor.

| | | | | | |
|-------------|------------|------------------------|-------------------|---------|---------|
| Capacitismo | Gordofobia | Idadismo ou ageísmo | LGBTQIA+fo bia | Racismo | Sexismo |
|-------------|------------|------------------------|-------------------|---------|---------|

Agora você poderia marcar quais grupos você acha que no Brasil se encaixaria enquanto um grupo dissidente, perigoso ou depreciado?

Considere: Dissidentes: aqueles que discordam, que divergem dos outros grupos por opiniões, escolhas, ideologias.

Perigoso: aqueles que representam algum tipo de ameaça à segurança. Depreciado: aqueles que são desvalorizados, menosprezados perante a sociedade

| | Dissidente | Perigoso | Depreciado |
|----------------------------|------------|----------|------------|
| Pessoas com Deficiência | | | |
| Pessoas gordas | | | |
| Idosos | | | |
| LGBTQIAP+ | | | |
| Negros | | | |
| Mulheres | | | |

ANEXO A

Tabela 7

Porcentagem das cidades em que residem os participantes

| | Frequência | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|------------------------|------------|-----------------------|----------------------------|
| Adustina | 1 | ,3 | ,3 |
| Alto Vale do Itajaí | 1 | ,3 | ,7 |
| Amparo | 1 | ,3 | 1,0 |
| Ananindeua | 1 | ,3 | 1,4 |
| Anapolis | 1 | ,3 | 1,7 |
| Aquidabã | 1 | ,3 | 2,0 |
| Aracaju | 83 | 28,3 | 30,4 |
| Araguari | 1 | ,3 | 30,7 |
| Araraquara | 1 | ,3 | 31,1 |
| Araúá | 1 | ,3 | 31,4 |
| Assis | 1 | ,3 | 31,7 |
| Bagé | 1 | ,3 | 32,1 |
| Belém | 1 | ,3 | 32,4 |
| Belo Horizonte | 6 | 2,0 | 34,5 |
| Bento Gonçalves | 1 | ,3 | 34,8 |
| Boquim | 1 | ,3 | 35,2 |
| Brasília | 9 | 3,1 | 38,2 |
| Cacoal | 1 | ,3 | 38,6 |
| Campinas | 1 | ,3 | 38,9 |
| Campo Grande | 3 | 1,0 | 39,9 |
| Cariacica | 1 | ,3 | 40,3 |
| Cícero Dantas | 25 | 8,5 | 48,8 |
| Contagem | 2 | ,7 | 49,5 |
| Criciúma | 1 | ,3 | 49,8 |
| Cuiabá | 3 | 1,0 | 50,9 |
| Curitiba | 1 | ,3 | 51,2 |
| Diadema | 3 | 1,0 | 52,2 |
| Divinópolis | 1 | ,3 | 52,6 |
| Dracena | 1 | ,3 | 52,9 |
| Fátima | 5 | 1,7 | 54,6 |
| Feira de Santana | 4 | 1,4 | 56,0 |
| Florianópolis | 1 | ,3 | 56,3 |
| Fortaleza | 5 | 1,7 | 58,0 |
| Foz do Iguaçu | 1 | ,3 | 58,4 |
| Garanhuns | 1 | ,3 | 58,7 |
| Goiana | 1 | ,3 | 59,0 |
| Goiânia | 5 | 1,7 | 60,8 |
| Igarapé | 1 | ,3 | 61,1 |
| Irecê | 5 | 1,7 | 62,8 |
| Itabaiana | 1 | ,3 | 63,1 |
| Itabaianinha | 2 | ,7 | 63,8 |

| | | | |
|-----------------------------|----|-----|------|
| Itajubá | 1 | ,3 | 64,2 |
| Itapema | 1 | ,3 | 64,5 |
| Itapipoca | 1 | ,3 | 64,8 |
| Itaporanga | 1 | ,3 | 65,2 |
| Itaporanga d'ajuda | 1 | ,3 | 65,5 |
| Jacareí | 1 | ,3 | 65,9 |
| Jacobina | 1 | ,3 | 66,2 |
| Jandira | 1 | ,3 | 66,6 |
| João Pessoa | 4 | 1,4 | 67,9 |
| Juazeiro do Norte | 1 | ,3 | 68,3 |
| Juiz de fora | 1 | ,3 | 68,6 |
| Lagarto | 3 | 1,0 | 69,6 |
| limeira | 1 | ,3 | 70,0 |
| Londrina | 2 | ,7 | 70,6 |
| Lorena | 1 | ,3 | 71,0 |
| Maceió | 4 | 1,4 | 72,4 |
| Manaus | 2 | ,7 | 73,0 |
| Maringá | 1 | ,3 | 73,4 |
| Mogi das Cruzes | 2 | ,7 | 74,1 |
| Montes Claros | 2 | ,7 | 74,7 |
| Morro do Chapéu | 1 | ,3 | 75,1 |
| Mossoró | 1 | ,3 | 75,4 |
| Natal | 1 | ,3 | 75,8 |
| Nossa Senhora do Socorro | 2 | ,7 | 76,5 |
| Olinda | 1 | ,3 | 76,8 |
| Pacajus | 1 | ,3 | 77,1 |
| Palhoça | 1 | ,3 | 77,5 |
| Palmeira das Missões | 1 | ,3 | 77,8 |
| Patos | 1 | ,3 | 78,2 |
| Pau dos Ferros | 1 | ,3 | 78,5 |
| Paulo Afonso | 2 | ,7 | 79,2 |
| Peruíbe | 3 | 1,0 | 80,2 |
| Petrolina | 1 | ,3 | 80,5 |
| Piracicaba | 1 | ,3 | 80,9 |
| Porto Alegre | 1 | ,3 | 81,2 |
| Recife Rio Branco | 4 | 1,4 | 82,6 |
| Rio das Ostras | 1 | ,3 | 82,9 |
| Rio de Janeiro | 6 | 2,0 | 85,0 |
| Salvador Rio Grande | 10 | 3,4 | 88,4 |
| Santa Maria | 1 | ,3 | 88,7 |
| Santo Antônio de Jesus | 1 | ,3 | 89,1 |
| Santo Augusto | 1 | ,3 | 89,4 |
| São Cristóvão | 2 | ,7 | 90,1 |

| | | | |
|-------------------------|-----|-------|-------|
| São Luís | 2 | ,7 | 90,8 |
| São Mateus | 1 | ,3 | 91,1 |
| São Paulo | 12 | 4,1 | 95,2 |
| Sobradinho | 1 | ,3 | 95,6 |
| Sobral | 1 | ,3 | 95,9 |
| Socorro | 1 | ,3 | 96,2 |
| Surubim | 1 | ,3 | 96,6 |
| Taguatinga | 1 | ,3 | 96,9 |
| Tobias Barreto | 1 | ,3 | 97,3 |
| Tupanciretã | 1 | ,3 | 97,6 |
| Uauá | 1 | ,3 | 98,0 |
| Ubatuba | 1 | ,3 | 98,3 |
| Vitória da Conquista | 1 | ,3 | 98,6 |
| Videira | 1 | ,3 | 99,0 |
| Palmeira dos Índios | 1 | ,3 | 99,3 |
| Pouso Alegre | 2 | ,7 | 100,0 |
| Total | 293 | 100,0 | |
| Ausente | 11 | | |
| Total | 304 | | |

Tabela 8*Valores dos fatores encontrados na análise fatorial para a escala EPDSG*

| Itens | Carga Fatorial |
|--|-----------------------|
| 1) Sexo entre dois homens é totalmente errado. | 0,893 |
| 2) Eu acho que os homens <i>gays</i> são nojentos. | 0,922 |
| 3) A homossexualidade masculina é uma perversão. | 0,928 |
| 4) Sexo entre duas mulheres é totalmente errado. | 0,852 |
| 5) Eu acho que as mulheres lésbicas são nojentas. | 0,915 |
| 6) Travestis me dão nojo. | 0,896 |
| 7) Os homens que se comportam como mulheres deveriam se envergonhar. | 0,919 |
| 8) Os homens que depilam suas pernas são estranhos. | 0,747 |
| 9) Eu não consigo entender por que uma mulher se comportaria feito um homem. | 0,900 |
| 10) As crianças deveriam brincar com brinquedos apropriados para seu próprio sexo. | 0,872 |
| 11) As mulheres que se veem como homens são anormais. | 0,917 |
| 12) Operações de mudança de sexo são moralmente erradas. | 0,883 |
| 13) As meninas masculinas deveriam receber tratamento. | 0,844 |
| 14) Os homens afeminados não me deixam à vontade. | 0,920 |
| 15) Eu iria a um bar frequentado por travestis. | -0,697 |
| 16) As mulheres masculinas não me deixam à vontade. | 0,883 |
| Autovalor | 12,29 |
| Variância Explicada (%) | 0,76 |
| Alfa de Cronbach | 0,98 |

Tabela 9*Valores da análise fatorial para ISA*

| Itens | Fator 1 | Fator 2 |
|--|----------------|----------------|
| 1) Homem não se sente completo sem o amor de uma mulher | 0,720 | 0,674 |
| 2) Em nome da igualdade, as mulheres procuram privilégios | 0,746 | 0,543 |
| 3) Em catástrofes, mulheres devem ser resgatadas primeiro | 0,310 | 0,485 |
| 4) Mulheres interpretam ações inocentes como sendo sexistas | 0,855 | 0,499 |
| 5) Mulheres se ofendem muito facilmente | 0,888 | 0,560 |
| 6) Ninguém é feliz sem ter um(a) companheiro(a) | 0,826 | 0,585 |
| 7) Feministas procuram que as mulheres tenham mais poder | 0,402 | 0,377 |
| 8) Mulheres têm pureza que poucos homens possuem | 0,607 | 0,711 |
| 9) Mulheres devem ser queridas e protegidas por homens | 0,589 | 0,771 |
| 10) Mulheres não dão valor a tudo o que os homens fazem por elas | 0,916 | 0,629 |
| 11) Mulheres procuram poder controlando aos homens | 0,820 | 0,551 |
| 12) Todo homem deve ter uma mulher a quem amar | 0,799 | 0,785 |
| 13) Homem está incompleto sem mulher | 0,815 | 0,702 |
| 14) Mulheres exageram problemas no trabalho | 0,897 | 0,585 |
| 15) Mulher procura controlar ao homem comprometido com ela | 0,859 | 0,574 |
| 16) Mulheres alegam discriminação em derrotas justas | 0,849 | 0,647 |
| 17) Uma boa mulher deve ser posta no pedestal por seu homem | 0,538 | 0,733 |
| 18) Mulheres atraem sexualmente e depois rejeitam aos homens | 0,835 | 0,581 |
| 19) Mulheres têm maior sensibilidade moral | 0,317 | 0,629 |
| 20) Homens devem prover segurança econômica a mulheres | 0,774 | 0,819 |
| 21) Feministas fazem demandas irracionais aos homens | 0,857 | 0,637 |
| 22) Mulheres são mais refinadas e têm melhor bom gosto | 0,509 | 0,716 |
| Autovalores | 9,77 | 4,05 |

| Itens | Fator 1 | Fator 2 |
|-------------------------|----------------|----------------|
| Variância Explicada (%) | 0,44 | 0,18 |
| Alfa de Cronbach | 0,96 | 0,94 |

Nota. Fator 1 – Sexismo Hostil; Fator 2 – Sexismo benevolente

Tabela 10*Valores da análise fatorial para ERR*

| Itens | Carga Fatorial |
|---|----------------|
| 1) As pessoas discutem o racismo mais do que deveriam. | 0,804 |
| 2) No Brasil, com as políticas de ação afirmativa, os negros têm mais privilégios que os brancos. | 0,746 |
| 3) O que chamam de “privilégio dos brancos” é, na verdade, construído a partir do esforço das pessoas, e não uma vantagem já existente. | 0,721 |
| 4) Independentemente da cor da pele, todos têm as mesmas oportunidades na vida desde que se esforcem. * | 0,809 |
| 5) O racismo não deveria ser usado como justificativa para não atingir objetivos pessoais. | 0,743 |
| 6) Em geral, no Brasil, os brancos têm mais direitos do que os negros. * | -0,439 |
| 7) O racismo só existe na cabeça das pessoas que se dizem vítimas dele. | 0,738 |
| 8) Se os negros tivessem mais força de vontade, conseguiriam ascender socialmente tanto quanto os brancos. | 0,736 |
| 9) Dizer que no Brasil há desigualdade de oportunidades entre brancos e negros é exagero. | 0,642 |
| 10) O racismo só se sustenta quando encontra aceitação dos que se dizem discriminados. | 0,570 |
| Autovalor | 4,94 |
| Variância Explicada (%) | 49,5 |
| Alfa de Cronbach | 0,81 |

* Itens negativos

Tabela 11*Valores da análise fatorial para a A-FAT*

| Itens | Carga Fatorial |
|--|-----------------------|
| 1. Pessoas gordas não se importam com nada além de comer | 0,83 2 |
| 2. Eu perderia respeito por um (a) amigo (a) que começasse a engordar | 0,76 5 |
| 3. A maioria das pessoas gordas é chata | 0,75 7 |
| 4. A maioria das pessoas gordas é preguiçosa | 0,86 8 |
| 5. Ser gordo é pecado | 0,78 7 |
| 6. É nojento ver pessoas gordas comendo | 0,88 1 |
| 7. Pessoas gordas não têm força de vontade | 0,91 2 |
| 8. Eu prefiro não me relacionar com pessoas gordas | 0,77 5 |
| 9. A maioria das pessoas gordas é temperamental e difícil de lidar | 0,79 6 |
| 10. Se coisas ruins acontecem com pessoas gordas, elas merecem | 0,83 3 |
| 11. A maioria das pessoas gordas não consegue manter as coisas limpas e organizadas | 0,85 3 |
| 12. É difícil não encarar as pessoas gordas porque elas são pouco atraentes | 0,84 7 |
| 13. Eu não continuaria num relacionamento romântico se meu (minha) parceiro (a) começasse a engordar | 0,79 6 |
| 14. Eu não entendo como alguém pode se sentir sexualmente atraído por uma pessoa gorda | 0,87 4 |
| 15. Se as pessoas gordas soubessem quão ruim é sua aparência, elas emagreceriam | 0,87 1 |
| 16. Pessoas gordas não são higiênicas | 0,91 0 |
| 17. A maioria das pessoas gordas se prende a qualquer desculpa para estar gorda | 0,82 9 |
| 18. É difícil levar uma pessoa gorda a sério | 0,89 6 |
| Autovalor | 12,67 |

| | |
|-------------------------|-------|
| Variância Explicada (%) | 0,704 |
| Alfa de Cronbach | 0,975 |

Tabela 12*Valores dos fatores encontrados na análise fatorial para a escala AAS*

| Itens | Fator 1 | Fator 2 |
|---|--------------|--------------|
| 1. É válido dizer a idosos que eles estão velhos demais para fazer certas coisas porque, do contrário, eles podem se frustrar quando tentarem e falharem. | 0,675 | 0,249 |
| 2. Mesmo querendo, idosos não deveriam trabalhar porque já quitaram suas dívidas com a sociedade. | 0,617 | 0,269 |
| 3. Mesmo querendo, idosos não deveriam trabalhar por conta de suas fragilidades e possibilidade de adoecerem. | 0,702 | 0,299 |
| 4. É válido falar devagar com idosos porque eles podem levar um tempo para entender o que é dito. | 0,509 | 0,455 |
| 5. As pessoas deveriam preservar idosos de notícias tristes porque eles se emocionam facilmente. | 0,774 | 0,596 |
| 6. Os mais velhos precisam ser protegidos da dura realidade de nossa sociedade. | 0,525 | 0,551 |
| 7. É útil repetir coisas para idosos porque, muitas vezes, eles podem não entender de primeira. | 0,411 | 0,667 |
| 8. Mesmo que idosos não peçam ajuda, sempre se deve oferecê-la a eles. | 0,333 | 0,764 |
| 9. Mesmo que não peçam ajuda, idosos devem ser ajudados com suas compras. | 0,393 | 0,792 |
| 10. Muitos idosos interpretam simples observações ou gestos como preconceito contra eles. | 0,654 | 0,455 |
| 11. Idosos se ofendem fácil demais. | 0,771 | 0,444 |
| 12. Idosos veem de forma exagerada os problemas que têm no trabalho. | 0,819 | 0,408 |
| 13. Idosos são um problema para o sistema de saúde e para a economia do país. | 0,664 | 0,212 |
| Autovalores | 4,37 | 2,18 |
| Variância Explicada (%) | 0,336 | 0,168 |
| Alfa de Cronbach | 0,883 | 0,784 |

Fator 1 – Idadismo Hostil; Fator 2 – Idadismo Benevolente

Tabela 13*Valores dos fatores encontrados na análise fatorial para a escala ECD*

| Itens | F1 | F2 | F3 | F4 |
|---|------------------|------------------|------------------|-------------------------|
| 1. A deficiência é causada por uma falta de orientação educacional adequada.* | 0,61 4 | 0,20 5 | 0,29 6 | 0,3 16 |
| 2. As pessoas com deficiência representam carmas para acontecimentos de outras encarnações. | 0,84 6 | 0,19 7 | 0,28 4 | 0,4 75 |
| 3. A deficiência é causada exclusivamente por fatores biológicos, congênitos e genéticos que determinam o desenvolvimento humano. | 0,15 3 | 0,06 8 | 0,54 7 | 0,2 07 |
| 4. O tratamento dado a uma pessoa com deficiência nega a esta a participação plena nos diferentes contextos sociais. | 0,24 9 | 0,45 6 | 0,11 7 | 0,0 84 |
| 5. As pessoas que tem algum deficiente como membro de sua família estão pagando por um erro que cometeram. | 0,91 3 | 0,16 1 | 0,33 2 | 0,4 71 |
| 6. A deficiência pode ser interpretada como decorrente de causas biológicas e sociais. | 0,02 6 | 0,57 7 | 0,18 1 | - 0,080 |
| 7. A carência de condições ambientais gera incapacidades orgânicas que merecem tratamento. | - 0,005 | 0,58 1 | 0,19 8 | - 0,092 |
| 8. A deficiência é uma diferença biológica que é predeterminada pelo seu grau de comprometimento. | 0,36 2 | 0,41 0 | 0,40 5 | 0,1 88 |
| 9. As pessoas com deficiência são especialmente protegidas por Deus. | 0,54 0 | 0,13 6 | 0,39 2 | 0,8 16 |
| 10. As pessoas com deficiência apresentam alguma falha ou limite orgânico que, por si só, leva a um mau desenvolvimento humano. | 0,58 3 | 0,27 4 | 0,73 5 | 0,4 20 |
| 11. A deficiência é agravada pela falta de recursos econômicos disponíveis para o desenvolvimento humano. | - 0,056 | 0,49 4 | 0,15 1 | 0,1 00 |

| Ítems | F1 | F2 | F3 | F4 |
|---|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| 12. Numa determinada cultura a deficiência é decorrente de atitudes e expectativas do outro. | 0,39 5 | 0.52 6 | 0.25 8 | 0.2 99 |
| 13. A pessoa com deficiência é uma pessoa iluminada. | 0,48 6 | 0.10 2 | 0.36 7 | 0.7 83 |
| 14. As barreiras atitudinais e estruturais agravam a condição de deficiência. | - 0,005 | 0.60 4 | 0.04 4 | - 0.009 |
| 15. Uma pessoa com deficiência é anormal. | 0,83 7 | 0.22 4 | 0.47 9 | 0.4 49 |
| 16. Uma pessoa é considerada menos ou mais deficiente dependendo do contexto que está inserida. | 0,27 6 | 0.59 0 | - 0.020 | 0.0 87 |
| 17. Embora a deficiência seja causada por diferentes fatores, é ela centralizada na pessoa que apresenta limitações funcionais. | 0,20 9 | 0.42 3 | 0.21 7 | 0.1 59 |
| 18. A deficiência é uma patologia e pode ser explicada por uma falha na pessoa, justificada pela presença de elementos desviantes do ponto de vista biológico ou funcional. | 0,35 5 | 0.20 1 | 0.56 4 | 0.3 03 |
| 19. A pessoa com deficiência vem ao mundo para se submeter às provações divinas e para desenvolver sua espiritualidade. | 0,78 0 | 0.16 0 | 0.32 1 | 0.5 52 |
| 20. A gravidade da deficiência é definida de acordo com a interpretação que a sociedade faz dela. | 0,24 3 | 0.56 6 | 0.10 4 | 0.0 87 |
| Autovalores | 3,84 | 2,71 | 1,31 | 1,3 5 |
| Variância Explicada (%) | 0,19 | 0,13 | 0,06 | 0,0 6 |
| Alfa de Cronbach | 0,86 | 0,66 | 0,71 | |

Nota. F1: Metafísica; F2: Histórico Cultural; F3: Orgânica; F4: Psicossocial;

*item com eliminação sugerida pelo alfa.

Tabela 14*Comparações entre médias por posicionamento político*

| Escalas | Posicionamento Político | | | | | | ANOVA |
|-----------------------------------|-------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-------------------------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | |
| EPDSG | 1,44 (0,88) | 1,45 (0,96) | 1,92 (1,19) | 1,77 (0,97) | 2,41 (1,00) | 2,62 (1,07) | F = 4,27; p = 0,002 |
| ISA | 2,35 (1,76) | 2,02 (1,14) | 2,92 (1,49) | 2,59 (1,42) | 2,90 | 5,00 | F = 1,36; p = 0,248 |
| ISA_{Hostil} | 1,68 (1,14) | 1,71 (1,09) | 2,30 (1,37) | 2,20 (1,27) | 2,56 (1,60) | 5,00 (0,00) | F = 3,64; p = 0,002 |
| ISA_{Benevolente} | 2,42 (1,81) | 2,14 (1,13) | 3,03 (1,37) | 2,53 (1,31) | 3,00 | 4,00 (0,87) | F = 1,51; p = 0,187 |
| ERR | 1,22 (0,44) | 1,26 (0,47) | 1,36 (0,45) | 1,87 (0,79) | 2,31 (0,95) | 2,99 (0,83) | F = 32,05; p = 0,000 |
| AFAT | 1,63 (1,00) | 1,42 (0,84) | 2,00 (1,08) | 1,53 (0,78) | 1,38 (0,70) | 1,69 (0,95) | F = 2,45; p = 0,025 |
| EIA_{Hostil} | 1,97 (0,87) | 1,99 (0,76) | 2,56 (0,95) | 2,38 (0,72) | 2,14 (0,71) | 2,35 (0,71) | F = 3,71; p = 0,001 |
| EIA_{Benevolente} | 3,09 (1,01) | 3,08 (0,94) | 3,23 (0,90) | 3,52 (0,86) | 3,39 (0,59) | 3,75 (0,93) | F = 2,94; p = 0,008 |
| ECD | 2,75 (0,63) | 2,48 (0,63) | 2,67 (0,70) | 2,64 (0,59) | 2,25 (0,47) | 2,40 (0,64) | F = 1,65; p = 0,132 |
| ECD_{Orgânica} | 2,43 (1,01) | 2,29 (0,88) | 2,66 (0,99) | 2,55 (0,86) | 2,04 (0,79) | 2,36 (0,77) | F = 1,72; p = 0,115 |
| ECD_{Psicossocial} | 3,45 (0,57) | 3,25 (0,68) | 3,15 (0,66) | 3,07 (0,70) | 2,80 (0,46) | 2,80 (0,92) | F = 2,65 p = 0,016 |
| ECD_{Histórico} | 3,31 (0,94) | 2,88 (0,87) | 3,04 (0,87) | 2,91 (0,87) | 2,43 (0,65) | 2,56 (0,90) | F = 2,14 p = 0,048 |
| ECD_{Metafísica} | 1,67 (1,21) | 1,53 (0,80) | 1,84 (1,03) | 1,98 (0,90) | 1,62 (0,69) | 1,90 (0,66) | F = 2,16 p = 0,046 |

Tabela 15*Correlações de Pearson com idade*

| Escalas | r | p-valor |
|------------------------------------|----------|---------|
| EPDSG | 0,218*** | 0,001 |
| ISA | 0,104 | 0,442 |
| ISA _{Hostil} | 0,092 | 0,270 |
| ISA _{Benevolente} | 0,112 | 0,331 |
| ERR | 0,155*** | 0,008 |
| AFAT | -0,062 | 0,298 |
| EIA | -0,020 | 0,750 |
| EIA _{Hostil} | -0,022 | 0,724 |
| EIA _{Benevolente} | 0,022 | 0,710 |
| ECD | 0,017 | 0,268 |
| ECD _{Orgânica} | -0,031 | 0,280 |
| ECD _{Psicossocial} | -0,053 | 0,279 |
| ECD _{Histórico} | 0,024 | 0,278 |
| ECD _{Metafísica} | 0,110 | 0,284 |

Nota. *** ($p < 0,01$).

Tabela 16*Comparações entre médias por Identidade de Gênero*

| Escalas | Identidade de Gênero | | | | | ANOVA |
|--|----------------------|----------------|----------------|---------------------|----------------|-----------------------|
| | Homem Cis | Mulher Cis | Homem Trans | Mulhe r Trans | Outr a | |
| EPDSG | 1,53 (0,79) | 1,54 (0,99) | 1,22 (0,00) | 1,00 (0,0) | 1,47 (1,18) | F = 0,57; p = 0,71 |
| ISA | 2,69 (1,42) | 2,27 (1,31) | 0,00 (0,00) | 0,00 (0,00) | 1,28 (0,25) | F = 1,83; p = 0,16 |
| ISA_{Hostil} | 2,19 (1,35) | 1,87 (1,22) | 0,00 (0,00) | 1,27 (0,0) | 1,31 (0,28) | F = 1,38; p = 0,25 |
| ISA_{Benevole nte} | 2,50 (1,29) | 2,48 (1,31) | 1,45 (0,0) | 0,00 (0,00) | 1,40 (0,37) | F = 1,08; p = 0,36 |
| ERR | 1,84 (0,73) | 1,75 (0,61) | 1,80 (0,28) | 1,00 (0,00) | 2,00 (0,57) | F = 0,88; p = 0,49 |
| AFAT | 1,64 (0,87) | 1,54 (0,92) | 1,66 (0,23) | 1,00 (1,61) | 1,61 (1,02) | F = 0,42; p = 0,79 |
| EIA_{Hostil} | 2,19 (0,76) | 2,21 (0,86) | 2,55 (0,78) | 1,66 (0,00) | 1,89 (0,66 | F = 0,57; p = 0,68 |
| EIA_{Benevole nte} | 3,28 (0,93) | 3,23 (0,94) | 2,87 (0,17) | 2,75 (0,00) | 3,41 (1,12 | F = 0,29; p = 0,88 |
| E C D | 2,48 (0,62) | 2,59 (0,63) | 2,80 (0,00) | 2,70 (0,00) | 2,81 (0,46 | F = 1,09; p = 0,36 |
| ECD_{Orgânic a} | 2,39 (0,88) | 2,42 (0,93) | 3,60 (0,00) | 2,20 (0,00) | 2,52 (0,86 | F = 0,49; p = 0,73 |
| ECD_{Psicosso cial} | 3,02 (0,74) | 3,23 (0,69) | 3,20 (0,00) | 3,80 (0,00) | 3,48 (0,50 | F = 2,22; p = 0,06 |
| ECD_{Históric o} | 2,84 (0,92) | 2,93 (0,87) | 2,90 (0,70) | 3,40 (0,00) | 3,42 (0,77 | F = 1,41; p = 0,23 |
| ECD_{Metafisi ca} | 1,62 (0,81) | 1,78 (0,95) | 1,10 (0,14) | 1,40 (0,00) | 1,80 (0,97 | F = 0,72; p = 0,57 |

Tabela 17*Comparações entre médias por Gênero*

| Escalas | Gênero | | ANOVA |
|-----------------------------------|----------------|----------------|-----------------------|
| | Masculino | Feminino | |
| EPDSG | 1,69 (0,95) | 1,66 (1,10) | F = 0,05; p = 0,81 |
| ISA | 2,69 (1,42) | 2,25 (1,31) | F = 1,14; p = 0,29 |
| ISA_{Hostil} | 2,19 (1,35) | 1,85 (1,20) | F = 2,17; p = 0,14 |
| ISA_{Benevolente} | 2,46 (1,28) | 2,47 (1,30) | F = 0,00; p = 0,95 |
| ERR | 1,69 (0,88) | 1,49 (0,69) | F = 4,16; p = 0,42 |
| AFAT | 1,66 (0,86) | 1,52 (0,91) | F = 1,36; p = 0,24 |
| EIA_{Hostil} | 2,21 (0,75) | 2,19 (0,85) | F = 0,02; p = 0,88 |
| EIA_{Benevolente} | 3,27 (0,91) | 3,25 (0,94) | F = 0,35; p = 0,85 |
| ECD | 2,49 (0,61) | 2,59 (0,62) | F = 1,62; p = 0,20 |
| ECD_{Orgânica} | 2,40 (0,87) | 2,42 (0,92) | F = 0,19; p = 0,89 |
| ECD_{Psicossocial} | 3,02 (0,73) | 3,24 (0,68) | F = 5,91; p = 0,01 |
| ECD_{Histórico} | 2,83 (0,91) | 2,90 (0,88) | F = 0,73; p = 0,39 |
| ECD_{Metafísica} | 1,65 (0,82) | 1,77 (0,94) | F = 1,17; p = 0,27 |

Tabela 18*Comparações entre médias por Raça/ Cor de Pele*

| Escala | Cor de Pele | | | | | ANOVA |
|-----------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------------------|
| | Branco | Pardo | Pret | Amarelo | Indígena | |
| EPDSG | 1,68 (1,09) | 1,71 (1,08) | 1,35 (0,70) | 1,62 (1,05) | 1,06 (0,0) | F = 0,85; p = 0,49 |
| ISA | 2,36 (1,27) | 2,61 (1,51) | 1,97 (1,35) | 1,27 (0,25) | | F = 0,86; p = 0,46 |
| ISA _{Hostil} | 2,00 (1,27) | 1,97 (1,27) | 1,52 (0,93) | 2,36 (1,98) | | F = 1,04; p = 0,37 |
| ISA _{Benevolente} | 2,45 (1,25) | 2,66 (1,31) | 2,06 (1,39) | 2,21 (1,55) | | F = 0,54; p = 0,65 |
| ERR | 1,50 (0,77) | 1,66 (0,79) | 1,32 (0,40) | 2,05 (0,93) | 1,00 (0,57) | F = 2,87; p = 0,23 |
| AFAT | 1,60 (0,92) | 1,57 (0,89) | 1,41 (0,84) | 1,59 (0,92) | 2,50 (0,0) | F = 0,58; p = 0,67 |
| EIA_{Hostil} | 2,11 (0,83) | 2,30 (0,81) | 2,14 (0,77) | 2,11 (0,83) | 3,66 (0,00) | F = 1,60; p = 0,17 |
| EIA_{Benevolente} | 3,20 (0,91) | 3,37 (0,90) | 3,19 (1,13) | 3,13 (0,80) | 3,50 (0,0) | F = 0,56; p = 0,68 |
| EC D | 2,61 (0,6) | 2,57 (0,62) | 2,40 (0,72) | 2,32 (0,49) | 2,75 (0,0) | F = 1,16; p = 0,32 |
| ECD_{Orgânica} | 2,44 (0,90) | 2,49 (0,87) | 2,14 (1,02) | 2,40 (0,66) | 2,80 (0,0) | F = 1,07; p = 0,36 |
| ECD_{Psicossocial} | 3,25 (0,69) | 3,17 (0,67) | 3,01 (0,85) | 2,60 (0,37) | 3,60 (0,0) | F = 2,33; p = 0,56 |
| ECD_{Histórico} | 3,02 (0,89) | 2,87 (0,88) | 2,77 (0,90) | 2,42 (0,66) | 3,60 (0,0) | F = 1,59; p = 0,17 |
| ECD_{Metafísica} | 1,71 (0,93) | 1,79 (0,89) | 1,58 (0,87) | 1,87 (0,79) | 1,00 (0,0) | F = 0,54; p = 0,70 |

Tabela 19

Análise das variáveis sociodemográficas e os Grupos dissidentes, perigosos e depreciados

| Minorias sociais | Dissidentes | | | Total | Perigosos | | | Total | Depreciados | | | total |
|-------------------------|--------------------|------------------------|--------------------------|-------|--------------------|------------------------|--------------------------|-----------|--------------------|------------------------|--------------------------|-------|
| | Sexo masc. | Sexo feminin. | Não-Binário | | Sexo masc. | Sexo feminin. | Não-Binário | | Sexo masc. | Sexo feminin. | Não-Binário | |
| Mulheres | 20 | 33 | 0 | 53 | 3 | 4 | 0 | 7 | 87 | 137 | 8 | 221 |
| Idosos | Dissidentes | | | 37 | Perigosos | | | 11 | Depreciados | | | 220 |
| | 18 a 21 anos | 22 a 40 anos | +40 anos | | 18 a 21 anos | 22 a 40 anos | +40 anos | | 18 a 21 anos | 22 a 40 anos | +40 anos | |
| | 11 | 21 | 5 | 2 | 6 | 3 | 40 | 141 | 39 | | | |
| Pessoas Gordas | Dissidentes | | | 34 | Perigosos | | | 5 | Depreciados | | | 188 |
| | IMC <18,5 | IMC >18,6 a 24,9 | IMC > 25 a 39,9 | | IMC <18,5 | IMC >18,6 a 24,9 | IMC > 25 a 39,9 | | IMC <18,5 | IMC >18,6 a 24,9 | IMC > 25 a 39,9 | |
| | 20 | 11 | 3 | 5 | 0 | 0 | 101 | 54 | 33 | | | |
| Pessoas com Deficiência | Dissidentes | | | 23 | Perigosos | | | 4 | Depreciados | | | 248 |
| | Possui deficiência | Não possui deficiência | | | Possui deficiência | Não possui deficiência | | | Possui deficiência | Não possui deficiência | | |
| | 0 | 23 | | 0 | 4 | | 17 | 231 | | | | |
| LGBTQIA P+ | Dissidentes | | | 108 | Perigosos | | | 14 | Depreciados | | | 281 |
| | Heterossexual | Homossexual | Outro Preferiu não dizer | | Heterossexual | Homossexual | Outro Preferiu não dizer | | Heterossexual | Homossexual | Outro Preferiu não dizer | |
| | | Bissexual | | | Bissexual | | | Bissexual | | | | |

| | | 77 | 27 | 4 | 8 | 4 | 2 | 179 | 91 | 11 | | |
|-------------|--|--------------------|-------|-------|------------------|-------|-------|--------------------|-------|-------|-----|--|
| | | Dissidentes | | | Perigosos | | | Depreciados | | | | |
| Cor da pele | | Branco | Pardo | Preto | Branco | Pardo | Preto | Branco | Pardo | Preto | 279 | |
| | | | | 31 | | | 37 | | | | | |

Nota: Gênero e sexismo ($p = 0,86$; $V^2 = 0,08$); identidade de gênero e sexismo ($p = 0,17$; $V = 0,16$); Idade e ageísmo ($p = 0,48$; $V^2 = 0,08$); Peso e gordofobia ($p = 1,00$; $V^2 = 0,40$); Orientação sexual e LGBTfobia ($p = 0,11$; $V^2 = 0,15$); Cor da pele e racismo ($p = 0,24$; $V^2 = 0,13$); pessoas com ou sem deficiência e capacitismo ($p = 0,37$; $V^2 = 0,08$). Fonte: dados da pesquisa (2024).

